



**ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZ**

----- No dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez teve lugar no Solar dos Peixotos, a Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início às catorze horas e trinta minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida (justificada), António José Santos Alves Lage Oliveira (justificada), José dos Santos Costa e Ramiro da Cruz Loureiro. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----

----- A Assembleia Municipal recebeu vários convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

- Diversas entidades e partidos políticos, solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. - A ANMP remeteu a este Órgão Autárquico três exemplares dos Boletins números cento e noventa e quatro, referente ao mês de Setembro de dois mil e dez e cento e noventa e cinco, referente ao mês Outubro/ de dois mil e dez. Remeteu também ofício a informar que já se encontra disponível no sítio da ANMP o parecer aprovado pelo Conselho Geral desta Associação sobre “Proposta de Lei do Orçamento de Estado para dois mil e onze. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remeteu a esta Assembleia Municipal diversos assuntos, a saber: Diversos convites à Assembleia Municipal; ofício rectificativo sobre TMDP – Taxa Municipal de Direitos de Passagem, o valor da taxa aprovada na Sessão Ordinária de vinte e sete de Setembro de dois mil e dez, diz respeito a dois mil e onze e não dois mil e dez como por lapso referiram; expediente para ser agendado na Sessão Ordinária desta AMV que se realizará no próximo dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez, bem como informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a actividade municipal e situação financeira do Município. ----- A Assembleia Municipal de Viseu recebeu de várias entidades postais de Boas Festas. ----- A Escola Profissional de Torredeita, remeteu a esta AMV a revista trimestral “Evoluir Aprendendo”. -----

- O Grupo Parlamentar do PCP remeteu a esta Assembleia Municipal ofícios com as respostas do Governos às perguntas: “Falta de Pagamento às Autarquias em relação aos transportes escolares”, “Dívidas da Administração Central às Autarquias” e “Transferências das Autarquias Locais para o Serviço Nacional de Saúde”. -----

- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Moimenta da Beira remeteu a esta AMV convite para uma reunião – jantar dos Presidentes das Assembleias Municipais do Distrito de Viseu que se realizou no passado dia oito de Outubro de dois mil e dez. -----

- As Entidades a seguir indicadas acusaram a recepção da Moção de Repúdio sobre “Encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois”, apresentada pelo Senhores Deputados Municipais do PSD na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal realizada no passado dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dez: Grupo Parlamentar do PSD e Grupo Parlamentar do PCP. -----



- O Arquivo Distrital de Viseu remeteu a esta Assembleia Municipal os Boletins Informativos números quarenta e três e quarenta e quatro referentes ao terceiro e quarto trimestres, respectivamente. -----

- A Direcção da AVIS – Associação Para o Debate de Ideias e Concretizações Culturais de Viseu remeteu ofício a esta AMV a agradecer a colaboração prestada aquando da realização do “I Centenário da República”. -----

- O Senhor Presidente do Núcleo de Viseu da Liga dos Combatentes, ao cessar funções, apresentou respeitosos e cordiais cumprimentos, agradecendo também toda a colaboração prestada. O Novo Presidente do Núcleo de Viseu da Liga dos Combatentes, ao assumir funções, apresentou cumprimentos e disponibilidade para uma colaboração institucional. -

- A Assembleia Distrital de Viseu remeteu a esta AMV Convocatória para a “Sessão Ordinária de Dezembro – Eleição da Mesa”, a realizar no dia vinte e dois de Dezembro de dois mil e dez. ----- O Bloco de Esquerda, em nome do seu Deputado Municipal Carlos Vieira e Castro Rodrigues, solicitou, via e-mail, que lhe seja cedida a lista de associações e entidades pertencentes à Rede Social Municipal de Viseu (o mesmo foi reencaminhado para CMViseu, para os devidos efeitos). --- A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão remeteu a esta AMV o “Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e onze”. -----

- A Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões remeteu a esta AMV “Plano de Actividades e Orçamento do exercício económico de dois mil e onze”. -----

- O Senhor Deputado Municipal, António Vicente de Figueiredo, solicitou a justificação de falta à Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dez. -----

- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bodiosa, António José Santos Alves Lages Oliveira, solicitou a justificação de falta à Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez. Também a Senhora Deputada Municipal Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida, solicitou a justificação de falta para a Sessão anteriormente referida. -- Os Senhor Deputado Municipal, José António Santos Esteves Correia do Grupo Parlamentar PSD, pediu a suspensão do mandato pelo período de um mês, via e-mail, A partir de dezanove de Dezembro de dois mil e dez. -----

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA: -----

- Foi dada autorização, por via oficiosa, aos Partidos Políticos, bem como às Entidades e Organismos que solicitaram a cedência do Salão desta Assembleia Municipal. -----

- Foram remetidos à Câmara Municipal de Viseu diversos assuntos, a saber: Certidões e Deliberações em Minuta tomadas em Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado vinte e sete de Setembro de dois mil e dez; Moção de Repúdio apresentada pelos Senhores Deputados Municipais do Grupo Parlamentar do PSD na Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dez, sobre “Encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois”. Moção apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, do Grupo Parlamentar Bloco de Esquerda, na Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dez sobre “Expulsão de França de Cidadãos Ciganos”. Também foi enviada “Recomendação sobre o aumento da segurança para peões ciclistas”, apresentada igualmente pelo Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, do Grupo Parlamentar Bloco de Esquerda, na Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dez. -----

- Foi remetida ao Senhor Governador Civil do Distrito de Viseu, Moção de Repúdio apresentada pelos Senhores Deputados Municipais do Grupo Parlamentar do PSD na Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dez, sobre “Encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois”. Também foi remetida



a Moção apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, do Grupo Parlamentar Bloco de Esquerda, na Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dez sobre “Expulsão de França de Cidadãos Ciganos”. -----

- Foi remetida Moção de Repúdio sobre “Encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois”, apresentada pelos Senhores Deputados Municipais do Grupo Parlamentar do PSD, na Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dez, às seguintes entidades: Exmo. Senhor Ministro das de Estado e das Finanças; Grupos Parlamentares da Assembleia da República. -----

- Foi remetida ao Exmo. Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, a Moção apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, do Grupo Parlamentar Bloco de Esquerda, na Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dez sobre “Expulsão de França de Cidadãos Ciganos”. -----

- Foi endereçada Convocatória com a respectiva Ordem de Trabalhos, aos Senhores: Presidente e Membros desta Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Vice-Presidente e respectivo Executivo Municipal, convocando-os para a Sessão Ordinária desta AMV que se realizará no próximo dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez. Igualmente foi remetido o restante expediente via e-mail. -----

- Foi remetido a todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, Edital da Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez, para afixação na sede das mesmas, bem como aos Partidos Políticos. Igualmente foi remetido a um jornal diário e a um semanário, para publicação. -----

- Foi enviada, via e-mail, aos Líderes Parlamentares, com conhecimentos aos restantes Senhores Deputados Municipais, a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a actividade municipal e situação financeira do Município. -----

- Foi convocado para a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez, via oficiosa, o Senhor Deputado Municipal Joaquim Lúcio Trindade Messias do Grupo Parlamentar do PSD, em virtude de o Senhor Deputado Municipal José António Santos Esteves Correia ter pedido a suspensão do mandato pelo período de um mês, a partir de dezanove de Dezembro de dois mil e dez. -----

- Foi remetido Ofício – Convite para a “Ceia de Natal”, que se realizará no próximo dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez, a todos os Membros desta Assembleia Municipal, bem como a todo o Executivo Municipal. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, após a verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: “Muito boa tarde, vamos dar início à nossa Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, portanto, a última sessão deste ano de dois mil e dez. Antes de mais, queria cumprimentar as Senhoras e os Senhores Deputados, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, o público presente, Comunicação Social, esperar que tenham tido um bom Natal e antecipar, desde já, os votos de um bom ano de dois mil e onze. Pedia a vossa atenção, nós hoje temos uma Sessão que vai ser particularmente exigente e estamos a começar com meia hora de atraso. Também não é muito simpático, mas enfim, os Senhores Deputados vão-se atrasando na hora de chegar e teremos que ter a nossa Sessão concluída até às vinte horas, na medida em que temos o convite habitual do Senhor Presidente da Câmara, que desde já agradecemos, para a tradicional “Ceia de Natal”, em que aproveitamos para encerrar o ano em convívio entre os Membros da Assembleia e o Executivo, e, portanto, temos um Período Antes da Ordem do Dia já com dez inscrições. Pedia aos Senhores Deputados que fôssemos escrupulosos nos cumprimentos dos tempos e



tentássemos agilizar a nossa Sessão. Antes de mais, eu perguntava, só por uma questão logística, quem é que não irá ao jantar. Quem não for ao jantar faça o favor de pôr o dedo no ar, portanto, quinze pessoas que não irão ao jantar, então esta parte está concluída. Ora bem, três pontos prévios que teríamos aqui para tratar: Antes de mais, pedir o aval da Assembleia Municipal para iniciarmos o processo de organização da nossa Sexta Edição da Assembleia Municipal Infantil para dois mil e onze, portanto, fazê-lo um pouco mais cedo do que o habitual. Ainda não reuni a Mesa nem os representantes da Comissão de Protecção de Menores, mas queria deixar-vos aqui a ideia. Em princípio o tema que eu iria propor para este ano seria o “Desenvolvimento da Capacidade Empreendedora dos Jovens”. Tentar aqui inovar um pouco na forma como se tem feito e Assembleia Municipal Infantil e tentar incutir dentro das escolas que aderem a este programa, o desenvolver alguma actividade, até no sentido de estimular a capacidade empreendedora dos jovens. Este era o tema que em princípio iria propor, até para fugirmos a alguns temas tradicionais que têm vindo a ser tratados, naturalmente que eu até tenho isto já mais ou menos desenhado. Pôr cada uma das escolas a desenvolver um projecto de uma empresa, até eventualmente, com uma sessão de venda pública de produtos feitos pelas crianças, que pudessem depois reverter a favor de uma IPSS, qualquer coisa dentro disso para os pôr, de certa maneira, em contacto com o mundo real e pô-los a pensar do ponto de vista de promoção da própria mentalidade empreendedora. Portanto, se estivessem de acordo eu iria começar, juntamente com a Mesa e com os nossos representantes. A metodologia que iríamos utilizar seria, basicamente, a metodologia dos anos anteriores, obviamente, numa organização que é sempre feita em conjunto entre a Autarquia e a Assembleia, com a colaboração da Comissão de Protecção de Menores e da Federação Regional da Associação de Pais, portanto, iríamos manter o mesmo esquema e com a colaboração directa de todos os nossos representantes na Comissão de Protecção de Menores. Se ninguém tiver nada a apor eu iria depreender do silêncio que estarão de acordo com esta metodologia, com o tema, depois acabaremos por melhorar. A segunda questão seria a aprovação da Acta da Sessão anterior. Nós temos aqui a Acta de vinte e sete de Setembro de dois mil e dez para aprovar, pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre a mesma. Não tenho nenhum pedido nesse sentido, portanto, vou pôr à votação. A Acta foi aprovada por unanimidade. Está este ponto também resolvido, e entretanto, tenho aqui um pedido por parte do Senhor Deputado Pedro Ruas, que é o nosso representante no ACES, que me pediu que antes do Período de Antes da Ordem do Dia, lhe dar dois minutos para poder relatar a forma como decorreu a reunião. A metodologia que tínhamos sempre assente era que, efectivamente, nestas lógicas de representação da Assembleia ou nas Comissões, será sempre um período antes do Período Antes da Ordem do Dia. Eu dava já a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas e pedia-lhe então que fosse conciso na sua apresentação”.

- UM – SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD)

– No uso da palavra diz o seguinte: “Fui eleito por esta Assembleia Municipal para a representar nas reuniões do Conselho da Comunidade do ACES. Neste sentido, venho partilhar algumas das preocupações que manifestei junto do Director Executivo do nosso Agrupamento de Cuidados de Saúde. Desde logo, manifestei estranheza pelo facto das extensões de saúde sob o ponto de vista funcional não terem as mesmas valias que os centros de saúde existentes, nomeadamente ao nível da Saúde Materna, da Vacinação, do Planeamento Familiar ou por exemplo na aplicação de curativos. É minha convicção que deveria haver uma evolução destas extensões de saúde, como é exemplo Silgueiros que dispõe de serviços de enfermagem duas vezes por semana. Dito de outra forma, as extensões de saúde deveriam ser verdadeiros mini centros de saúde. Ainda no que concerne às extensões de saúde manifestei preocupação com o facto de não existirem médicos fixos, nomeadamente ao nível do serviço das populações rurais, embora possa



admitir o seu carácter provisório, mas o caminho deve ser certamente o de existirem médicos fixos nas Extensões de Saúde. Tive também a oportunidade de transmitir ao Director executivo que não deveria fechar nenhuma das extensões de saúde e que, o caminho deve ser precisamente o da sua evolução a bem das populações que servem. No que toca aos Cuidados continuados denunciei o facto de haver Viseenses de primeira e Viseenses de segunda, pelo facto de, existirem unidades que funcionam até às quinze horas, enquanto, que outras fecham às dezoito horas. Transmiti igualmente, a minha profunda preocupação com o facto de até ao final do presente ano se aposentarem dezasseis médicos o que pode pôr em causa a prestação de cuidados de saúde aos utentes e que já começa a ter reflexos, pois neste momento existem milhares de utentes sem médico de família, existindo a este nível um retrocesso tendo em conta o que tinha sido feito pelo Ministério da Saúde sob a batuta de Correia de Campos. Comuniquei igualmente ao Director Executivo o facto de existirem muitas queixas dos utentes relativamente às consultas de especialidade que estão muito demoradas, nomeadamente as de Otorrino, Oftalmologia, Ginecologia e Urologia. Por outro lado, questionei o facto dos utentes Viseenses terem de se deslocar a outras localidades para assegurar algumas prestações de saúde, como é exemplo as deslocações a Santa Comba Dão para Radiologia Convencional ou Raio X, quando em Viseu existem entidades que o poderiam fazer, minorando desta forma as dificuldades de deslocação e também assegurando a aplicação de recursos às instituições viseenses. Manifestei também igualmente preocupação com as acessibilidades das Unidades de Saúde Familiar, com a falta de apoio domiciliário dos Centros de Saúde. Questionei igualmente o Senhor Director Executivo sobre quais são os programas de intervenção na comunidade que estão a ser desenvolvidos, por exemplo a nível de grupos específicos, bem como se será suficiente a existência de um só nutricionista, um psicólogo e dois fisioterapeutas para servir uma população de mais de cem mil habitantes. Grosso modo, foram estas preocupações que manifestei ao Director Executivo do ACES e que pretendo ver respondidas numa próxima reunião de trabalho do conselho da Comunidade do ACES a bem das populações que servimos! Disse". -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Então vamos dar início ao nosso PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. Afinal são treze inscrições, número da sorte. Dou a palavra, em primeiro lugar, ao Senhor Deputado Manuel Teodósio”. -----

- **DOIS** – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD)

– Solicita a palavra para dizer o seguinte: “Chegámos ao fim de mais um ano, e voltamos a assistir, ao não cumprimento das promessas socialistas feitas num passado recente a Viseu, e ciclicamente as vão fazendo deslizar no tempo, com o objectivo de serem atiradas definitivamente para as calendas. Compete-nos a nós, nesta Assembleia Municipal, não deixar cair no esquecimento nem essas promessas, nem os reais anseios e nem os necessários investimentos estruturantes e vitais para o concelho e para a região de Viseu. Há mais de cinco anos que esperamos pela concretização das promessas da construção das três Unidades de Saúde Familiar, há mais de cinco anos que esperamos pela construção do Arquivo Distrital, há mais de cinco anos que esperamos pela construção da Escola Básica de Ranhados, há mais de cinco anos que esperamos pela construção da Auto-estrada para Coimbra e há mais de cinco anos que esperamos pela implementação da Universidade Pública de Viseu. Infelizmente, começa a ser repetitiva a abordagem destes assuntos nesta Assembleia, diria até que possivelmente maçadora para os Senhores Deputados do Partido Socialista, mas fica aqui a garantia de que continuaremos a ser maçadores e repetiremos as vezes que forem necessárias, e durante o tempo que for necessário, pelo que a única forma de nos calarem é cumprirem as promessas que fizeram. Mas, destas obras, quero destacar duas delas, que têm merecido desta Assembleia uma discussão muito particular, que inclusivamente têm culminado com a apresentação e aprovação de moções, refiro-me



pois, em concreto, à implementação da Universidade Pública de Viseu e à construção da Auto-estrada Viseu-Coimbra. São dois investimentos e não dois gastos, como alguns tentam influenciar a opinião pública, que são considerados como os mais estruturais, para o real crescimento e progresso desta região. Não, não nos venham justificar agora a inoperância do governo, com a dita crise, como sendo a responsável pela sua não concretização, a crise já sabemos que tem costas largas, mas não tanto. A justificação é uma e uma só, não tem havido vontade política do governo em as concretizar e o Partido Socialista de Viseu não tem voz nem tem poder para influenciar positivamente estas decisões. Relembro mais uma vez que a Auto-estrada Viseu-Coimbra, sempre foi pensada para ter portagens, utilizando o princípio de utilizador/pagador, e seria construída e explorada por empresas particulares. Gastou-se este tempo todo em anúncios e mais anúncios, mas meteram-na num embrulho demasiado grande e demasiado pesado, tanto que nem se mexeu e a única coisa que se mexeu foram os dinheiros públicos, leia-se de todos nós, gastos nas diversas festas de anúncios públicos e nas aberturas e nas anulações dos vários concursos. Agora, parece que passámos a uma fase de silêncio, sem promessas e sem anúncios. Foi deitado ao lixo o projecto? Se não foi, parece, e muitas vezes o que parece é. Já lá vai quase um ano sobre a última moção aqui apresentada sobre a criação da Universidade Pública, onde sugerimos ideias e metodologias ao Senhor Ministro do Ensino Superior, para que “apresentasse a curto prazo uma solução para a criação da universidade pública” mas passados onze meses, continuamos sem obter nenhum feedback do Senhor Ministro, nem mesmo um mero ofício a acusar a recepção da proposta, o que demonstra uma enorme falta de consideração, diria mesmo desrespeito, por esta Assembleia e por Viseu. Mas, a quando da sua recente vinda a esta cidade, numa cerimónia oficial, pensávamos, erradamente é certo, que algo de novo pudesse trazer a Viseu, no domínio do seu ministério, mas no final chegámos à triste constatação de que apenas trazia, uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma. À comunicação Social ainda afirmou, que a Universidade Pública de Viseu é “um assunto que está há muito tempo encerrado, vamos é reforçar e qualificar as que existem”, mas não apresentou nenhum apoio específico, nem para o Instituto Politécnico, nem para a Universidade Católica, nem para o Piaget, e no mínimo, era pelo menos isso que se esperava e nada mais. Como muito bem afirmou uns dias depois o Doutor Veiga Simão, “a universidade de Viseu a existir seria uma universidade diferente de todas as outras, pois tratava-se de um projecto de certa maneira internacionalizado, com parceiros que eram empresas”, relembro que o termo utilizado era o de uma universidade de terceira geração, ou seja um projecto completamente diferente de todos os que existem no país, mas também voltamos a concordar com o Doutor Veiga Simão quando na mesma entrevista, conclui dizendo que, “Se o Ministro Mariano Gago não muda de opinião esperemos que mude o ministro”. Mas por parte do Partido Socialista de Viseu, assistimos ao que já estamos habituados. Defesa acérrima das decisões do Governo contra Viseu, e ataque feroz às vozes que ainda teimam em defender esta região. No mínimo, este Partido Socialista de Viseu, devia pedir encarecidas desculpas aos viseenses pelo mal que lhes anda a fazer. E já agora, não vale a pena continuar a afirmar e repetir uma mentira com o intuito de a tornarem verdadeira. Não adianta quererem agora passar a ideia de que quem defende a implementação da Universidade Pública em Viseu está contra as outras instituições. Isso é uma pura mentira. O PSD defende convictamente todo o ensino superior que já existe em Viseu e se dúvidas existissem, bastava pensar que foi com governos do PSD que se implementaram em Viseu, o Instituto Politécnico, a Universidade Católica e o Piaget. E quem melhor defende os filhos se não os seus pais? Aliás, em matéria de educação, em mais de quinze anos de governos socialistas, nunca foram sequer capazes de construir uma escola no concelho de Viseu. Esperemos que o ano novo, nos traga novos protagonistas e novas políticas, que nos criem novas expectativas e novas motivações, que se traduzam em novas concretizações. O



PSD estará atento, como sempre, disponível para trabalhar e fará a sua parte, como é, diga-se de passagem, a sua obrigação. Um bom ano para todos. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- TRÊS – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Antes de mais, o desejo de continuação de Boas Festas a todos, que o Natal tenha sido bom e que o ano que aí vem seja, seguramente, melhor do que este que agora findamos. A razão da minha intervenção prende-se, exactamente, pelos motivos que trouxeram aqui o meu antecessor, o Doutor Manuel Teodósio e mormente a questão da universidade pública, talvez para proferir, a minha última intervenção que farei sobre este assunto nesta Assembleia Municipal. A vinda a Viseu do Senhor Ministro do Ensino Superior Ciências e Tecnologia, deram um nome pomposo, não trouxe nada de novo a não ser aquilo que nós já sabíamos. Veio dizer, algo que também esta Assembleia também já sabia, que o assunto - “Universidade Pública de Viseu” – está morto e enterrado, nomeadamente, pelos governos do Partido Socialista. E, uma coisa que eu registo com satisfação é que ao invés de responder à carta que a Assembleia Municipal lhe enviou, penso que ainda não tivemos resposta, o Senhor Ministro teve a coragem, demonstrou a sua frontalidade e veio dizê-lo pessoalmente. Chegou aqui e disse pessoalmente aquilo que pensava e que achava, portanto, vamos entender que foi a resposta que deveria ter chegado há seis meses atrás, chegou mais tarde, mas chegou de viva voz, chegou pelo mensageiro, mas não vamos “matar” o mensageiro pela mensagem que ele traz. Não devemos ter discurso de Calimero, não devemos ter discursos de resignação. A única coisa que devemos fazer é continuar o nosso caminho, potenciar as instituições que temos no concelho, continuar a potenciar o Instituto Politécnico, as instituições privadas do ensino superior que operam na nossa cidade: Piaget, Universidade Católica, Escola Avançada de Estudos das Beiras, também está agora a desenvolver o seu caminho, e pensar também que quando falamos na procura de investimento e na capacidade que possamos ter em mobilizar e de captar investimento económico, que o façamos também na área do conhecimento, que possamos também desenvolvendo valências e competências com estas instituições, captar a atenção de grandes institutos estrangeiros e nacionais, com afincada importância, que possam complementar aquilo que já existe no nosso concelho. Portanto, este assunto está encerrado e ponho uma pedra sobre ele, é com pena, mas é assim. Fiquemos com o que temos, o que temos é bom, faremos melhor, não precisamos de favores de ninguém, também não queremos uma universidade por decreto. Apenas lembrar as palavras do Engenheiro Guterres num célebre comício, várias vezes repetido, na Avenida Vinte e Cinco de Abril: “E será que Viseu vai algum dia esquecer esta maldade?”. É só”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira. -----

- QUATRO – SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD) – Usa da palavra e diz: “Quero começar também como os outros Membros que discursaram anteriormente, desejar um bom Natal e formular os desejos de óptimo ano em termos de realizações pessoais e profissionais. Hoje em dia, com a quantidade de problemas graves que nos assolam e ao nosso país, por exemplo, ao nível da economia, da política, da área social, o que se torna difícil é seleccionar um problema para abordar quando é necessário lançar alertas. Desta forma, seleccionei um conjunto de três aspectos, que podemos dizer estarem relacionados entre si, para abordar a partir deste ambão. O primeiro deles diz respeito à segurança. Não posso afirmar que Viseu seja uma cidade insegura, aliás os que conhecem a realidade dos grandes centros urbanos, certamente consideram positivamente os níveis de segurança em Viseu, mas, como diz o ditado popular: “mais vale prevenir do que remediar” e, o que é um facto, é que o índice de criminalidade tem vindo a aumentar em Viseu: Todos, se não tivermos sido nós próprios o alvo de uma acção contra a nossa segurança, conhecemos alguém cuja residência foi recentemente assaltada, cujo veículo foi



recentemente furtado ou que foi alvo de uma tentativa ou acto consumado de burla ou mesmo assalto, já para não falar de outros atentados mais graves contra a segurança pessoal. É um facto que com o aumento do policiamento a criminalidade numa cidade diminui. Também é um facto que o número de agentes disponíveis para patrulhar Viseu é inferior ao necessário, é um facto que a idade desses agentes é bastante superior à média nacional, é também um facto que há várias centenas de polícias a pedir transferência para Viseu. O próprio Comandante da PSP, em entrevista pública dada recentemente, referiu que está de acordo com o reforço de policiamento em determinados bairros. Pergunto: Para quando o reforço das forças de segurança? Um segundo aspecto que trago à discussão diz respeito ao novo quartel dos Bombeiros Voluntários. Em Janeiro deste ano, veio o Ministro da Administração Interna a Viseu, acompanhado pela Secretária de Estado da Administração Interna e pelo Secretário de Estado da Protecção Civil, proceder à cerimónia evocativa da primeira pedra das novas instalações da Associação dos Bombeiros Voluntários Viseenses. Mais recentemente, as mesmas obras, quase concluídas, foram alvo da visita de um outro Secretário de Estado. Mas, como refere outro ditado popular: “O seu a quem de direito”. O que é um facto é que o investimento de novecentos e cinquenta e cinco mil euros, nesta nova infra-estrutura, foi financiado a setenta por cento pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e os outros trinta por cento são dados pela autarquia, que providenciou ainda o terreno para a instalação do quartel. Ora, acontece que os acessos ao quartel acrescem em cerca de cinquenta por cento aos custos anteriormente referidos. Já depois de ter preparado este texto parece que houve uma informação dada pelo Presidente da Associação dos Bombeiros que questão técnica de acessos ao quartel parece estar resolvida. No entanto, é preocupante que o novo quartel dos Bombeiros Voluntários fique sem acesso ao IP-Cinco, nomeadamente, por falta de financiamento, pois a falta de acesso a esse itinerário principal obriga os bombeiros a gastarem “mais de quinze minutos numa saída” e a circularem por aldeias, tempo que pode ser valioso em caso de acidente ou de incêndio. Pergunto: Para quando uma solução para os referidos acessos? O terceiro assunto que irei referir diz respeito ao Centro Nacional de Operações de Socorro (CNOS) alternativo, cuja instalação foi prometida para o Aeródromo, depois para o novo quartel dos Bombeiros Voluntários, mas como o povo também refere: “Não nos atirem poeira para os olhos”. Parece-nos que o lançar de diferentes alternativas apenas tem como base o adiar e arrastar da decisão. O Ministério da Administração Interna entretém-nos com a discussão, mas não toma uma decisão. Relembre-se que o despoletar deste processos já aconteceu em dois mil e quatro com um anúncio do então Ministro viseense da Administração Interna, Figueiredo Lopes, de que Viseu tinha sido a cidade escolhida para receber o CNOS alternativo. Já nem me atrevo a perguntar: Para quando a criação do CNOS? É assim o tratamento que o Governo Central dá a Viseu, como diz outro ditado: “Muita parra e pouca uva”. Obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Dário Costa. -----

- CINCO – SENHOR DEPUTADO DÁRIO DE ALMEIDA DA COSTA – PRESIDENTE DA JUNTA DE SÃO JOSÉ (PSD) – Intervém para dizer o seguinte: “Aproveito para desejar a continuação de Boas Festas. Mas, depois da intervenção do Senhor Deputado que me antecedeu, eu não podia deixar de vir a esta tribuna para reforçar um pouco aquilo que foi dito também e para fazer uma apelo. De facto, a minha freguesia, nos últimos tempos, foi uma das que foi alvo de uma série de assaltos a habitações em plena luz do dia. Eu reconheço que não é possível ter um polícia para cada munícipe, mas torna-se necessário, de facto, haver mais policiamento. E se não, nós temos aqui um exemplo, até por um estudo que nos foi apresentado com o Conselho Local de Segurança. Claro que eu já o pedi e sei que não é possível alargá-lo a curto prazo a toda a freguesia, mas deu resultados. Os resultados estão à vista e isto acontece porquê? Porque a polícia frequenta aquele local. Eu tenho zonas da freguesia onde de facto passa um carro de vez em quando,



por isso é necessário que a polícia patrulhe mais e para isso tem que haver mais polícias. Era isso que eu pedia, era um apelo que eu lançava aqui, já tive oportunidade de o fazer noutros fóruns. Viseu precisa de mais policiamento para que as pessoas responsáveis pela guarda dos bens e das pessoas tenham pessoal para o poderem fazer. Muito obrigado”. ----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- SEIS – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) – No uso da palavra diz: “Da intervenção do Deputado Paulo Pereira eu queria aqui só realçar dois pormenores, não queria deixar passar em claro, até por uma questão de esclarecimento, e ficarmos com as coisas bem claras. O novo quartel dos Bombeiros Voluntários está a ser construído num terreno que foi doado pela Junta de Freguesia de Rio de Loba com a colaboração, através de um protocolo, da Câmara Municipal, a quem os Bombeiros Voluntários de Viseu já prestaram a devida homenagem, tendo elevado à categoria de sócios honorários quer o Senhor Presidente da Câmara, quer o Senhor Vice-Presidente, quer a própria Câmara Municipal e também a Junta de Freguesia de Rio de Loba. Relativamente aos trinta por cento que o Senhor Deputado aqui falou eu queria esclarecer o seguinte: No dia da inauguração da requalificação da Rua dos Bombeiros Voluntários - (eu vou dizer assim, porque depois é mais fácil) – que vai da Central de Camionagem até à Rotunda cá de cima, donde vem depois a Rua José Branquinho, donde vêm os Bombeiros Voluntários (eu agora não me lembro do nome dessa Rotunda), o Senhor Presidente da Câmara nessa Cerimónia perante os próprios Bombeiros, com quem descerrou a lápide do nome da rua, afirmou publicamente, que os Bombeiros podiam avançar com o projecto, porque aquilo que o QREN, através do POVT, não contemplasse a Câmara Municipal contemplaria. É óbvio que, foi este negócio, entre aspas. A verdade é que os Bombeiros tiveram que se financiar na banca para poderem avançar com o quartel e chegar a esta altura com a execução completa dentro dos prazos, eu faço parte da Direcção dos Bombeiros Voluntários é nessa medida que tenho esta informação, o POVT tem transferido metodicamente as importâncias que lhe são submetidas através dos autos de medição, sem nenhum atraso, ao contrário do que aquilo na maior parte das instituições se diz por aí. A verdade é que nós cumprimos a nossa parte, aquilo é mandado a tempo e cumprimento prático pela POVT tem se dado a tempo também. Mas, a Câmara Municipal reservou para si até agora uma diferença de dez por cento. O POVT paga setenta, a Câmara comprometeu-se com o restante, que na altura sem compromisso de qualquer percentagem, é conhecedora da importância que os Bombeiros recebem, que são os setenta por cento. A Câmara tem-nos pago, dos autos de medição que já foram contemplados trinta por cento. Quero esclarecer que faltam os dez por cento o que nos obriga a ter uma dívida que leva a alguns constrangimentos em relação à fase final de acabamento e equipamento do novo Quartel dos Bombeiros Voluntários, portanto, queria deixar estes dois esclarecimentos. Relativamente às outras questões não respondo, porque efectivamente, são questões que ultrapassam a vontade e o poder económico e financeiro dos Bombeiros Voluntários. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira. -----

- SETE – SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD) – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram suscitadas do seguinte modo: “Senhor Presidente, dispenso-me dos cumprimentos para não prolongar a intervenção. Relativamente à questão da segurança, é bom verificar que os factos aqui apresentados vêm, realmente, suportar a intervenção que eu fiz, “contra factos não há argumentos”. Relativamente à questão do terreno dos Bombeiros, o Senhor Deputado que fez a intervenção aqui anteriormente veio confirmar os valores que eu tinha apresentado, não trouxe nada de novo. A minha pergunta não dizia respeito a esses valores, dizia respeito à questão dos acessos que são importantes e pertinentes. Os acessos do novo quartel é o IP-Cinco, que são importantes e pertinentes para que os Bombeiros possam desenvolver o seu



trabalho da forma mais eficaz. Obrigado”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Antes de dar a palavra ao próximo Senhor Deputado que se inscreveu eu queria só dar a informação: Por solicitação nossa, e com a colaboração da Autarquia, nos dias das Assembleia passou aqui a haver uma máquina de café no hall de entrada, portanto, quem depois quiser usufruir pode fazê-lo. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Pedro Baila Antunes”.

- **OITO – SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA**

ANTUNES (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Em primeiro lugar gostaria de enaltecer a iniciativa da Câmara relativamente aos cortes que efectuou na iluminação de Natal, à semelhança do que aconteceu com outras autarquias. E a nível da iluminação, a intenção que tem de efectuar alguns cortes, enfim, diria mais adequado, racionalização da iluminação e aí eu acho que também que os Senhores Presidente de Junta terão um papel fundamental. É claro que, é vital, ainda hoje se falou aqui sobre segurança e foi efectuado há pouco um estudo no IPV sobre o sentimento de segurança dos viseenses, isto tem que ser contextualizado com a importância da iluminação para a segurança. Mas a este propósito de corte na iluminação, gostava de partilhar com a Assembleia uma reflexão que tenho efectuado nos últimos tempos. Tenho-me deslocado nos últimos anos várias vezes ao norte da Europa, países com índices de desenvolvimento humano com qualidade de vida extremamente elevados, tenho lá passado algumas temporadas nalgumas cidades similares, em termos de dimensão a Viseu. E gosto como toda a gente no estrangeiro, de tentar beber ao máximo o que se pode sobre esses países e sobre a cidade e o modo como encaram as cidades, que é algo que lhes é caro. Eu tenho notado uma diferença de perspectiva, não falo só relativamente a Viseu, falo relativamente a Portugal, mas depois até poderia contextualizar com a nossa cidade, há de facto uma nuance significativa no modo como pensam o espaço público, os edifícios, até os próprios equipamentos e infra-estruturas, por exemplo, transportes. Eu vou dar só exemplo que é uma escala diferente de Viseu, mas que é paradigmática e dá para ter uma ideia: Ainda há mais ou menos um mês saí do Aeroporto do Porto, enfim, um espaço muito monumental, diria, com os acabamentos quase nobres, de granito polido, de inox, etc., etc., e chego ao Aeroporto de Gotemburgo, uma cidade de dimensão similar e encontro um terminal, diria, em jeito quase de terminal também recente, acabamentos muito mais depurados. É prático, como gostam os suecos de fazer, com *design*, mas muito mais depurado, eu diria, permita-me a expressão que todos percebem, um jeito muito mais “IKEA” de pensar as coisas. E esse espírito reflecte-se em tudo que é espaço e edifício público: As universidades, as estações de transportes, etc. A outro nível, algo que eu encontro também bastante diferente e que é também importante para os novos tempos que se avizinham em termos de utilização de poucos recursos, é a recuperação que eles fazem do antigo, se quisermos. Sistemáticamente tentam, ao máximo, recuperar o antigo sem grandes intervenções. Nós em Portugal, enfim, fazendo agora aqui uma dissertação, nos últimos anos, com os dinheiros da União Europeia, ficámos um bocado inebriados com o novo, com o moderno e às vezes esquecemo-nos dos espaços cheios de história que nós temos nas nossas freguesias, nas nossas cidades, e com pouco se pode recuperar. Por exemplo, em Viseu ainda há pouco, fiquei agradado com algo relativamente à regeneração urbana, a não recuperação do Largo António José Pereira, porque realmente, estava a perspectivar-se a construção dum parque de estacionamento para vinte lugares, etc., etc., quando aquele Largo só por si fala muito e acho que é um espaço muito interessante que com pouco pode ser facilmente recuperado, assim se tirem de lá, por exemplo, os automóveis. Não quero com isto apontar uma crítica, quero ser construtivo. Por exemplo, na Avenida do Povo em Viseu, na segunda circular, é impensável na Dinamarca ou na Suécia encontrarmos uma estrada daquelas com lancis de granito. É impensável encontrarmos no espaço público



flores importadas, mas não é uma crítica a Viseu, porque realmente é o espírito que nós portugueses tivemos depois dos fundos da União Europeia, etc., enfim. Penso que nas juntas de freguesia nesta perspectiva há muito a fazer. Realmente, quer Viseu, quer outras cidades, mas Viseu muito mais do que nas outras, temos uma História, temos espaços muito bonitos, que às vezes com pouco podem ser recuperados e mantêm a alma. Continuando a falar de Viseu, ainda não tenho uma opinião formada sobre o assunto, uma opinião final, mas por exemplo, a recuperação da Avenida Alberto Sampaio, não sei se o investimento que foi feito compensa. Vamos esperar pelo final da obra, mas muito já foi feito, e dá para perspectivar, será que faz sentido? Se calhar com menos poder-se-ia fazer aquela obra. Enfim, penso que podemos em Portugal recuperar mais a *pátina* dos espaços públicos, da nossa História, construir mais simples. Não quero ter um discurso miserabilista, longe disso, mas podemos fazer as coisas, se calhar, menos inebriados pelo moderno, pelo contemporâneo e aproveitar a nossa História. Por último, gostaria só, quase diria que sou um *habitué* nestas questões, mas gostaria depois, se o Senhor Presidente pudesse contextualizar, os cortes orçamentais, nomeadamente, o corte referente àquela obra, que toda a gente se recorda, acho eu, dado a importância que eu lhe dou e de que todos damos - da ETAR – mais precisamente em que medida é que vai ser feito esse corte e que nos informasse melhor para lá do que veio a público. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Vicente. -----

- NOVE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD) -
 Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Em quinze de Dezembro passado, em Conselho de Ministros, foi aprovado um Decreto-lei que requalificava o Hospital de Viseu agregando unidades hospitalares, nomeadamente, Tondela e Viseu. Nesta requalificação o nome de São Teotónio caiu. Entendo eu, e entende o Grupo Parlamentar do PSD, que o nome de São Teotónio devia continuar a figurar no nome deste centro hospitalar. Pretendo, por isso mesmo, trazer à consideração desta Assembleia uma moção que depois passarei a ler, mas antes porém gostava de tentar explicar, de uma forma rápida, os motivos que levam a defender o nome de São Teotónio associado ao Hospital de Viseu. Poderia evocar aqui muitas razões, vou apenas referir quatro razões para justificar que o nome de São Teotónio permanece ligado ao Hospital de Viseu: Em primeiro lugar, porque São Teotónio é protector da cidade de Viseu e seu patrono. São Teotónio não é de Viseu, nasceu em Valença, na freguesia de Ganfei, em mil e oitenta e dois, mas formou-se já aqui em Viseu em teologia e filosofia. Foi nomeado cónego regular da Sé, e foi nessa qualidade que ele chegou a Viseu. Foi depois nomeado Prior da Diocese de Viseu, num período em que a Diocese não tinha bispo, porque estava associada ao Bispado de Coimbra, e só depois então por morte do antigo prior, e apesar da relutância, porque ele sempre procurou não aceitar dignidades, porque era uma pessoa humilde, só então depois de muita insistência dos seus superiores, é que aceitou lugar de Prior da Diocese de Viseu com a idade de trinta anos. Claro que, a vida dele não era esta, vai em peregrinação a Jerusalém e no regresso da primeira peregrinação a Jerusalém, insistentemente, ele é convidado a aceitar o cargo de Bispo, quer pelo Conde Dom Henrique, quer pela Rainha Dona Teresa. Ele recusou e continuou Prior até depois vir a recusar o exercício deste cargo e vai então para Coimbra onde vai fundar o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Portanto, esta é a primeira razão, são Teotónio, Santo Padroeiro da cidade e Santo Patrono também da Diocese de Viseu. A segunda razão, porque os viseenses conservam as suas memórias e têm orgulho da sua História, a Diocese de Viseu é uma Diocese antiquíssima e São Teotónio está associado quase ao nascimento da diocese de Viseu. Os viseenses associam o nome de São Teotónio à assistência social aos mais necessitados, aos enfermos e aos desamparados. Sempre guardou a sua memória quer na antiga residência de São Teotónio, que foi e é ainda Museu de Arte Sacra, quer na relíquia do seu braço que está exposta numa das alas laterais da Sé Catedral, no largo que lhe herdou o nome e,



como todos sabemos, no Hospital de Viseu, que desde o ano de mil oitocentos e quarenta e dois, quando se instalou no edifício bem próximo daqui, Santa Casa da Misericórdia de Viseu, desde então, de mil oitocentos e quarenta e dois, que tem o seu nome associado. No período em que São Teotónio exerceu a dignidade de Prior, escreveu-se no livro que relata a sua vida o seguinte: “Empregava as grossas rendas do seu priorado ao serviço dos mais necessitados, na consolação aos aflitos, saúde aos enfermos, carinho aos mais desamparados, visitava os doentes para lhes ministrar os sacramentos, para os consolar e servir com as mesmas mãos puras que levantava ao céu na oração fervorosa, as mesmas mãos que distribuíam benefícios, etc., etc.”. Portanto, São Teotónio ligado à cidade, ligado à diocese, mas também com uma vida toda ela preenchida em benefício dos mais necessitados e dos doentes. Terceira razão, porque é um vulto incontornável na vida nacional, tornou-se um dos aliados do jovem Infante Afonso Henriques contra a sua mãe, na luta que ele desenvolveu contra Teresa Leão, sua mãe. Mais tarde viria a ser conselheiro de Dom Afonso, Primeiro Rei Portugal, o Dom Afonso Henriques, o menino que depois assume o seu lugar como rei. E em mil cento e trinta e dois de regresso a mais uma peregrinação de Jerusalém, radicou-se em Coimbra e aqui, como já foi referido, funda o Mosteiro de Santa Cruz adoptando a regra dos Cónegos Regrantes a Santo Agostinho, ou seja, a sua ligação a Viseu não se confina a Viseu, alarga-se a Coimbra e alarga-se também a todo o território nacional. E, quarta e última razão, porque é uma figura reconhecida e conhecida no mundo católico. Ele faleceu a dezoito de Fevereiro de mil cento e sessenta e dois e é nesta data que a Igreja Católica e a diocese de Viseu, celebra São Teotónio. Foi sepultado numa Capela da Igreja de Santa Cruz de Coimbra, próximo do local aonde está também sepultado o nosso Primeiro Rei de Portugal. E depois, um ano apenas após a sua morte o Papa veio a canonizá-lo como São Teotónio. Por estas razões, entendo eu que, seria uma pena para a cidade e um desperdício para a Diocese, não continuar o nome de São Teotónio ligado ao do novo centro hospitalar e por isso trago esta moção que passo a ler: **Moção - Considerando que:** A figura ímpar de São Teotónio permanece na memória dos cidadãos do concelho e da diocese de Viseu, pela vida exemplar de devoção à causa social, em favor dos mais necessitados, quer enquanto Prior da diocese de Viseu, quer como Prior do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, de que foi fundador; O nome de São Teotónio está associado ao Hospital de Viseu pelo menos desde mil oitocentos e quarenta e dois, primeiro no edifício da Santa Casa da Misericórdia, depois no actual edifício, desde a sua inauguração em mil novecentos e noventa e sete, apesar de todas as tentativas de reclassificação com o nome de Hospital de Grão Vasco; Por resolução do Conselho de Ministros de quinze de Dezembro de dois mil e dez, o Governo português aprovou o Decreto-Lei que cria o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, retirando-lhe a designação que conferia identidade ao Hospital de Viseu, com o nome de “São Teotónio”; Que cabe ao Estado, em todos os seus domínios, a obrigação de zelar pela máxima transparência nas suas Instituições e cabe às autarquias a obrigação de defender as suas memórias e honrar as suas mais insignes figuras; O Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD) vem propor que a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em Plenário no dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez, delibere: Um) Sugerir que, na reclassificação das duas unidades de saúde agora agregadas, se mantenha o nome de São Teotónio, passando a nova unidade a designar-se “Centro Hospitalar de São Teotónio: Tondela-Viseu”, (aqui a ordem dos nomes Tondela-Viseu ou Viseu-Tondela). Dois) Dar conhecimento desta Moção à Assembleia da República à Senhora Ministra da Saúde e à Assembleia Municipal de Tondela. Muito obrigada”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa do seu, lugar diz: “Obrigado Senhor Deputado. Tenho um pedido de esclarecimento por parte do Senhor Deputado Correia de Campos e, obviamente, que está já em discussão a moção apresentada. Senhor Deputado tem a palavra. -----



- DEZ - SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)

– Usa da palavra para dizer o seguinte: “Senhor Presidente, agradeço muito a exposição histórica, que eu não conhecia, sobre a figura de São Teotónio e que, enfim, reforça ainda mais o sentido de pertença do nome de São Teotónio ao Hospital de Viseu. Realmente, não faria qualquer sentido que o Hospital de Viseu, que é há séculos o Hospital de São Teotónio, de repente deixasse de ser Hospital de São Teotónio. O Hospital de Viseu vai continuar a ser de São Teotónio e continuará sempre São Teotónio. O Hospital de Tondela, que foi agora por Decreto-Lei agregado no Centro Hospitalar Viseu-Tondela, chama-se Cândido de Figueiredo. A mim também me parece que não faz nenhum sentido que o Hospital de Tondela, embora seja um pequeno hospital, deixe de se chamar Cândido de Figueiredo. O nome Cândido de Figueiredo está culturalmente ligado ao concelho de Tondela e nós como viseenses temos a obrigação de respeitar esse sentido de pertença. O que há aqui é apenas uma reunião de dois estabelecimentos que mantêm a sua unidade, a sua integridade cultural - um chama-se Hospital de São Teotónio, outro chama-se Hospital Cândido de Figueiredo - portanto, há apenas uma reunião num centro hospitalar. Quando se criaram os diferentes centros hospitalares do país, não houve nenhum centro hospitalar que assumisse um nome de um só hospital. O Centro Hospitalar Lisboa-Norte tem o Hospital de Santa Maria, que continua a chamar-se Hospital de Santa Maria, tem o Hospital de Polido Valente, que continua a chamar-se de Polido Valente e, portanto, não há nenhuma perda de autonomia nem de identidade. É por isso que me parece que esta moção, muito embora os motivos que levam o proponente a apresentá-la sejam os mais nobres, com o devido respeito, não tem sentido. Não está em causa, não houve nenhum hospital que tenha perdido a sua identidade. E não faria sentido, a meu ver, que nós agora impuséssemos aos de Tondela que a reunião dos dois hospitais passasse a ser São Teotónio. E ainda faria menos sentido que nós impuséssemos ou aceitássemos que os dois hospitais se chamassem São Teotónio-Cândido de Figueiredo, isso então seria o máximo do ridículo. Portanto, a solução correcta é aquela que está na Lei, Centro Hospitalar de Viseu-Tondela, que é constituído por dois estabelecimentos com a sua história e a sua cultura - o Hospital de São Teotónio e o Hospital Cândido de Figueiredo de Tondela. Por isso nós não podíamos estar de acordo com a moção e pedia, concretamente, ao colega Deputado que a retirasse ou revisse, quer dizer, não tem sentido a forma como ela é apresentada. Muito obrigado”.

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Viseira.

- ONZE - SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO

RODRIGUES (BE) – No uso da palavra intervém do seguinte modo: “Eu quase que vou repetir algumas das coisas que o colega da bancada do Partido Socialista disse. é que de facto, não faz sentido nós impormos a Tondela um nome, até porque, pode muito bem o concelho de Tondela ter uma concepção mais cívica da sociedade do que se passa nesta moção. Parece-me que é um peso excessivo da Igreja, não só na toponímia como até nos edifícios públicos, a começar pelo Salão Nobre da Câmara que tem um crucifixo, que me parece que é um insulto não só ao Estado Laico, como à República que laicizou o Estado separando-o da Igreja com privilégios medievais, que a Igreja detinha desde há séculos e que descriminava outras Igrejas religiosas, admitindo poder ter havido algum exagero jacobino nesse processo. Mas, uma Assembleia que teve a dignidade de aprovar uma casa mortuária confessional, não parece que fique bem aprovar uma medida deste tipo. Diria apenas que até nos orçamentos camarários aparece uma rubrica que é: Juventude, cidadania e religiões, não percebo muito bem esta mistura. Mas parece-me que em pleno século vinte e um já seria tempo de ultrapassarmos um pouco estes atavismos históricos. Muito obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Vicente de Figueiredo.



- **DOZE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD)** – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram suscitadas e diz: “Muito obrigado Senhor Presidente. Em primeiro lugar, responder ao Senhor Deputado Correia de Campos para dizer que, efectivamente, não corresponde à verdade o que disse. Eu tive o cuidado de consultar as designações que foram colocadas no portal do Governo e nós encontramos Centro Hospitalar de São João, não deixaram cair o nome e como o Senhor Deputado muito bem aqui referiu, também aparece Centro Hospitalar de Santa Maria Santa Maria, assim como apareçam outros centros hospitalares, embora depois associados em unidades hospitalares. De qualquer forma, e a propósito do nome do Hospital de Tondela Cândido de Figueiredo, eu quero aqui referir mais uma vez que São Teotónio não é uma figura exclusiva da cidade de Viseu. São Teotónio é Patrono da Diocese. E também não é por acaso que nós solicitámos que a Mesa remeta esta moção, depois de aprovada, à Assembleia Municipal de Tondela. Também não me parece que se nós colocarmos Centro Hospitalar São Teotónio Tondela-Viseu ou Viseu-Tondela, que venha a ferir algumas sensibilidades. A não ser que, e isto é que eu temo, que tenha havido intenção por parte de quem estabeleceu estas novas designações, como aqui foi trazido pelo representante do Bloco de Esquerda, temendo que os nomes de Santos, ou recusando que nomes de Santos estejam associados a instituições. Então vamos ter que limpar com uma esponja toda a História, porque temos um passado muito grande associado à Igreja Católica e não é de um momento para o outro, chegados ao século vinte e um, que vamos esquecer todo esse passado histórico da Igreja Católica a dizer assim: Vamos agora limpar os nomes de Santos em tudo que são instituições, em tudo quanto é autarquia, etc., etc. Não vamos por aí. Também por outro lado, para dizer ao Senhor Deputado Correia de Campos, que há uma razão para figurar o nome São Teotónio. Quero lembrar que na correspondência que vier a ser dirigida futuramente para o hospital, o nome de São Teotónio deixa de figurar e passa a ser Hospital Central Tondela-Viseu. Penso que é uma perda para a cidade e para a diocese perder a designação que estava associada e que esteve, como muito bem disse, durante séculos ao Hospital de Viseu – Hospital de São Teotónio, neste caso concreto, Centro Hospitalar Tondela-Viseu ou Viseu-Tondela. Muito obrigado”. -----

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- **TREZE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)** – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Senhor Presidente, é uma interpelação sobre a forma de uma informação. Se esta moção for como parece, que Vossa Excelência, vai submeter à votação, a bancada do Partido Socialista não participará na votação, porque entende que não faz qualquer sentido esta moção. Não votamos nem contra, não nos abstermos, mas simplesmente não participamos na votação. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Senhor Deputado, a Mesa colocará à votação, porque acha que faz todo o sentido pôr à votação uma moção que é subscrita por um dos grupos municipais. Se, efectivamente, os deputados do Partido Socialista não participarem na votação, não é um direito que tenham, aí têm que sair da sala, como é óbvio, não é? Portanto, se não querem participar na votação façam o favor de saírem e depois voltam a entrar, porque eu não posso aceitar. É um direito que não têm de estarem presentes na sala e não votarem. Vou pôr então à votação. A Moção foi aprovada com duas abstenções, um voto contra e o voto favorável dos restantes deputados presentes. E ficar mencionado na acta que os deputados do Partido Socialista que não votaram e que se ausentaram da sala. Só para esclarecimento, não há necessidade de estar a contar os votos a favor neste caso concreto, quando se contam os votos é quando estão em causa deliberações do Município, porque é obrigatório em termos da Lei que fique constante o voto. Neste caso concreto basta fazer a menção de que foi votada com duas abstenções, um voto contra e voto favorável de todos os outros presentes, à excepção do Partido Socialista. Dava já a palavra ao Senhor Deputado José Ernesto para



intervir neste ponto”. -----

- **CATORZE** – **SENHOR DEPUTADO JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ DE SÁ (PSD)** - Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Venho aqui hoje, a esta Assembleia, em primeiro lugar, desejar que todos tenham tido umas Boas Festas e que o próximo ano vos traga tudo de bom daquilo que nós ansiamos que é a saúde, a paz e amor. Mas venho aqui hoje, sobretudo, para falar de uma situação que ocorreu no dia dez de Dezembro na cidade do Rio de Janeiro, quando o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, em conjunto com a Senhora Doutora Teresa Bergher, Vereadora do mesmo Município, ambos conseguiram geminar estas duas cidades irmãs e tornar Viseu e o Rio de Janeiro cidades irmãs no Brasil. Foi um acto de grande nobreza, foi um acto, que penso que nós viseenses e qualquer português, se orgulham de saber que nesta terra do Brasil, aonde tanta gente emigrou, há tanto português que ainda hoje vive permanentemente a saudade da sua terra e a saudade da sua pátria. Além desta geminação também ocorreu outra em Campinas, uma cidade perto de São Paulo, uma cidade sobretudo muito industrial, aonde o Senhor Presidente da Câmara também protagonizou todo esse processo. E penso que levou o nome da nossa terra ao Brasil e com este acto penso que promoveu e divulgou, não só o nome da nossa terra, mas sobretudo a possibilidade de outros contactos, quer a nível social, quer a nível económico, que amanhã poderão vir a ter e ocorrer desta viagem. Dizer também, que vi muitos portugueses que por ali habitam, pessoas ligadas à cultura, pessoas ligadas ao comércio e à indústria, que viveram pela forma excelente este acto. Acho que nós, viseenses, devemos estar orgulhosos por sermos de Viseu. E como dizia Fernando Pessoa “A Língua é de facto a nossa Pátria”. Bem-haja Senhor Presidente por ter protagonizado este acto tão solene e tão brilhante, que ocorreu em Terras de Vera Cruz”. -----

- **MESA** – o Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado e aproveito também para felicitar a Autarquia, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, e a todos que intervieram neste processo, porque acho que é, de facto, uma geminação extremamente importante para Viseu. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Carlos Portugal, que era a pessoa que deveria ter usado da palavra antes, mas como ainda não estava na sala, passei o Senhor Professor José Ernesto à frente”. -----

- **QUINZE** – **SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL (PS)** – Usa da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Antes de mais, desejar a todos um próspero ano de dois mil e onze e que haja um progresso, dentro das dificuldades que se adivinham, mas sei que isso será possível se nós todos nos empenharmos nesse sentido. Venho aqui falar sobre uma questão que segundo informação divulgada pelo Jornal de Notícias de Viseu em três do onze de dois mil e dez e passo a citar: “... O Presidente da Câmara de Viseu, Fernando Ruas, anunciou a abertura de uma sindicância para apurar o montante em que a autarquia foi lesada por um funcionário do serviço administrativo de Atendimento Único, suspeito de ter falsificado documentos...”. Ainda sobre o mesmo assunto referiu: “... Pode ser mais ou menos do que cem mil euros, disse o autarca, que esperava que eventuais lesados compareçam no serviço para ajudar a deslindar o que poderá ser “a ponta do iceberg...”. Perante tais factos, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara, se a sindicância por si anunciada já revelou mais elementos, que nos possam informar acerca da real dimensão dos ilícitos, e se afinal há ou não iceberg de corrupção na Câmara de Viseu, como o Senhor Doutor então deixou transparecer. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra à Senhora Deputada Cristina Varandas. -----

- **DEZASSEIS** – **SENHORA DEPUTADA CRISTINA DE ALMEIDA LOURENÇO VARANDAS (PS)** – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Mediante a conjuntura sócio económica actual parece-nos pertinente a reflexão sobre várias questões, tal como a



intervenção social no nosso concelho. A referir a rede social, que é uma estrutura que tem grande importância pela adopção de práticas estruturantes de responsabilidade Social, pois que promove uma articulação e coesão dos agentes locais de forma a dar resposta a necessidades específicas do concelho. Esta rede social permite um desenvolvimento social sustentado rentabilizando os recursos e colocando ao dispor da comunidade medidas e acções estrategicamente definidas. Embora esta seja uma medida comprovadamente de grande importância e interesse para o desenvolvimento social local, verificamos que o Município de Viseu mantém um atraso significativo em relação aos restantes municípios, pese embora já tenha dado um passo importante que é o pré diagnóstico! Mas, enquanto que neste momento todos os outros concelhos estão a fazer as revisões dos seus diagnósticos e planos de acção, nós continuamos a sustentar acções e intervenções sociais avulso com um pré diagnóstico! Neste momento estamos a atravessar uma fase de grandes dificuldades internacionais e nacionais e a entrar num ano em que se antevê o acentuar dessas mesmas dificuldades; por isso, necessitamos de medidas que permitam uma autonomização das famílias, um desenvolver de competências dessas mesmas famílias. É nossa perspectiva, que mais do que dar apoios sociais, precisamos dotar a comunidade de estratégias para se auto sustentar, de medidas concertadas para uma integração social e não um reforço do comodismo ou facilitismo. Embora felicitemos o Município por medidas oportunas como o refeitório social, não podemos deixar de questionar os critérios de selecção destas famílias ou a inexistência de uma avaliação desta medida. Pois o que se verifica, é um aumento de refeições distribuídas, aspecto que se pode também justificar com o contexto sócio económico actual; contudo, como referi anteriormente esta é sem dúvida, em muitos casos, como é óbvio, não em todos, uma medida de alimentação do comodismo social, no qual “se dá o peixe e não a cana para pescar”! Medida esta que se poderia alterar estruturalmente se se tivesse um conhecimento real das necessidades do concelho! Se é uma realidade que o Concelho de Viseu necessita de medidas de intervenção social, (aliás, pelo que parece já existem freguesias que estão por si a fazer diagnósticos locais e a implementar as comissões sociais de freguesia), é urgente um diagnóstico que seja abrangente para que, aí sim, se possam definir planos de acção e desenvolvimento social local sustentado. Se fizermos uma comparação com algo que nos é bastante caro, que é a questão da saúde, que já foi falado hoje, nenhum médico pode intervir sem um diagnóstico, pois corre o risco de ser muito bem intencionado, mas negligente, com custos que daí advêm, que no mínimo será o agravamento da doença, neste caso a situação. Face a este estado de um certo imobilismo e até de indiferença numa questão tão fulcral, questionamos: Para quando uma definição estratégica da visão social do nosso concelho? Para quando um elencar de intervenções sociais sustentadas e criteriosas? Para quando um trabalho social em função das necessidades fundamentais do nosso concelho? E na verdade, ou concretamente, para quando um diagnóstico social, um plano de acção efectivo e sustentado que nos permita uma estratégia social de desenvolvimento local? Par terminar, lembrando que estamos a concluir o “Ano Europeu Contra Pobreza e Exclusão Social”, questionamos: Quais as medidas concretas que implementou a Câmara Municipal de Viseu a respeito deste assunto além da distribuição de cabazes de Natal?”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Almeida Henriques. -----

- DEZASSETE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOAQUIM ALMEIDA HENRIQUES (PSD) - No uso da palavra diz: “Uso da palavra para apresentar uma moção sobre uma matéria que me é muito cara e que penso que será também muito cara a todos os viseenses e a todos os Membros desta Assembleia Municipal. É que de facto Viseu não só tem sido discriminado do ponto de vista de algumas matérias que aqui já foram hoje referidas, mas a verdade é que, cidadãos carenciados de Viseu estão a ser fortemente prejudicados no diz respeito à medicina física e de reabilitação. É um assunto que já não é



novo, é um assunto que tem estado na ordem do dia e na agenda política há meia dúzia de anos. Reiteradamente têm sido colocadas questões ao Governo que têm sido abordadas em diferentes situações, mas a verdade é que no caso concreto de Viseu, independentemente do excelente serviço que está montado no Hospital de São Teotónio de Viseu, o Hospital de São Teotónio tem capacidade de responder a metade daquelas que são as necessidades desta região que abrange aproximadamente trezentas mil pessoas. O que significa que os cidadãos que têm ADSE, obviamente, que recorrem aos serviços das clínicas fisiatras que Viseu tem e, por essa razão têm de imediato acesso ao mesmo serviço, acontece é que nem todos os cidadãos têm essa possibilidade. Há, de facto, uma enorme quantidade de cidadãos - e alguns aqui presentes - que não tendo acesso à ADSE e não tendo também a possibilidade de fazer esses tratamentos no Hospital de São Teotónio acabam de ter que esperar pela requisição da ARS, irem muitas vezes de táxi, têm que ir a Gouveia, têm que ir ao Luso ou até algumas vezes à Régua. Enfim, uma medida, quer do ponto de vista económico e da gestão pública, me parece pouco acertada, um tratamento, que às vezes estamos a falar de umas dezenas de euros, acaba por custar um dinheirão ao erário público, pelo facto de se pagar a deslocação. Agora, para além da questão de gestão, que efectivamente, acho que este era um assunto que já devia ter sido resolvido há muito tempo, há aqui uma questão humanitária, estamos a falar de pessoas que necessitam de tratamento de reabilitação. Pessoas que tiveram a infelicidade de terem AVC's, tiveram a infelicidade de nascer com alguma deficiência ou que ao longo das suas vidas também foram perdendo algumas das suas capacidades e que são cidadãos que têm direito a viverem felizes. E a forma como são tratados faz com que se tenham de sujeitar a viagens, que efectivamente, são dolorosas para estes cidadãos e estamos a falar de cidadãos que no dia-a-dia acabam por viver numa grande tristeza e sempre à míngua da requisição que vai chegar da Segurança Social, da necessidade de fazer uma viagem, então se estamos no Verão ainda pior, no Inverno a mesma coisa. Sabemos também todos nós, que há intenção da parte da ARSCentro de fazer dois ou três protocolos aqui na nossa região para minorar este problema, designadamente, com instituições particulares de solidariedade social. A verdade é que da informação que temos não resulta claro que Viseu está a ser contemplado neste tipo de contratos. O que significa que, eventualmente, poderão ocorrer contratos, designadamente, na zona de Lafões e Viseu, onde está o grosso das pessoas que têm necessidade deste tipo de tratamento, poderá não acontecer. Por outro lado, há aqui também um facto relevante: Um grupo de cidadãos, permite-me realçar aqui o Senhor Fernando Mendes, que está aqui presente, juntamente com outras pessoas, puseram uma petição na Internet para exigirem que este assunto seja debatido na Assembleia da República. Esta moção também é uma maneira de prestar homenagem a estes cidadãos, porque acho que o exercício de cidadania se faz, exactamente, assim através dos políticos, mas também dos cidadãos directamente, que devem dar peso às reivindicações da própria sociedade. E, portanto, esta moção também tem como objectivo prestar homenagem aos cidadãos e servir também de reforço a essa pretensão da petição que está neste momento a correr e que é intitulada: "A falta de fisioterapia em Viseu". A moção que eu vou apresentar, vou passar a lê-la e tem o seguinte texto: Moção – Atendendo a que: A efectiva carência que se regista em Viseu no domínio da Medicina Física e Reabilitação (Fisioterapia) é há muito reconhecida pelo Ministério da Saúde e pela Administração Regional de Saúde do Centro. Atendendo a que: Esta grave discriminação negativa do nosso Distrito de Viseu, que só tem serviços convencionados no Luso, Gouveia e Régua, obriga a cansativas e dispendiosas deslocações de táxi e a um eterno caminhar para as listas de espera à procura de um tratamento. Atendendo que: As condições do Hospital de São Teotónio só permitem dar resposta a metade das cerca de oitocentas intervenções diárias necessárias, o que significa que ficam de fora quatrocentas pessoas; as que têm cobertura de seguros ou ADSE ou outro regime, recorrem às clínicas de fisioterapia



existentes em Viseu, as que são do serviço nacional da saúde, penam à espera da requisição e do táxi que as conduzirá às localidades já referidas, cada uma delas a cerca de uma hora de Viseu; em alternativa pagam do próprio bolso, o que é inadmissível, pois é uma clara discriminação face a outras regiões do País. Em recente resposta pública a esta questão o Governo aponta para a celebração de protocolos com as Misericórdias de Aguiar da Beira, Vouzela e Oliveira de Frades dizendo que espera assegurar uma boa cobertura geográfica somando estes novos serviços ao do Hospital de São Teotónio e da APPC. Esta solução não garantirá uma efectiva cobertura ao Concelho de Viseu, Centro-Sul e Norte do Distrito. Assim a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez, deliberou o seguinte: Um – Manifestar toda a solidariedade aos cidadãos de Viseu que se vêm privados deste serviço e saudar a iniciativa da petição pública intitulada “falta de fisioterapia (SNS) em Viseu”. Dois – Renovar junto do Ministério da Saúde e do Presidente da ARS Centro a necessidade de esta grave discriminação do Distrito de Viseu ser suprida de imediato. Três – Que a solução a adoptar dote o Concelho de Viseu com uma resposta consentânea com a sua dimensão e necessidades. É uma moção subscrita pelo Grupo Municipal do PSD”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos.

- DEZOITO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Solicita o uso da palavra para intervir do seguinte modo: “A bancada do Partido Socialista apoia esta moção. Apoia esta moção, porque considera que há, efectivamente, um vazio de cobertura nesta matéria no nosso concelho e também não nos convence a solução das Misericórdias periféricas. Se a Misericórdia de Viseu, eu sei que foi citada a fazê-lo, mas o seu plano de acção entendeu no seu livre alvedrio não iniciar este tipo de actividade, se ela o pudesse fazer, nós teríamos a situação em boa parte resolvida, mas não me parece que sejam as Misericórdias periféricas também que nos venham a resolver o problema. Portanto, o voto do Partido Socialista nesta moção, esperei até ao fim para ver bem os termos em que estava redigida a moção, mas parece-me que é moção dá liberdade a quem tem que decidir, “ao fim e ao cabo”, para escolher, encontrar as melhores soluções para que o problema seja resolvido. Eu não estou pessimista no médio prazo, há unidades de cuidados continuados a idosos que estão a começar a ser construídas, demoram dois anos até serem operacionais, é possível que daqui até lá elas tenham capacidades para oferecer serviços externos, mas também não estão organizadas, a sua forma de funcionamento não vai ser essa, não vai ser para serviços externos. De qualquer forma, uma vez que é um negócio viável, é possível até que o sector privado possa vir a apresentar solução. Agora, também me preocupa a situação e por isso é outras das razões pelas quais apoiamos a moção. Preocupa-me a situação do envelhecimento, quer dizer, é que nós todos sabemos que as limitações físicas derivadas do envelhecimento da população são limitações que impõem, realmente, uma maior procura deste tipo de cuidados. Por isso, resumindo e concluindo, damos o nosso apoio à moção. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira.

- DEZANOVE – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Usa da palavra para fazer a intervenção seguinte; “Só para dizer que não podíamos deixar de estar de acordo com os termos da moção. A Comissão Coordenadora do Bloco de Esquerda tem acompanhado este problema. Já tivemos contactos com pessoas que sofrem desta discriminação. Remetemos o assunto para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia da República e o Deputado João Semedo apresentou um requerimento – não tenho agora de memória quando – mas, naturalmente, que a resposta do Governo não é de maneira nenhuma satisfatória. Apoiamos, naturalmente, a petição que está a decorrer *online* e pensamos que já é tempo de resolver este problema de uma forma eficaz até para dignificar o Serviço Nacional de Saúde que todos defendemos. Muito obrigado”.



- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----
 - VINTE – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA DOS SANTOS (CDS/PP) -- Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Apenas para dizer que este é um tema que tem sido acompanhado pelo CDS/Partido Popular, nomeadamente, na Assembleia da República através da intervenção do Senhor Deputado pelo distrito de Viseu, Hélder Amaral. Aproveitar para dizer que o CDS/PP já apresentou duas perguntas ao Governo, à Senhora Ministra da Saúde. Numa obteve resposta, em que a mesma dizia que encetariam negociações com entidades privadas para a prestação desses serviços. Numa segunda, de insistência, ainda aguarda resposta do Governo. Paralelamente a isso, cumpre-me informar que no próximo dia quatro de Janeiro vai ser feita uma visita ao Hospital de São Teotónio por uma Delegação Parlamentar do CDS/Partido Popular, onde estarão a Doutora Isabel Garriça Neto, o Doutor Serpa Pimentel e o Hélder Amaral e onde se procurará também chamar, no âmbito dessa visita, a atenção para esta situação que nos preocupa a todos e dizer, como é óbvio, que apoiamos sobremaneira e subscrevemos a moção apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Deputado Doutor Almeida Henriques”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Almeida Henriques. -----
 - VINTE E UM – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOAQUIM ALMEIDA HENRIQUES (PSD) – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Muito obrigado. Para, numa curta intervenção, dizer ao Senhor Deputado Correia de Campos que eu acho que esta é uma situação que não se compadece com dois anos de tempo de espera, nem de mais um ano. Eu acho que há capacidade instalada em Viseu, existem instituições que podem muito bem, num curto prazo, resolver o problema. Eu volto a realçar que na moção o que se diz é: De imediato. O que está dito no texto é que o Governo encontre uma solução de imediato. Eu não gosto de confundir a minha função de Presidente da Assembleia Municipal com a minha função de Deputado. Não vou falar das inúmeras iniciativas, mas ainda no Verão tive uma reunião com o Senhor Presidente da ARS em que o assunto foi debatido durante mais de uma hora e que fiquei com a nítida sensação de que existiam expedientes do bom sentido legais, que permitiriam resolver o problema de imediato, isto é, se não há uma solução de fundo há sempre a possibilidade de extraordinariamente se fazer uma contratualização com entidades de competência existentes em Viseu, para que de imediato estes cidadãos possam ter uma resposta. Obviamente, o Senhor Deputado Correia de Campos já foi Ministro da Saúde e conhecerá ainda melhor do que eu a legislação em vigor, mas quando há necessidade e quando se quer resolver um problema a solução aparece de imediato. E neste caso concreto, para alguns destes cidadãos, se esperarmos um ou dois anos pode ser tarde do ponto de vista da evolução do seu estado de saúde. E, portanto, eu aqui para além da aprovação da moção e para além de agradecer em nome destas pessoas e o nome do Grupo Parlamentar o apoio que vai ser dado, porque penso que será uma moção que vai ser aprovada com o apoio de todos, eu apelo, designadamente, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e aos contactos que têm com o Governo, para que façam as pressões necessárias do ponto de vista político, para que este assunto não seja mais um daqueles que anda aí a marinar há vários anos. Aliás, lembro aqui que depois da reunião que tive com o Presidente da ARS, nunca mais me atendeu o telefone não sei porquê. Já lhe fiz para aí mais de vinte chamadas das quais não obtive resposta. Enfim, eu acho que as pessoas devem ter, pelos menos, a frontalidade se não têm uma resposta, atender o telefone a dizer que não têm uma resposta, porque eu também, embora me acusem aí de arrogante, é coisa que eu nunca foi e, portanto, sempre exerci a minhas funções, todas elas em defesa do distrito de Viseu. Se tiver que ser arrogante e até maldisposto para defender os interesses dos viseenses, nunca deixarei de o fazer. E aconselho ao Partido Socialista que, através dos canais que têm, também sejam arrogantes e que exijam o cumprimento, porque as pessoas que sofrem todos os dias



merecem mais atenção do que aquela que o Partido Socialista tem dado a esta tema, mas agradeço, desde já, o apoio à moção”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos.

- VINTE E DOIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Solicita novamente a palavra e diz: “Muito obrigado Senhor Presidente, eu julguei que me ia negar a palavra, mas provavelmente, regimentalmente estou no exercício de direito de resposta, suponho eu, ou então se não for assim, uma interpelação. Eu gostaria de lembrar ao Senhor Deputado Almeida Henriques que não vale a pena invocar proximidades partidárias entre o Grupo Parlamentar a que eu pertença aqui e o Governo que neste momento desempenha as funções executivas no País. O Grupo Socialista nesta Assembleia Municipal não é uma antena, nem um canal, nem tem canais privilegiados. Nós só temos canais se formos todos a tomar posições correctas. E por isso, esta posição é absolutamente correcta, é absolutamente certa e peço-lhe que não volte a fazer solicitações de canais ou do quer que seja, que isso não tem nada a ver com a democracia. A democracia é: Cada órgão cumprir as funções e as missões para que está destinado. Este órgão delibera, suponho eu, vai deliberar positivamente, à sua moção e a força da moção é isso que é importante neste aspecto. E, portanto, todos nós somos amigos, o Senhor também é amigo, também tem canais com o Governo e ninguém lhe pede que use os seus canais com o Governo. Por favor, vamos afastar de nós esse tipo de linguagem. Muito obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Nem havendo mais inscrições vamos passar à votação. A moção foi aprovada por unanimidade”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira.

- VINTE E TRÊS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Solicita o uso da palavra para intervir do seguinte modo: “Eu vou apresentar uma proposta de recomendação e devo desde já adiantar que tive alguma dúvida sobre se não deveria apresentar isto no ponto seguinte, dado que a Lei cento e sessenta e nove/ noventa e nove, no número seis do artigo cinquenta e três, diz que a Proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano, não pode ser alterada pela Assembleia Municipal, mas a seguir diz que a Câmara Municipal deve acolher sugestões feitas pela Assembleia Municipal, quando devidamente fundamentadas. Eu acho que sim, mas com algum receio que a Mesa entendesse doutra forma, resolvi incluí-la aqui Antes da Ordem do Dia. É uma proposta de recomendação que passo a ler: Proposta de Recomendação – “Taxa Municipal” sobre as caixas ATM (multibanco) instaladas em espaço público. A ocupação da via pública é, há já muito, objecto de tributação pelas autarquias locais. A Lei das Finanças Locais admite no artigo décimo quinto a criação de taxas pelos municípios e a Lei número cinquenta e três-E de dois mil e seis de vinte e nove de Dezembro (que aprovou o regime geral das taxas das autarquias locais) refere no artigo sexto alínea e) que as taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares, designadamente pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal. Não faltam exemplos concretos de tributação pelos municípios do aproveitamento especial do domínio público local: esplanadas em passeios; toldos; anúncios publicitários; amostra de mercadorias; venda de galados; pipocas, castanhas e outros produtos na via pública. Há contudo uma utilização especial do domínio público municipal que não tem constituído, até ao momento, receita tributária das autarquias: as máquinas ATM, quando pela sua localização no exterior do edifício, levam à ocupação parcial e temporal da via pública para a realização de operações próprias dos contratos de natureza bancária. A instalação de ATM (ou caixas Multibanco) na via pública enquadra-se nas situações previstas na lei. Mesmo que inseridas na fachada de edifícios, o manejo das ATM utiliza a via pública municipal de forma intensa, muito distinta do simples



trânsito pedonal. Por outro lado, a realização ininterrupta, através das caixas Multibanco, dum conjunto muito vasto de operações financeiras no espaço público municipal gera uma significativa utilidade económica para as entidades bancárias. Não há por isso qualquer razão consistente para que a utilização de forma especial da via pública pelas caixas Multibanco não seja objecto de tributação municipal. Refira-se, como exemplo que, na vizinha Espanha está generalizada a taxação pelas autarquias do uso especial do espaço público pelas ATM, medida que também já foi aprovada em vários municípios do nosso país, nomeadamente no nosso distrito, no concelho de Vouzela. Note-se ainda que, de acordo com o decreto-lei numero três de dois mil e dez de cinco de Janeiro, os utentes das caixas Multibanco estão protegidos contra qualquer tentativa de os bancos endossarem aos consumidores o valor da referida taxa. Assim, para que se iniciem os procedimentos, previstos no artigo oitavo da Lei número cinquenta e três-E de dois mil e seis de vinte e nove de Dezembro, e tendo também em conta a necessidade dos municípios obterem mais receitas para uma melhor resposta à grave situação social, a Assembleia Municipal de Viseu reunida em vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez, recomenda ao Executivo Camarário que: Seja criada uma Taxa pela utilização especial do domínio público municipal pelas ATM instaladas no exterior dos edifícios. Antecipando algumas objecções que possam ser feitas, diria apenas que em doze de Fevereiro de dois mil e nove, o Tribunal Supremo de Espanha concluiu que os Municípios têm legitimidade para lançar estas taxas. O valor médio em Espanha é de trezentos e cinquenta euros; Barcelona, por exemplo, é duzentos e vinte euros por ano por cada caixa de ATM; em Valladolid é duzentos e setenta e sete e em Sevilha vai de quinhentos e vinte e cinco a mil cento e cinquenta e cinco euros por ano e por caixa. Por exemplo, o Município de Villanueva del Fresno que tem - acho que são quatro caixas ATM - diz que não é pelo valor que aquilo representa para as contas, naturalmente, do Município, mas por uma questão de justiça fiscal e social. Portanto, o valor das taxas será definido pelo Executivo e, naturalmente, conforme os exemplos que dei da vizinha Espanha podem variar de acordo com a localização. Tenho dito”. -- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Como é hábito, o Senhor Deputado saberá, até porque já tivemos outras situações aqui na Assembleia Municipal, sempre que algum deputado efectue alguma recomendação seja do domínio das competências do Executivo, o que fazemos é, reencaminhar essa recomendação à Câmara Municipal que aí é que tem competência, se o entender pode vir a acatá-la e pode vir a trazê-la a votação aqui à Assembleia Municipal. Portanto, p que faremos é, exactamente, aquilo que temos feito até aqui, é depois reencaminhar para o Executivo. Nos termos do Regimento e da Lei é de facto um direito dos Membros da Assembleia Municipal apresentarem as recomendações. Pronto, está dentro dos direitos, mas também tem sido prática nesta Assembleia Municipal, quando estamos a falar de matérias que são da competência também da Autarquia e são aprovadas na Assembleia por proposta da própria Autarquia, o que fazemos é, pura e simplesmente, fazer chegar essas recomendações. Portanto, é isso que iremos fazer em relação a isto, como já fizemos em relação a outras recomendações no passado”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira.

- VINTE E QUATRO – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIQUES (BE) – No uso da palavra diz: “Eu por acaso tenho acatado naturalmente esta decisão do Senhor Presidente da Mesa, mas tenho algumas dúvidas. De resto, estive a ver e há propostas deste género, todas elas, que eu saiba, têm sido votadas nas respectivas Assembleias Municipais”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Senhor Deputado, na prática da Assembleia Municipal, desde que eu presido à Assembleia Municipal e também no tempo do nosso saudoso Engenheiro Coelho de



Araújo, as recomendações foram sempre enviadas para a Autarquia. Aliás, essa questão já se colocou numa outra sessão da Assembleia Municipal, acho que na última Assembleia Municipal, se não estou em erro, essa questão foi colocada. Eu vou seguir, exactamente, a mesma matéria, porque repare, não faz sentido a Assembleia Municipal aprovar uma recomendação que é da competência da Autarquia. Obviamente, que todas as recomendações, com certeza que a Autarquia as recebe de bom grado, analisará e, se entender, trará a proposta ou não trará a proposta. Agora, não faria sentido nenhum nós estarmos aqui a aprovar coisas que são da competência do Executivo Camarário, que depois tinham um efeito que era nenhum, porque se o Executivo Camarário entendesse não acatar essas recomendações, tínhamos estado aqui a aprovar algo que não tinha validade, portanto o que estamos a fazer é, exactamente, isso é mandar a recomendação para a Autarquia seguindo a metodologia que tem sido sempre a mesma adoptada por esta Assembleia Municipal. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo”. -----

- VINTE E CINCO – SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS) – Solicita o uso da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Reitero aqui também os votos de um Bom Ano de dois mil e onze. Apesar de haver muitas nuvens no horizonte, mas certamente que, todos faremos para que o ano de dois mil e onze seja positivo e que daqui a um ano cá estejamos para conversar e discutir aqui algumas matérias que interessam ao nosso município. Eu tenho estado aqui a ouvir tanta coisa que diz respeito não só a Viseu, mas também ao nosso País, coisas pouco agradáveis. Eu até vou começar quase com uma provocação, vou começar com uma coisa positiva e que é o Museu da Várzes de Calde. Não posso deixar, depois de ter visitado pela segunda vez o Museu da Várzea de Calde na freguesia de Calde, de expressar publicamente neste local, aonde estão tantos presidente de junta de freguesia e vereadores e não só, evidentemente, para fazerem uma visita aquele Museu na freguesia de Calde e verem como é que um velho edifício rural, casa rural, que é assim apelidado, depois de recuperado e de devidamente musealizado se transformou num pólo de desenvolvimento local. E, portanto como eu estou convencido que a maior parte de vós ainda não foi lá, talvez agora começando o ano de dois mil e onze com uma visita ao Museu de Várzea de Calde dirigido por uma competentíssima directora, não é por acaso que foi minha aluna. Acho que devem visitar esse Museu que está muito bonito, com um programa museológico muito bonito e é um bom exemplo de como num pequeno lugar, perdoe-me o Senhor Presidente da Junta de Calde, numa aldeia quase que não vem no mapa, se conseguiu um pólo de atracção e de desenvolvimento local. Daí eu perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, para quando a inauguração do Museu do Quartzo? O Museu do Quartzo que podia ser também um pólo gerador de dinamização. Eu já há vários anos que venho aqui a esta tribuna “como a água a dar em pedra dura” e o quartzo é uma rocha bastante dura, perguntar para quando a inauguração do Museu do Quartzo, localizado, como todos sabem, no zona do Monte de Santa Luzia, onde confinam duas freguesias – Abraveses e Campo. Portanto, para quando a inauguração desse, que poderá também ser um pólo de desenvolvimento daquela região? E que não é um Museu de coisas velhas, assim como o Museu da Várzea de Calde não é um Museu de coisas velhas, é um Museu de coisas antigas, mas onde vão muitos jovens, muitas crianças. Acho que era muito bom nós termos ali no Campo também um Museu com uma filosofia diferente, como é evidente. Também perguntava ao Senhor Presidente da Câmara, para quando um museu da judiaria de Viseu? A Câmara Municipal de Viseu investiu muito dinheiro do seu orçamento na aquisição da antiga casa da família Dias, do Doutor Figueiredo Dias, mais propriamente aonde era a Papelaria Dias. Penso que aí ainda se encontra provisoriamente uma delegação da Associação de Arquitectos Portugueses, não sei se é exactamente assim o nome, mas penso que seria um museu muito importante para o centro histórico, porque o nosso centro histórico, como nós todos sabemos, tem sido uma preocupação de todos. Eu não diria que é uma preocupação daqui



da oposição, do Partido Socialista, do Bloco ou do CDS, é uma preocupação de todos, da Câmara Municipal, certamente, dos Senhores Vereadores da oposição e dos Senhores Vereadores com pelouros, dado que esse museu poderia ser uma forma, não só de valorizar o nosso centro histórico, existem poucos museus ou centros de estudos, chame-se o que quiser. Se é uma forma de valorizar ali o nosso centro histórico, de dar a conhecer a história da judaica de Viseu, nós temos que assumir isso com toda a frontalidade e com todo o orgulho. De homenagear os viseenses judeus, que foram perseguidos e expulsos da sua cidade e do seu país também, numa das páginas mais negras da nossa História e da História Europeia, fomentado, claro, pela perversidade da inquisição. E, portanto, eu acho que nos parece, ao nosso Grupo Parlamentar, que todas as achegas que possam fomentar, dinamizar, repovoar, incrementar a recuperação do centro histórico de Viseu, da malha urbana antiga de Viseu, são positivos. E, portanto, gostaríamos que esse projecto, que penso que esteve também na mente dum grupo que trabalhou a questão dos museus municipais, foi um aspecto que também esteve presente. Gostaria só de terminar com uma nota de agrado, que foi ter presenciado aqui há uns dias e penso que não se todos os dias, mas pelo menos aos fins-de-semana, vê-se gente a pescar no Rio Pavia, na zona da Ribeira. Ora, vê-se gente lá a pescar, não sei se os peixes estão em condições de serem consumidos, mas seja como for, é uma aspecto positivo que eu não posso deixar de realçar e de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, para quando a recuperação de toda aquela zona a jusante da zona da Telecom, ali da zona dos bairros sociais, ao fim e ao cabo, para quando a recuperação dessa zona a jusante? Parece-me que a cidade, que teve durante muitas décadas, penso que décadas demais, de costas viradas para o rio, parece que começa agora a olhar aquele espaço como um espaço de lazer. Evidentemente, com as obras que já foram concretizadas num troço significativo do rio, que atravessa sobretudo a parte central da cidade, mas que me parece que era importante essa zona a jusante dos moinhos, que também foram recuperados, na zona da PT, seria muito importante essa recuperação, portanto, a jusante, para vermos também gente por ali abaixo a pescar e até a fazer um concurso de pesca. Eu não sou pescador, diga-se de passagem, mas é evidente que, era muito importante para a cidade, para a qualidade de vida na cidade, recuperarmos esta zona, também do Rio Pavia”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Vila Chã de Sá. -----

- VINTE E SEIS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ DE SÁ – (PSD) – Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “É só para acrescentar um ponto ao meu ao meu querido amigo Jorge Adolfo disse. Dizer-lhe que na questão que ele referiu e a intervenção que fez eu achei excelente. Dizer-lhe também que, em Vila Chã criámos - e ele conhece, porque já lá esteve várias vezes - um Ecomuseu que é representativo de toda a parte orgânica da freguesia, quer agrícola, quer industrial, na sua vertente que é no aspecto cultural. E dizer-lhe que há muitos colegas meus que suas freguesias também requalificam áreas que são seculares e que são interessantes para perpetuar a História deste concelho. Dizer de facto, que eu conheço e conheci algumas freguesias, não quero referir, ele sabe muito melhor do que eu, que há pequenas reconstruções, sobretudo lugares históricos nas suas terras, que dignificam e preservam a nossa História. Eu penso que este trabalho de aprofundar os nossos valores históricos são fundamentais. Dizer, portanto, que o facto de vir aqui falar de um trabalho que fiz, aqui há uns anos a esta parte, com a colaboração da Câmara, o projecto que se fez, penso que no concelho se está a fazer isso. E há mais, há muitos monumentos, sobretudo na minha aldeia, altamente históricos e que vão brevemente também ser objecto de um programa e de um projecto para valorizar e sobretudo para criar aquilo que a Câmara muito bem dinamizou, que são os caminhos pedestres e, se calhar, um desses caminhos vai ser feito brevemente em Vila Chã de Sá. Irá passar por uma parte histórica, portanto, de uma parte museológica



interessante e que brevemente nós falaremos sobre isso. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues. -----

- VINTE E SETE – SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS) - Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “A minha intervenção tem aqui dois momentos distintos. Eu tentarei explicar quando é que estamos a tratar de um e o do outro. Para começar: Com o aproximar do novo ano, prevê-se a reedição de vários programas culturais promovidos pela Câmara Municipal de Viseu, naturalmente o Festival de Teatro Jovem voltará a fazer parte da Agenda Cultural do Município para meados de Maio, e portanto, a esta distância, gostaríamos de contribuir para o sucesso desta iniciativa deixando algumas notas que resultam do diálogo com várias associações e ex-participantes do Festival. O Festival de Teatro Jovem de Viseu desde o seu nascimento, há onze anos atrás, tem tido um crescimento paulatino, e viu o número de espectáculos e grupos participantes a aumentar significativamente nos últimos quatro anos, pois se em dois mil e seis foram quinze as peças apresentadas (entre peças a concurso ou apresentações de grupos convidados) em dois mil e dez foram apresentados trinta espectáculos no âmbito deste Festival. Além disso, nesta última edição, o Festival apresentou duas novidades, que foram a organização de espectáculos na Biblioteca Municipal (além do habitual Auditório Mirita Casimiro) e também a oferta prévia de um Curso Intensivo de Artes Cénicas destinado aos participantes do Festival de Teatro Jovem. Considerados portanto, que no cômputo geral foram dados passos importantes nestes últimos anos para o melhoramento do Festival, e as Associações têm dado uma resposta positiva ao desafio da Câmara Municipal. Neste sentido gostaríamos de acrescentar alguns pontos que consideramos relevantes para maximizar o potencial desta iniciativa, enquanto certame de experiências e formação dos jovens Viseenses. Nomeadamente uma actualização do regulamento e prémios atribuídos aos vencedores colectivos e individuais do Festival, que notamos não ter sido actualizado nas últimas edições. A actualização dos prémios não pressupõe obrigatoriamente um aumento dos valores monetários que são pagos a determinado Grupo para a Melhor Peça, nem um aumento para a melhor interpretação Masculina ou Feminina. Trata-se antes de proporcionar a estes vencedores mais oportunidades de desenvolverem um talento que possuem. Propomos à Câmara Municipal de Viseu que encete esforços para estabelecer parcerias com entidades públicas ou privadas, que permitam a apresentação do talento dos Jovens Viseenses noutros palcos nacionais ou mesmo internacionais. Os jovens actores Viseenses que se reúnem para realizar uma peça de teatro, na maioria das vezes numa idade em que estão à procura da sua vocação, certamente ambicionam explorar ao máximo essa experiência. Mais do que o prémio monetário que recebem, a possibilidade de poderem apresentar-se a outras pessoas, noutras cidades, será um grande reconhecimento do seu valor e potencial. A possibilidade de poderem interagir com mais pessoas do mundo cultural e do teatro, que agora descobrem, só poderá enriquecê-los enquanto cidadãos e esclarecê-los enquanto indivíduos quanto ao seu futuro. Portanto, o Partido Socialista entende que a Câmara Municipal de Viseu poderia melhorar o prémio para o Festival de Teatro Jovem: Primeiro – Estabelecendo parcerias com outras Câmaras ou Entidades Gestoras de Teatro de vários pontos do país, para que o Grupo que vença a categoria de Melhor Peça do Festival de Teatro Jovem de Viseu possa fazer uma tournée por esses locais promovendo o talento destes Jovens e simultaneamente Viseu enquanto cidade que apoia a Cultura; Segundo – Encontrar um parceiro institucional privado ou público que financie uma “bolsa de mérito” para a Melhor Intérprete Feminina e para o Melhor Intérprete Masculino do Festival, possibilitando assim aos mesmos a realização de uma formação de Artes Cénicas ou performativas numa instituição Nacional ou Internacional de Prestígio designada pela Câmara Municipal de Viseu. Deste modo, entendemos que o Festival de Teatro Jovem de Viseu ganharia um maior prestígio, o Município de Viseu afirmar-se-ia como modelo a



seguir no que concerne a apoios de novos talentos e os Jovens Viseenses, que anualmente participam neste Festival, teriam uma maior oportunidade de desenvolverem o seu talento. Terminei este ponto da minha intervenção sublinhando que estas são propostas com as quais não pretendemos o aumento de despesa por parte da Câmara Municipal de Viseu e esperando que, o Senhor Presidente da Câmara, já agora, a Senhora Vereadora da Cultura acolham estes contributos, para que já este ano se melhorem os prémios para os vencedores do Festival. A outra parte da minha intervenção, mais curta, prende-se com o facto de darmos voz a uma questão que nos foi colocada por algumas associações culturais do concelho, nomeadamente a cerimónia de entrega de subsídios que habitualmente costuma ocorrer nos meses de Novembro e Dezembro e que este ano não ocorreu. A questão com a qual fomos abordados, e portanto, aqui amplificamos e colocamos também à Câmara Municipal é: Se a não realização desta cerimónia se prende com o facto de não serem atribuídos estes subsídios este ano ou se a cerimónia apenas foi adiada por algum motivo? Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas.

- VINTE E OITO – SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) - No uso da palavra diz: “Vivemos actualmente uma situação muito difícil no nosso país, em virtude de uma gestão pouco rigorosa que nos atirou para um cenário de recessão económica e cuja consequência a curto e médio prazo trará enormes problemas sociais, nomeadamente para os mais desprotegidos da nossa sociedade. Numa altura, em que a austeridade é a palavra de ordem para reequilibrar as contas públicas, assistimos ao corte das prestações sociais, ao aumento de impostos, à perda de benefícios fiscais, à diminuição dos rendimentos das famílias, ao aumento do desemprego que atinge níveis históricos. É pois, neste quadro particularmente difícil que quero destacar a política social da Câmara Municipal de Viseu através dos seus inúmeros programas de apoio àqueles mais carenciados e que se traduz num enorme esforço orçamental. Destaco, o Programa de Habitação Social, desenvolvido pela HABISOLVIS, cujo objecto envolve a gestão social, patrimonial e financeira dos empreendimentos e fogos de habitação social: Quatrocentas habitações em bairros municipais (Cadeia, Balsa, Paradinha e Quinta da Pomba) e dezasseis fracções noutros bairros (Fundação Salazar, 1º de Maio, Calçada Viriato e Marzovelos); a empresa tem em curso a reabilitação dos bairros sociais, que representa um esforço de novecentos mil euros. O Programa de Reparação/Beneficiação/Reconstrução e Saneamento em casa própria ou arrendada de pessoas carenciadas, com vista a permitir que todos os Viseenses possam ter habitação com o mínimo de dignidade, cumprindo assim o princípio da dignidade da pessoa humana, através de duas vias: Elaboração gratuita de projecto, isenções de taxas de construção, apoio pecuniário (vinte e cinco a trinta por cento do orçamento) e isenção ou redução de taxas de ligação de ramais de água e saneamento; Por outro lado, através do programa PROHABIT, que permite obras até um máximo de quatro mil e trezentos euros em casas de banho, cozinhas, rede eléctrica, pavimentos, paredes, portas e caixilharias. Este programa vem abrangendo um número crescente de candidaturas (mais do dobro relativamente a dois mil e três e mais quarenta e dois por cento que, em dois mil e cinco) e um aumento significativo de ajuda financeira (três vezes sobre o ano de dois mil e três e vinte e três por cento em relação a dois mil e cinco, que atingiu mais de duzentos mil euros). O Programa de Apoio a Crianças e Jovens Vítimas de Maus Tratos, concretizado na participação municipal na Comissão de Protecção a Crianças e Jovens em Risco, através do Protocolo com o IDS – Instituto para o Desenvolvimento Social, traduzido na cedência de instalações, apoio técnico e administrativo (funcionários, equipamento e material de escritório), água, electricidade, viatura e combustível), e convém abrir aqui um parêntesis até porque eu ouvi a intervenção com muita atenção da nossa colega socialista. Eu queria dizer-lhe que há muitos mais instrumentos para além do que aquele



que foi referido, para além do tal diagnóstico, para além do restaurante social. A verdade é que Viseu tem uma série de dispositivos em termos de assistência social e não nos lembrámos disto nesta altura particularmente difícil da vida do país. Lembrámo-nos disto há muitos mais anos atrás e, portanto, é um projecto sustentável. Também queria aqui dizer, porque falei da Comissão de Protecção de Menores que, se estivéssemos à espera da Administração Central a Comissão de Protecção de Menores não tinha sequer meios para actuar. Portanto, acho que se deve, por justiça, dizer que o papel aqui da Câmara Municipal de Viseu é essencial para que este tipo de instrumento continue a funcionar no terreno, como ele deve ser. Por outro lado, queria também realçar o Programa de Inserção Social, concretizado no Núcleo Local de Inserção, que faz a análise dos processos dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, com vista aos Acordos de Inserção, que envolve a cooperação de vários serviços (Segurança Social, Município, Educação, Saúde, IEFP, IPSS, entre outras entidades). O Programa de Apoio a Pessoas com deficiência: O Núcleo de Atendimento e Acessibilidade; O Projecto «A Cor do Natal»; O Provedor do Cidadão com Deficiência que faz a ponte entre a problemática da deficiência e a intervenção municipal que sob a batuta do Professor Joaquim Escada tem feitos progressos visíveis por todos; O Projecto reintegrar celebrado com a ACAPO; A adaptação de computadores no Espaço Internet a cidadãos portadores de deficiência; O Programa de Apoio à População Sénior consubstanciado no Cartão Municipal do Idoso; No Projecto Natal Solidário através da distribuição de Cabazes; O Projecto Intergeracional (idosos, voluntários do hospital), Dia de Reis, Quinta da Alegria, Chá Dançante, Passeio Anual, Baptismo de Voo, entre outras, entre outras, entre outras; O Programa de Prestação de Cuidados de Saúde, traduzido no acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos Centros de Saúde, no âmbito da UMS - Unidade Móvel de Saúde na prevenção, na vigilância de saúde, na prestação de cuidados de saúde à população, nomeadamente à mais idosa de cuidados de saúde à população, nomeadamente a mais idosa e com dificuldades de acesso à Sede e às Extensões dos Centros de Saúde (cuidados de enfermagem ao domicílio, rastreio de saúde oral e de doenças cardiovasculares, actividades de saúde escolar); A criação pioneira do Restaurante social que tem apoiado aqueles que, perante uma série de vicissitudes da vida viram a sua situação económica agravar-se ao ponto de nem poderem assegurar uma refeição; O assegurar das refeições escolares que muitas vezes são a única fonte de alimentação de algumas das nossas crianças, e aqui mais uma vez quero perguntar: Aonde é que está a Administração Central? Que apenas contempla vinte dois cêntimos por cada refeição. A Administração Central lançou o “programa de frutas nas escolas”. Pois é, esqueceram-se foi de pagar a conta e continua o Município a pagar a conta. Portanto, é muito bonito falarmos de questões sociais, mas depois é preciso uma prática, uma resposta concreta no terreno. Queria também destacar o trabalho meritório que as diversas instituições viseenses têm efectuado no combate à pobreza e à fome e que demonstra a grandeza humana dos Viseenses, é pois nestes tempos difíceis que vemos o melhor das nossas gentes. Em suma, a mensagem que queremos transmitir aos viseenses é que reconhecemos as dificuldades que enfrentamos nos dias de hoje, e que percorreremos juntos, lado a lado, ninguém ficará para trás porque Viseu é um Concelho, naturalmente, solidário! Tenho dito”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Tiago Pinhel. -----
 - VINTE E NOVE – SENHOR DEPUTADO TIAGO ANDRÉ DE ANDRADE COELHO PINHEL (CDS/PP) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “O que me trás aqui é a apresentação de uma moção subscrita por dois Grupos Municipais e que nos parece, naturalmente, oportuna pelo tempo em que ocorre, pelo sentido político que carrega e que é clara no texto, pelo que passo a ler: MOÇÃO DE HOMENAGEM - À Memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa. Considerando que: Ocorreram, no



passado dia quatro de Dezembro, trinta anos sobre a data do mais que provável assassinato de Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e demais ocupantes do avião que os transportava, em circunstâncias trágicas e nunca completamente esclarecidas; Foram dois dos políticos mais marcantes do século XX português e cuja acção política, deixou marcas profundas na sociedade portuguesa; Que ambos deram importantes contributos para a criação de um Portugal moderno e democrático, cujo objectivo era a construção de um Estado democrático integrado na Europa; Não obstante a morte precoce de ambos, envolta em mistério e polémica, Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa continuam a ser duas das grandes referências nacionais como políticos sérios e responsáveis que se empenharam activamente na construção de um país desenvolvido e democrático; A crescente desresponsabilização política das actuais elites e a presente crise de valores a que temos vindo a assistir nos últimos tempos nos leva a que façamos uma profunda reflexão sobre o rumo que o país está a levar, recordando, em muito, os seus valores e ideia de Portugal; Que actualmente grassa em Portugal um profundo pessimismo sobre o futuro do país face às graves contradições e desigualdades com que presentemente se debate a sociedade portuguesa em geral; Que a participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático e que o momento actual é de profunda desmotivação e desinteresse pelo debate político; Que a profunda crise económica, social e de autoconfiança que assola o país agravada pela actual crise de valores e de referências obriga a uma profunda reflexão colectiva sobre o perfil que os nossos políticos devem ter no destino do nosso país; Que actualmente o país precisa de políticos íntegros e sérios com fortes convicções e defensores dos valores da justiça e da solidariedade, Homens esses como o foram, em vida, Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa cujo exemplo é e será sempre de relembrar. Os Grupos Municipais do PPD/PSD, do CDS-PP, propõem que a Assembleia Municipal de Viseu, na sua reunião de vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez, delibere: Prestar homenagem a Francisco Sá Carneiro e a Adelino Amaro da Costa e demais ocupantes do avião que os transportava, no trigésimo Aniversário da sua morte com um minuto de silêncio em memória de todos; Dar conhecimento da presente moção aos órgãos de soberania; E apelamos por fim a todas as entidades concelhias que no âmbito das suas atribuições venham futuramente a perpetuar o nome e memória destes Homens”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Muito obrigado Senhor Deputado. Está em debate esta moção. Pergunto se alguém se pretende inscrever. Senhor Deputado Correia de Campos tem a palavra, faça o favor”. -----

- TRINTA – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “As figuras de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, trinta anos passados sobre a sua morte prematura, são figuras que nos infundem a todos, suponho que todos nesta sala, o maior respeito. A sua morte prematura impediu que as suas personalidades políticas se desenvolvessem e pudessem fazer beneficiar o país de todo o génio e capacidade de que deram provas durante a sua breve existência. E por isso, os sentimentos que cada um de nós, e eu neste caso em particular, tenho por estas duas personalidades e também por aqueles trágicos acompanhantes que pereceram no acidente, ou no incidente, são para mim uma matéria que não pode ser objecto de especulação política. E por isso, é necessário distinguir muito claramente aquilo que é homenagem sentida a estas duas figuras, na qual nós participaremos através de um minuto de silêncio, daquilo que é pura especulação política de dois partidos, que muito legitimamente, agora entendem voltar a reunir-se a propósito deste acontecimento. O meu Grupo Parlamentar, embora vá manifestar-se como já disse sobre o silêncio, não pode aceitar os termos desta moção. Mais que provável assassinato, significa passar um atestado de incompetência à Comissão de Inquérito que acaba ou que



está em vias de vir a ser aprovada na Assembleia da República. Por isso, aquilo que os cidadãos não podem fazer é sobrepor-se ao juízo dos órgãos que o país nomeia ou aponta como responsáveis por uma inquirição deste tipo. E por isso, esta parte da moção tem o meu total repúdio, tal como tem total repúdio a expressão, que me parece profundamente gratuita, profundamente infundada, profundamente injusta, “o rumo que este país está a levar”, sobretudo, profundamente negativa! Não esperava ver um jovem com uma afirmação destas! O rumo que o país está a levar? Desculpem! É uma situação profundamente negativa! Por isso, Senhor Presidente, o sentido de voto da Bancada Socialista é: Voto contra esta moção, mas, Senhor Presidente, se a moção for aprovada e se o minuto de silêncio for aqui assim proferido, nós teremos todo o orgulho em nos associarmos a essa homenagem. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos.

- TRINTA E UM – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (PS) – Usa da palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Realmente a intervenção que eu tinha pensado fazer neste âmbito não era esta. Mas, em função daquilo que ouvi anteriormente, vou ter que redireccionar as minhas palavras e pensá-las bem antes de as dizer para não incorrer em afirmações de alguma gratuidade e desfasadas daquilo que são os reais propósitos e daquilo que nos motivou a nós todos, ao Grupo Parlamentar, neste caso, do CDS/PP e PSD, mas que poderia ser, e é com certeza extensível a todos, aliás como o Doutor Correia de Campos o afirmou, para que não seja mal interpretado. Bem, oportunismo político não há nenhum, simplesmente há a vontade de lembrar e de homenagear dois grandes homens deste país. Dois grandes homens que viram a sua vida interrompida de forma brutal e que, não tenhamos dúvidas ou não haverá grandes dúvidas, sobre a forma como isso ocorreu, Mas, cada um fará o seu entendimento, esse entendimento é o nosso, não o afirmámos de forma categórica, exactamente, para não ferir certas susceptibilidades, apenas dissemos que havia uma presumível intenção de que isso acontecesse, terá acontecido dessa forma. Quanto ao resto, são as apreciações, é a constatação que nós fazemos ao actual estado político. Eu lembro-me do dia em que os dois faleceram, foi no meu dia de anos, portanto, nunca me vou esquecer, a quatro de Dezembro, faço anos neste dia. Estava em casa com familiares meus quando de repente a televisão ficou negra e apareceu o Raul Durão ou o Fernando Balsinha a comunicar ao país a morte do Primeiro-ministro e do então Ministro da Defesa. Se calhar, poderei estar enviesado na minha opinião, se calhar, poderei estar desfasado do que terá sido a actuação desses homens, mas tudo aquilo que li, tudo aquilo que ouvi, nomeadamente, dentro do meu partido a admiração de todos pela figura do Engenheiro Adelino Amaro da Costa, e estou certo que dentro do PSD, pela figura de Doutor Francisco Sá Carneiro e por aquilo que transvaza em todos os quadrantes políticos. Tenho quase a firme convicção, se tal incidente – como o Senhor Doutor disse – não tem ocorrido o país, se calhar hoje estaria bem melhor. Seguramente estaria bem melhor! Quanto ao resto, não me vou alongar muito mais. Dizer apenas que com esta moção também se espera que a História de Portugal seja lembrada e que sejam honrados os nomes daqueles que dela fizeram parte. Ao contrário do que muitas vezes para aí acontece, parece que em Portugal há heróis de primeira, heróis de segunda e que há uma história que deve ficar na História e outra que deve ser esquecida. Temos esse comportamento com outros actores da nossa História e não gostávamos que isso acontecesse com Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa, António Patrício Gouveia e outros que seguiam nesse avião, uns mais conhecidos do que outros, outros apenas familiares dos que seguiam a bordo e outros apenas porque estavam ao seu serviço, que era o de pilotar uma aeronave. E agora vou falar um pouco daquilo que me trazia aqui no seguimento desta intervenção e que já falei um pouco. A História de Portugal, nomeadamente a História mais recente, por vezes é um bocadinho enviesada, por vezes dá ideia que uns foram heróis, porque fizeram



determinadas coisas e outros só porque pensaram de maneira diferente, já não o são ou não são tão heróis. Isso vem a propósito dos trinta e cinco anos passados sobre o vinte e cinco de Novembro e aqui há um corte claro, e faço questão de o frisar para não ser mal interpretado, entre a intervenção que fiz sobre a moção apresentada sobre a memória de Adelino Amaro da Costa Francisco Sá Carneiro e aquilo que vou falar a seguir. Trinta e cinco anos passados sobre o vinte e cinco de Novembro continuamos muitos de nós, muitos dos senhores a olhar para a História como que só existissem os heróis de Abril que têm o seu mérito reconhecemo-lo, fizeram muito, mas não esquecemos que passados tempos, outros da mesma altura tiveram que emergir e também tomar algumas atitudes para que o país não mergulhasse, digamos assim, numa democracia, para ser simpático e não ser polémico, esquerdizante. Assim sendo, e abusando um pouco da minha intervenção, gostaria de aqui deixar outra moção sobre os trinta e cinco anos do vinte e cinco de Novembro de mil, novecentos e setenta e cinco. Trinta e cinco anos da Democracia, que farei chegar entretanto à Mesa se me for permitido. Passo a ler: Se é verdade que já passou mais de um mês sobre esta efeméride, a importância desta data justifica que não se perca a oportunidade de a relembra. Em Vinte e cinco de Novembro de mil, novecentos e setenta e cinco terminou o período a que se convencionou chamar PREC (Processo Revolucionário Em Curso). O PREC representou a tentativa das forças políticas da esquerda não democrática em tomar a liderança do processo iniciado em vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro. Estas forças, com particular destaque para o PCP e para os partidos tradicionalmente designados de extrema-esquerda cuja espinha dorsal se reúne hoje no Bloco de Esquerda, tudo fizeram para boicotar a construção da Democracia tal como nós e qualquer cidadão perfeitamente identificado com os reais valores e modo de vida da mesma, a entendemos. A violência gerada por este processo correu a sociedade e ninguém negará que em todos os campos se terão praticado crimes. Também o CDS terá tido nas suas fileiras quem em tais atropelos se envolveu, mas a diferença é que a ideologia dos promotores do PREC era essencialmente antidemocrática e a ideologia do CDS e de outros partidos inequivocamente Democrática. Assim, não fora o esforço dos militares e de muitos outros cidadãos que arriscaram as suas carreiras e as suas vidas nos acontecimentos desse dia e nos que o antecederam e a Democracia teria, muito provavelmente, perecido ou pelo menos sido acorrentada por muito tempo. Embora afirmando que o vinte e cinco de Novembro não deixou Portugal no caminho que entendia como o melhor, a Constituição estava já impregnada de uma visão socialista da sociedade, o mesmo permitiu a recuperação do primado da democracia. Infelizmente, essa marca socialista da Constituição, a que é bom lembrar apenas o CDS, de Adelino Amaro da Costa, então se após, só de forma lenta e envergonhada tem vindo a ser apagada, restando ainda muito por fazer nesse sentido. No entanto, reconhece o CDS que, à data e face às dificuldades do processo, salvar o essencial da Democracia foi já obra de gigantes na qual todos os partidos democráticos à direita do PCP participaram. Assim, os Deputados Municipais do CDS/PP propõem à Assembleia Municipal de Viseu, reunida a vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez que: Um – Se aprove um voto de louvor a todos os que construíram as condições para o sucesso das acções que em vinte e cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco devolveram a Portugal ao caminho da Democracia, e em especial para os quais, com risco das suas vidas, executaram as acções militares que concretizaram tais acções; Dois – Se dê conhecimento desta moção aos Órgãos de Soberania; Três – Se publique esta moção em jornal com difusão no Concelho de Viseu. Viseu, vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez. Grupo Municipal do CDS/PP. Muito obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Só um esclarecimento à Assembleia, que é o seguinte: Eu acedi a que o Senhor Deputado Rui Santos fizesse a apresentação desta Moção. Houve,



de facto, aqui uma falha por parte da Mesa. Como estavam aqui dois papéis com o logótipo do CDS, eu não me apercebi que eram duas moções distintas. E, portanto, eu devia já ter dado a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos para apresentar esta moção logo no início, quando ela deu entrada na Mesa. Eu entendi que a forma mais consentânea seria nesta interpelação fazer a apresentação da Moção, portanto, estão as duas moções em debate. Obviamente, que depois serão votadas separadamente como é normal”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----

- TRINTA E DOIS – MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – Solicita o uso da palavra e diz: “Senhor Presidente, vou apenas fazer a intervenção, foi assim que me inscrevi, para a primeira moção, portanto, é só relativamente a essa que me vou cingir, no fundo, constatar aqui publicamente aquilo que todos nós já constatámos. O Partido Socialista hoje está decido a entrar para a história criando novos mecanismos num sistema que se diz democrático. As pessoas são eleitas, estão aqui a representar outras pessoas, o sistema democrático permite ter actuações de voto: A favor, contra ou a abstenção, mas a partir de hoje foi aberto uma nova modalidade no país, de que há o ausentar da sala. Já estou a ver na Assembleia da República, na discussão e aprovação do próximo Orçamento de Estado, os partidos da oposição ausentam-se da Assembleia da República, portanto, é uma nova modalidade e muito interessante. E agora com esta moção, vem mais outra proposta que é: Votando contra executam o que a moção diz para ser feito, portanto, é uma outra modalidade também que estão aqui a inaugurar. É assim: Vamos votar contra, mas vamos fazer aquilo que os Senhores propõem. Bom, vamos falar claro, vamos falar olhos nos olhos, vamos ser coerentes e vamos separar as coisas. Como qualquer moção, há sempre uma parte de preâmbulo e há a moção propriamente dita. É óbvio, que na parte do preâmbulo, isto é normal em quase todas as moções, nós nem sempre nos podemos identificar com uma palavra, com uma frase, com uma expressão, mas quando chega o momento da votação, obviamente que, é o que consta da moção, essa sim é que é a decisória para o nosso sentido de voto. Portanto, é perfeitamente legítimo que, relativamente aos preâmbulos, haja aqui alguma questão que as pessoas não se identifiquem por aí além, mas também deixem-me lembrar-vos que, a última Comissão de Inquérito ao acidente Camarate, deliberou que foi um atentado. Parece-me que estamos esquecidos! E só não passou a tribunal, porque entretanto passou a prescrição, porque senão teria passado a tribunal e poderia, eventualmente, ser essa também a decisão do tribunal. Mas a decisão da Comissão de Inquérito, que engloba todos os partidos com assento na Assembleia da República, deliberaram que foi um atentado. Portanto, a expressão dizer: Que mais que provável atentado, mais concretamente, se é um atentado e as pessoas morreram é um assassinato. Eu não sou formado em Direito, não tenho necessidade de ser formado em Direito, mas se há um atentado, a pessoa morre, é considerado um assassinato, portanto, me parece esta ser, perfeitamente, elementar. Mas, o termo: Mais que provável assassinato, no fundo, não vai contra a deliberação da última Comissão de Inquérito. Mas isto é o preâmbulo e para quem, eventualmente, não estivesse muito atento, dizer que a moção apenas diz o seguinte, e é isso que vai estar à votação, não é o preâmbulo é a moção: Prestar homenagem a Francisco Sá Carneiro e a Adelino Amaro da Costa e demais ocupantes do avião que os transportava, no trigésimo aniversário da sua morte, com um minuto de silêncio em memória de todos. Diz ainda a moção: Dar conhecimento da presente moção aos órgãos de soberania e faz um apelo a que as entidades concelhias no âmbito das suas atribuições, venham futuramente a perpetuar o nome e a memória destes homens. Esta é que é a moção que está à votação. E, obviamente, com as regras democráticas há três hipóteses: Ou se vota a favor, ou se vota contra, ou se faz a abstenção. Temos uma nova modalidade, mas agora ainda aparece uma outra que é: Votar contra, mas cumprir a deliberação. É só este esclarecimento. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----



- **TRINTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Pedê a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Efectivamente, como disse o Deputado Manuel Teodósio, a última Comissão de Inquérito disse que havia vestígios de explosivos no avião. E, portanto, o Bloco de Esquerda votou favoravelmente o relatório da outra Comissão e também foi favorável à constituição de uma Nova Comissão de Inquérito. Não teremos problemas, embora nos pareça, enfim, algo redundante uma vez que Comissão de Inquérito que está a decorrer, ou vai decorrer, sobre esta moção, de qualquer modo, não temos problemas em votar a favor. Lembraria apenas que um ex-agente da CIA, de passagem por Lisboa, disse que a CIA foi responsável pelo atentado de Camarate. Não quero estar aqui agora a puxar à colação “teorias da conspiração”, mas a verdade é que, no passado vinte e dois de Novembro, dois dias depois da Cimeira da Nato, fez precisamente vinte anos que o Parlamento Europeu apelou ao problema da resolução protestando vigorosamente contra o facto de certos meios militares da NATO se terem arrogado o direito de levar à instalação de uma infra-estrutura clandestina de informação e de acção na Europa, estou a citar, e pediu aos governos dos estados-membros o desmantelamento de todas as estruturas clandestinas e paramilitares, recordando que nalguns estados-membros, serviços secretos militares seriam envolvidos em graves fenómenos de terrorismo, ou de banditismo como provaram diversas investigações judiciais. Estou a citar o Diário de Notícias de vinte e três de Novembro de mil, novecentos e noventa. Neste ano de mil, novecentos e noventa, o Parlamento Italiano fez um inquérito que também provou que: Os Altos Comandos da Nato na Europa, a CIA, os Serviços Secretos Italianos; a MAFIA e a Loja Maçónica P-Dois, era uma organização neo-nazista, chefiada por Lício Gelli, ex-membro das Camisas Negras Mussolini, acabaria por aparecer ligado ao Vaticano no escândalo da falência fraudulenta do Banco Ambrosiano e que foi acusado pelo atentado bombista na Gare de Bolonha em Agosto de oitenta, que matou oitenta pessoas e feriu mais de cento e cinquenta. Lembro que na altura a polícia acusou um anarquista pelo Massacre de Bolonha, que por acaso acabou defenestrado após o interrogatório na polícia. Portanto, isto não são “teorias da conspiração”, ainda há pouco o Canal História passou um documentário sobre isto, durante quarenta anos a NATO e a CIA organizaram atentados terroristas na Europa. E também não nos podemos esquecer que o Regime Democrático Francês, por acaso da Presidência Mitterrand, mandou agentes secretos pôr uma bomba no barco Rainbow Warrior do Greenpeace que matou um português radicado na Holanda, um fotógrafo, portanto, tudo pode acontecer com esta gente. Só para acabar, não tenho tempo, naturalmente, para responder à outra questão, lembraria apenas aos Senhores Deputados do CDS que o Vinte e Cinco de Abril durou ano e meio e tem tanta força que durante trinta anos os Senhores não conseguiram liquidar completamente o “espírito de Abril”, ele está aí e manifesta-se nas ruas e em todo o lado. Obrigado”.

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo.

- **TRINTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Vou fazer aqui um início de intervenção quase como fez o Deputado Rui Santos do CDS, que é ganhar aqui um bocadinho de fôlego, porque os últimos minutos da Assembleia foram, enfim, peculiares, para não me alongar mais. Penso que o Senhor Presidente da Mesa tem neste momento, ou pelo menos está a ser assim conduzido, duas moções simultaneamente à discussão: Uma sobre a qual o meu colega de bancada, Professor Correia de Campos, já se pronunciou, e eu aqui para não perder muito mais tempo a esta Assembleia dado que ainda estamos só no Período Antes da Ordem do Dia, vou apenas lamentar que o Deputado Manuel Teodósio não tenha alguns conceitos democráticos esclarecidos, porque nem sequer vou viver um bocadinho o espírito da quadra e, portanto, serei pouco benevolente e vou dizer-lhe que acho que é, de facto, um disparate político o que disse aqui nesta tribuna quando



se referiu ao facto de haver alguma inovação em as pessoas se poderem manifestar saindo da sala e não votando, nomeadamente, fez uma referência ao Parlamento Nacional. Só depreendo que assiste a poucas sessões da Assembleia da República, porque senão já teria visto isso várias vezes acontecer. Relativamente à primeira moção, o Partido Socialista tem uma posição, respeita a homenagem às pessoas, não concorda com, digamos, alguns do enunciado no preâmbulo dessa moção. Eu particularmente, Tiago Pinhel é um Deputado da minha geração, e fico sempre um bocadinho incomodado quando vejo, como disse aqui o professor Correia de Campos, pessoas mais novas com este tipo de intervenções que me preocupam, porque eu considero-me um pouco político, acho que todos nós aqui nos devemos considerar assim. Temos intervenção política, temos intervenção cívica, fazemos parte deste órgão, muitos de nós fazemos parte de outros órgãos também, seja de freguesia, sejam de âmbito nacional, seja nos que forem, desculpem lá, mas essa conversa dos políticos corruptos e dos políticos sérios, eram os do passado, para isso não contam comigo, portanto esta geração estes políticos dão todos, espero eu e acredito eu, o seu melhor e fazem o seu melhor, para o desenvolvimento e o progresso da nossa sociedade, seja o nosso concelho, seja o nosso país, seja o mundo, genericamente. Eu gostava também de fazer aqui um apelo, esta Assembleia é maioritariamente constituída por pessoas que hoje militam um partido que são oposição ao Governo e, portanto, eu compreendo muitas das intervenções aqui feitas como uma manifestação, evidentemente, dessa posição. Mas eu acho que há limites para as nossas intervenções, sobretudo limites que se devem estabelecer pelo perigo que se cria quando entramos em terrenos demagógicos. Não reconhecer, independentemente dos governos, o progresso que o país conheceu nos últimos anos é mais uma vez, completamente disparatado. Quer dizer, estarmos permanentemente a martirizar com os deficits e com os problemas dos passivos sem também pelo menos, dar uma rápida espreitadela aos activos é um disparate. É preciso ver os hospitais, é preciso ver as estradas, é preciso ver as universidades, é preciso ver as escolas, é preciso estar no Liceu Alves Martins, como muitos de nós estivemos e, seguramente, ficarmos deslumbrados com o que vemos. E aquilo acontece no nosso país e acontece na nossa cidade e existe! E há a Escola Emídio Navarro e há tantas outras coisas, lembro-me de a minha avó a dizer: No meu tempo apareciam por aqui umas pessoas que nós pegávamos na sardinha assada barrava-se um bocadinho na broa e dava-se-lhes a broa não a sardinha com a broa e ficavam todos contentes. Parece que há pessoas mais velhas que se esquecem disto. Para mim grave, grave, é também os mais novos se esquecerem disto. Bom, relativamente à segunda moção, à moção do Deputado Rui Santos, evidentemente, que o Partido Socialista só se pode associar ao que foi, digamos, a conquista dum Vinte e Cinco de Novembro, acho que toda a gente não põe em causa o papel que o nosso fundador Mário Soares teve nessa altura. Enfim, é o voto de louvor a todos os que participaram, a todo os que estiveram no comício da alameda. Muito bem, hoje até esperava outros votos de louvor, seja esse. Naturalmente, votaremos a favor na moção que é só do CDS, entendi bem, na moção do PSD – CDS, o Professor Correia de Campos já aqui disse o que vamos fazer, vamos estar contra a moção, respeitando, e quem não perceber que a lógica absolutamente democrática nisto, eu só tenho que lamentar, vamos votar contra respeitando, evidentemente, um minuto de silêncio pelas personalidades já referidas”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio para uma segunda intervenção.

- TRINTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – Solicita novamente a palavra e diz: “Senhor Presidente, muito simplesmente, só para dizer que as pessoas do PSD também têm direito à defesa do seu bom-nome e à defesa da honra. E dizer de uma forma telegráfica ao meu amigo João Paulo, com toda a amizade que temos, eu não aceito lições de democracia vindas de si. Não



tenho nada de especial contra si, mas entendo que não preciso de lições de democracia, está bem? Só isso”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo.

- TRINTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS) – Usa a palavra para fazer a intervenção seguinte:

“Eu queria fazer esta intervenção, até com muito prazer e com muito gosto, quando se fala na figura de Sá Carneiro e a propósito da primeira moção que foi colocada à Mesa pelo CDS e que me pareceu que era uma moção redigida pelos dois grupos parlamentares, pelo PSD e pelo CDS, agora estou com essa dúvida. Seja como for, eu queria dizer o seguinte: Sá Carneiro foi um grande estadista português, foi um homem com visão de futuro, foi um homem que pertenceu à Ala Liberal no tempo ainda do Marcelo Caetano, portanto, foi um homem com visão de futuro, um europeísta, social-democrata. Estão aí algumas biografias agora, muito interessante sobre a figura de Sá Carneiro, algumas reeditadas, outras editadas agora. Biografias de grande fôlego, desapaixonadas, em que coloca a questão de uma forma que me parece que nós deveríamos colocar aqui, que é: Sá Carneiro, como Adelino Amaro da Costa, como outros líderes, Álvaro Cunhal e outros líderes políticos portugueses, com quem nós concordamos ou não concordamos, estou muito mais próximo de Sá Carneiro do que de Álvaro Cunhal, portanto, coloquemos as coisas no seu devido ponto. Sá Carneiro é património político-partidário de um partido que ele fundou, mas é um património político português! O que me parece aqui é que na apresentação que o Senhor Deputado do CDS trouxe aqui, coloca Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa como património do PSD e do CDS. Faz um ajuste de contas com a História e não coloca essas duas figuras no seu devido patamar. Sá Carneiro é um homem de futuro, como Adelino Amaro da Costa mais conservador, mas são homens de futuro, de visão de futuro, e no seu preâmbulo tece uma série de considerações que são considerações do passado. A nós interessam-nos é soluções para o futuro. Depois fiquei ainda mais espantado, fico deveras espantado, quando apresentam a segunda moção sobre o vinte e cinco de Novembro. Daqui a bocado estamos aqui a fazer moções sobre a Batalha de Aljubarrota, sobre os quarenta nobres que correram com os espanhóis e que restauraram a independência, sobre o onze de Março, sobre o primeiro de Maio, quer dizer, depois as moções caem numa banalização. Isso é que não queria. Sinceramente, vejo isso como uma banalização das moções. E depois, temos que ver, nós não estamos aqui a ajustar contas com a História, porque o vinte e cinco de Novembro é um momento chave da nossa democracia, é um momento quase que zero, zero não, mas é um momento um da nossa democracia, que foi implantada ou restituída em vinte e cinco de Abril, é um momento fundamental, mas temos que ver quem é que estava dum lado da barricada e do outro lado da barricada. E parece que se estão a esquecer que há pessoas que hoje têm altas responsabilidades no nosso país e fora do nosso país, que estavam do lado negro da barricada. Portanto, atenção! Estou a falar nisto até de uma forma muito desapaixonada, numa forma muito racional, portanto, Sá Carneiro, grande figura portuguesa da nossa História Contemporânea, mas temos outras figuras que, efectivamente, construíram este país. Olhe, temos o Cavaco Silva que teve dez anos à frente de um governo e parece que os Senhores se estão a esquecer da obra que ele fez. Ao falarem de: Este país seria, seria, seria... Mas, Cavaco Silva esteve dez anos à frente de um país e fez obra, até era acusado do betão e do cimento, fez obra como outros fizeram! Entrámos para a União Europeia, para a CEE, na altura, outro grande estadista português, Mário Soares. Como temos Freitas do Amaral, outro grande estadista! Temos grandes figuras que deram o seu contributo. Nós corremos é um pecado, que é um pecado muito português, que é “a história dos Dons Sebastões quando viram o nevoeiro” e todos aqueles que morrem antes de cumprirem o seu programa político, como aconteceu com Sá Carneiro, são elevados a ícones! Seria isto, mas não foi. Mas nós temos que ver a realidade e na História não há ses.



Sá Carneiro, como digo, é uma das grandes figuras da nossa História Contemporânea, se foi assassinado ou não, eu não sei, não pertença a nenhum CSI, nem dou opinião sobre isso. Já houve não sei quantas Comissões Parlamentares que não chegaram a conclusão nenhuma. Há quem defenda que sim, há quem defenda que não. Olhe, há uma grande admiradora de Sá Carneiro, grande amiga e grande jornalista, defende a tese que não houve atentado nenhum. Portanto, se houve ou não houve, isso é uma questão para a Assembleia da República e para os tribunais. Agora, o que eu acho que, de alguma maneira até uma falta de respeito, pela memória de Sá Carneiro e de seus companheiros de viagem desafortunada, é nós estarmos aqui a tecer considerações sobre o que o país seria ou deixaria de ser e os políticos são ou deixam de ser, porque esse discurso era o discurso do tempo da “Velha Senhora”, em que os políticos eram uma porcaria e Sá Carneiro não alinhou com isso, e Sá Carneiro esteve sempre na linha da frente por um país mais progressista, mais moderno e mais europeu. Portanto, eu faço daqui as minhas palavras as palavras do professor Correia de Campos e de todos aqueles que têm grande consideração por Sá Carneiro e também por Adelino Amaro da Costa - não me esqueço que no dia em que fiz a Primeira Comunhão, Adelino Amaro da Costa estava ao meu lado, aqui em Viseu, na Igreja do Carmo - portanto, eu não me esqueço da grande personalidade que eles foram, mas moções que queiram fazer ajuste de contas com a História e transportar considerações para a realidade actual, são concepções que estou certo que personalidades com a dimensão e a estatura dessas duas que nós aqui invocamos, não concordariam. Não posso também deixar, caro Teodósio, de achar que em democracia tudo é possível. E, portanto, dentro das regras democráticas, eu também tenho o direito a não votar nada, eu e os meus queridos companheiros de bancada. Tenho dito”. -

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado. Só chamava a atenção de uma questão que me parece não estar bem clara. O que a Assembleia vota neste tipo de moções é só o que delibera, os considerandos são da responsabilidade de quem os faz. A Assembleia Municipal reunida em tantos do tal delibera. Isso é que a votação da Assembleia, os considerandos são de natureza política como é óbvio. Obviamente, que as coisas não se podem divorciar, mas a votação em si, sempre que uma moção vem à Assembleia Municipal, aquilo que é deliberado é o conteúdo, portanto, neste caso delibera... No caso, há bocado da fisioterapia, delibera recomendar isto, recomendar aquilo. Obviamente que, o objecto da votação tem na sua génese o conteúdo da intervenção política. Agora, a deliberação são os três pontos ou um ponto, aquilo que for, portanto, que fique isso bem claro. Outra questão, os Deputados da Assembleia Municipal têm o dever de participar nos trabalhos da Assembleia Municipal e têm o dever de votar. Foi por isso que eu há bocado recomendei que saíssem da sala, porque o que está no Regimento é: Os Deputados da Assembleia Municipal têm o dever de participar nos debates e o dever de participar nas votações, para que fique claro. Vou então passar à votação. Vamos votar a primeira moção que se refere: À memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa. A moção foi aprovada com cinquenta votos a favor, onze votos contra e duas abstenções. Vamos agora colocar à votação a moção dos trinta e cinco anos do vinte e cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco. A moção foi aprovada com cinquenta e dois votos a favor, um voto contra e cinco abstenções. Última inscrição aqui no Período Antes da Ordem do Dia é do Senhor Presidente da Junta de São João de Lourosa. Faça favor, tem a palavra”. -----

- **TRINTA E SETE** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO DE SOUSA DA FONSECA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO DE LOUROSA (PSD)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “A minha intervenção já está referida, uma vez que o assunto já foi em parte tratado, de qualquer da maneira, eu vou intervir. A Câmara tem levado a efeito, com o programa Municipal de apoio financeiro, à recuperação de habitações degradadas e sem o mínimo de condições de habitabilidade.



Este programa, PROHABIT, teve o seu início em dois mil e três e com o mesmo já foram aplicados, até agora, mais de dois ponto cinco milhões de euros e foram contempladas seiscentas e oitenta e duas famílias. Em dois mil e três houve apenas trinta e cinco candidaturas, em dois mil e dez houve cento e trinta e um, o que corresponde a um aumento na ordem dos trezentos e vinte por cento. Em dois mil e três foram gastos oitenta e quatro mil novecentos e cinquenta euros, em dois mil e dez já está na ordem dos quinhentos e vinte, duzentos e cinquenta, que corresponde a um aumento de seiscentos e sete por cento. Esta acção promovida pela Câmara é de louvar e de incentivar, pois dá bem-estar aos que pelos seus meios não o conseguiriam. Na minha Freguesia, desde dois mil e três tem havido sempre candidaturas, e sempre houve contemplados. No ano de dois mil e dez, em São João de Lourosa houve dezoito candidaturas, dez foram aprovadas imediatamente, cinco foram aprovadas provisoriamente e as outras três não se enquadravam no respectivo regulamento. Sem este serviço de apoio, muitas famílias viveriam em condições, direi impróprias, onde nas suas casas faltaria um telhado consistente, uma casa de banho, uma cozinha, o isolamento e pinturas. Sabemos que apesar das situações de crise em que o país se encontra mergulhado, a Câmara Municipal, mantém no seu orçamento para dois mil e onze, a verba de seiscentos mil euros, não alterando assim os gastos dos anos anteriores. As candidaturas deste projecto são efectuadas entre quinze de Janeiro e quinze de Março, todos os anos. A Acção Social da Câmara não fica por aqui, porque também tem o programa VISEU SOLIDÁRIO, em que os candidatos podem beneficiar de nove mil euros, o que corresponde a vinte vezes o salário mínimo nacional. Bem-haja Senhor Presidente, continue a dar a dignidade às nossas gentes. Com isto quero provar que a Acção Social da Câmara não se reduz só aos cabazes de Natal. Muito obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente. Iríamos então agora dar cumprimento à moção que aprovámos. Iríamos fazer um minuto de silencia em homenagem Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa”. (Neste momento, cumpriu-se um momento de silêncio).

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa prossegue dizendo: “Esgotadas as intervenções do Período Antes da Ordem do Dia, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, como habitualmente, para fazer os comentários e dar as respostas que lhe foram solicitadas”.

- TRINTA E OITO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para responder às perguntas que lhe foram suscitadas e diz: “Queria, naturalmente, fazer uma nota de rodapé a dizer-vos que durante o tempo que aqui já estamos, eu aponte dez folhas A-quatro de perguntas. Queria também tranquilizar-vos, porque é papel da ANMP, que eu em reuniões que vou estando, vou trazendo, portanto, também não foi por isso que houve encargos para o Município. Mas queria dar respostas e não aponte tudo, há algumas coisas que, de facto, não aponte, achei não ter interesse pelo que pedia também alguma benevolência para o período que vou gastar. Gostaria de começar pela primeira intervenção, do Pedro Ruas, sobre as informações que nos trouxe aqui sobre a saúde e lembrar apenas que a Câmara de Viseu se associou para a implementação das Unidades de Cuidados Continuados e que, digamos, foi também ela a principal fornecedora, até agora, de meios e que não vemos nenhuma Unidade de Cuidados Continuados ainda implementada ou a implementar ou a iniciar-se. Depois, gostaria de dizer sobre a segunda intervenção, do Deputado Manuel Teodósio, e lembrar aqui a discussão que houve sobre a Universidade Pública e a discussão era sobre se o Senhor Ministro devia ter mais tempo ou menos tempo, aliás, falta cá o Senhor Deputado Correia de Campos, que na altura defendia que estávamos a dar tão pouco tempo ao Senhor Ministro, que ele não tinha tempo de responder. Bem, bem lhe podíamos dar o tempo todo que o Senhor Ministro se esteve “marimbando” para esta Assembleia toda, aliás, como faz para o país, portanto é natural que o fizesse, podiam dar-lhe mais tempo



que o Senhor Ministro não responderia, veio depois por esta forma, que reconhecemos, de responder em Viseu. Mas eu queria dizer-vos que para nós, Câmara, o assunto ainda não está encerrado. Naturalmente que respeitamos quem tem a chave, e a chave é do Senhor Ministro do Ensino Superior, também, é sua a responsabilidade, mas que a Câmara, enquanto eu tiver estas funções, não se esqueceu do assunto e, portanto, esperamos que numa próxima oportunidade, tal como disse o Professor Veiga Simão, um outro Ministro, lá estaremos a lembrar e eu gostaria de enfatizar este aspecto, aliás, deixar também alguns reparos, alguma comunicação social, que responsabiliza o Partido a que pertença da não existência da Universidade Pública, o que me deixa surpreendido. Mas lembrar que há uma resolução de Conselho de Ministros no tempo do Doutor Durão Barroso, que não foi ainda alterada, não foi anulada. Portanto, a vontade de um Governo do Partido a que pertença está lá explícita, a vontade dos outros está expressa, exactamente nas palavras do Senhor Ministro quando aqui veio a Viseu, reiteradamente defendendo que não havia lugar da Universidade Pública para Viseu. Não vale a pena, digamos trocar as situações e alterá-las, porque a verdade é esta: Há quem não queira fazer a Universidade, há quem a tivesse posto e que não teve sequência, não vale a pena, isto são factos, não estamos aqui a tirar ilações. Quando houver, tal como fiz com este Ministro, que me disse peremptoriamente que não haveria Universidade Pública, eu não assisti, o Ministro tem a chave, quando houver um outro Ministro lá estarei outra vez a lembrar a resolução de Conselho de Ministros, seja o Ministro de que cor for, lá estarei a lembrar-se a decisão que há sobre a Universidade Pública de Viseu. E, das duas umas: Ou anulam a resolução do Conselho de Ministros e, portanto de uma vez por todas nos tirarem, digamos, desta situação definida. Sobre aquilo que o Deputado Paulo Pereira aqui veio trazer, trouxe aqui três situações, extremamente, importantes e eu de me deter na primeira, da segurança, para dizer o seguinte: Lembrem-se do número de efectivos em falta na Polícia de Segurança Pública de Viseu? Por isso é que se chama Polícia de Segurança Pública de Viseu. Bem, os efectivos foram, com grande alarde, supridos pelo Senhor Ministro que veio aqui cumprir a palavra ao que se dizia e trouxe especiais efectivos. Há muito que foram lapidados pelos números de polícias que saíram. É preciso ter consciência disto. Não há efectivos, o número de efectivos da Polícia é muito inferior àquilo que está escrito para Viseu e ainda associando-lhe um outro factor que tive a oportunidade de trazer a lume e que, curiosamente, os representantes sindicais da polícia vieram concordar. A nossa Polícia de Segurança Pública não sai da Escola de Polícia, são elementos que estão no fim da sua carreira e que pedem para vir para Viseu, estão aqui, digamos, a aguardar o tempo de reforma com as implicações que isso tem. Naturalmente, polícias menos novos, menos preparados fisicamente, o que é natural, portanto, a nossa situação é esta. Gostaria de vos dizer que só na noite de Natal, do meu conhecimento, foram três residências assaltadas, aliás muito próximas. Curiosamente, o elemento da Polícia que faz este trabalho de investigação, disse-me que a média em Viseu são de quatro, cinco moradias por noite ou por dia, não sei, mas é a média, o que significa que a situação, de facto, podemos continuar a dizer que Viseu é uma cidade segura, mas temos este problema e temos este problema com a falta de efectivos. Não vale a pena actuarmos só depois da casa roubada, é preciso a montante trazer para cá os efectivos a que temos direito. Aliás, o que está a acontecer em Viseu, está a acontecer no país profundo, no país desprezado, no país do interior. Não há nenhuma esquadra de Polícia de Bragança até Beja ou até Faro, que não sejam polícias menos novos, que não sejam polícias que estejam à beira da reforma e, portanto, estamos a viver esta dicotomia habitual e tão alimentada por este Governo entre o litoral e o interior, também aqui na questão da segurança. Depois queria falar sobre o problema dos Bombeiros Voluntários e do Quartel. Eu espero, muito sinceramente, e gostaria de o dizer aqui publicamente, que as palavras do Senhor Deputado do Partido Socialista, que veio invocar a sua condição de membro da Direcção, não vincule a Direcção dos Bombeiros, eu



espero, sinceramente. E espero, sinceramente, que o Senhor Presidente da Direcção dos Bombeiros se vai demarcar dessa situação, porque vejamos: Aquilo que foi combinado, foi que a Câmara pagava o montante que excedesse a taxa de comparticipação. Toda a gente sabe, alguns sabem e outros sabem e não querem dizer, que a taxa de comparticipação neste momento passou para oitenta por cento. O que a Câmara faz é uma questão de prudência, entrega vinte por cento e fica a aguardar que a taxa de comparticipação seja actualizada, aliás, foi essa a nossa declaração. A declaração que entregámos no dia vinte de Julho de dois mil e nove foi, exactamente, isso, que devia ser do conhecimento de quem aqui invocou pertencer à Direcção, e diz, financeira nacional no máximo de trinta por cento sobre o valor de novecentos e cinquenta e cinco mil euros. E mais, gostaria de dizer aqui que não haverá mais nenhum subsídio da Câmara para os Bombeiros sem que o Governo faça os acessos ao Quartel. E não vale a pena evocar que os acessos são feitos com o dinheiro que angariar os Bombeiros Voluntários. Isso não pega connosco. Nós assistimos a uma reunião com o Senhor Governador Civil, com representantes do Governo, declaração seguida de uma declaração do Senhor Primeiro-ministro, em que o Governo faria os acessos. E, portanto, mesmo que os acessos apareçam feitos por iniciativa dos Bombeiros, nós estaremos a reclamar que seja o Governo a fazê-los. Não estamos para injectar dinheiros nos Bombeiros para depois eles fazerem, pelos seus próprios meios, os acessos que o Governo prometeu. Se não for assim, o Governo não tem qualquer participação no Quartel dos Bombeiros. Nada! Absolutamente nada! Tem o POVT, lembrava a este propósito, parece que alguém acha que este POVT que é um programa do Governo. Este POVT é um programa comunitário. É tanto do Governo como da Câmara de Viseu, como da CIM, como da CCDR. É a mesma coisa, este programa não é do Governo, é gerido e, às vezes, não tão bem quanto isso. Quem pagou o Quartel dos Bombeiros até agora foi: União Europeia e Câmara Municipal de Viseu. Também este trocadilho de dizer que o terreno foi atribuído pela Junta de Freguesia de Rio de Loba, não estou a ver aqui o Senhor Presidente, mas sabe muito bem que este terreno era da Câmara Municipal. Eu gostaria de dizer que gosto muito de apoiar as instituições do meu concelho, mas não gosto que alguém invocando, inclusivamente, a condição de pertencer à Direcção, venha apoucar esse apoio e, portanto, vão ter que nos demonstrar se há mais algum apoio para além do da Câmara Municipal de Viseu. Eu não estou para participar em reuniões com membros do Governo a exigir e a assistir a declarações públicas, para depois se passar uma esponja, a seu belo prazer, naquilo que são as promessas de membros do Governo. Fica a declaração feita! Depois sobre o CNOS alternativo. Eu gostaria de dizer que nós assinámos um documento sobre o CNOS, já lá vão não sei quantos ministros que vieram anunciar o CNOS, que vieram negociar connosco o CNOS. Cedemos o terreno no Aeródromo, fez-se um projecto para o Aeródromo e agora, à última da hora, vem-se dizer: Talvez isto fique bem junto ao Quartel dos Bombeiros Voluntários. Eu não vim para aqui há vinte dias, são vinte anos. Alguns dos Senhores até me acusam de ser tempo de mais, mas também aprendi muita coisa. Isto é para disfarçar é para não fazerem CNOS nenhum. Eu sei que em fim de festa não se faz muita coisa, eu sei isso, mas é para disfarçar, é para deixar que outros façam. Quando quiserem perguntem ao Presidente da Câmara com quem assinaram o documento, se quer que o CNOS não seja feito no Aeródromo e seja feito no terreno dos Bombeiros Voluntários. E o Presidente da Câmara vai dizer-lhes o seguinte: Façam-no aonde acharem melhor, façam-no no concelho, mas façam-no, porque a seguir vai uma outra situação qualquer, é para adiar, exactamente, como se fez com a auto-estrada, como se fez com a Escola de Ranhados... Nós fomos acusados por uma Comissão Política a dizer que a responsabilidade era nossa, aliás, Comissão Política que ataca tudo e todos. Não sabem que nós que mandámos o pedido? Está na Direcção Regional. Bem, esse Director Regional podia vir, eventualmente, até acompanhar o Senhor Director Regional da Cultura. Podiam vir os dois, estamos na



poupança de meios, e quando fossem visitar as obras da Câmara podiam aproveitar para também trazerem também novidades sobre a Escola de Ranhados. Portanto, “o seu a seu dono”, vamos ver se nós nos entendemos sobre estas confusões que para aí pairam e que parece que se quer atirar a culpa para outros. Eu diria que em relação ao CNOS estamos, exactamente, nesta situação: Adiamento em adiamento até ao adiamento final. É isto que nos propõe quem neste momento tem responsabilidades. Eu não poderia estar mais de acordo com o Senhor Presidente da Junta de São José, quando diz e pede para reforçar a ideia do reforço policial. Sobre um assunto que trouxe aqui o Deputado Baila Antunes, eu achei curioso, não sei se foi algum elogio, depois pelo meio metia-lhe uma “bucha”, vamos ver se nós nos entendemos. Os cortes da iluminação de Natal e outros cortes, nomeadamente, aqueles nomeados, aqueles que divulgamos com a EDP, é para evitar uma coisa que eu não queria copiar do Governo. Enquanto eu tiver a possibilidade de fazer cortes racionais, faço-os. Cortes pensados, para não vir nenhum FMI para dizer então aquilo que eu devo cortar ou para não vir alguém dizer-nos corte aí a torto e a direito. Nós cortamos de forma racional. Cortámos a iluminação de Natal, reduzimos a trinta por cento e cortamos a iluminação pública aonde acharmos que é necessário, onde achamos que seja possível, portanto, que ninguém nos imponha os cortes. Vamos ver se é possível fazer cortes a partir de determinada hora, eventualmente, em acessos à cidade aonde permanecendo a luz, seja possível pôr uma lâmpada sim, outra não. Mas vamos fazer cortes racionais. Ainda não temos aí o FMI na nossa porta, portanto esperamos fazer isto com cabeça, de forma pensada, sem ser de forma mecânica. Houve uma coisa que eu, sinceramente, não percebi, achava até que poderia dar um conselho. Disse-me que tem passado, e gabo-lhe o gosto, umas temporadas nos países nórdicos, sugira essa viagem ao Senhor Primeiro-ministro, fique lá no país nórdico a ver o que é que se faz e que faça isso no nosso país, na terra do Pai Natal, lá em cima, na Finlândia. Trazia os conhecimentos todos e aplicava-os. Então, quantas vezes é que já me ouviu falar na requalificação dos edificios antigos? Eu até já sugeri a existência de uma Secretaria de Estado para requalificar equipamentos antigos. Não é de agora! Por exemplo, um destino bom para o antigo Hospital de São Teotónio, nós dissemos que devia ser ali instalada a Biblioteca, antes do destino que agora tem. E o que dissemos foi: Que não faria sentido estarmos a fazer edificios novos, quando havia edificios públicos por requalificar, portanto esta ideia para nós está assumida e bem assumida. Nós não temos nenhuma atracção pelo novo, temos atracção pela requalificação de edificios. Agora, acho que, de facto, alguém precisa de ir lá, se o Senhor Primeiro-ministro for lá e trazer essa ideia para o país, com certeza que a fará verter em documentos que beneficiarão toda a gente. Sobre a Alberto Sampaio. Qual é o balanço que faz? Aquilo justifica-se? Sabe que as obras na Alberto Sampaio não é por aquilo que se vê, não é por aquilo que fizemos no pavimento. Essas ficavam lá! É pelas infra-estruturas. A Alberto Sampaio tem infra-estruturas de quarenta anos, que estão todas podres, a ligação à água, a electividade, foi por isso. E como tivemos que fazer essas infra-estruturas, aliás como agora esta a fazer, com grande pesar, no centro da cidade, porque por exemplo, quando há uma descarga eléctrica a Capuchinha não faz bolos, vai a luz abaixo... Portanto, temos que também actualizar as infra-estruturas, é só por isso que estamos a fazer na Alberto Sampaio e, naturalmente, que arranjámos a fonte de financiamento adequado para o fazer. O Doutor Vicente trouxe aqui uma situação sobre o Hospital, aliás, que trouxe aqui grande polémica. Eu queria dizer, e lembro-me muito bem, houve aqui uma alteração, aliás, na altura era Deputado do Partido Socialista um médico conhecido, Doutor Sá Correia, que se apôs à tentativa de mudança do nome, portanto, nós já conhecemos bem esta situação, se cá estivesse agora até se ria, com certeza, com esta situação. Mas, o que eu queria dizer-lhe, mais importante, é que não houve um único contacto com o Município de Viseu sobre esta alteração. Isto é que define, de facto, relações entre Poder Central e Poder Local. Eu soube desta alteração,



curiosamente são coincidências do destino, estava com o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Hospital a visitar os doentes e a desejar-lhes um bom Natal. Foi aí que soube que o Hospital de Viseu, que os municípios à vinte e um anos me dão para gerir, ia passar a Centro Hospitalar. E pronto, é esta ligação estreita entre Poder Central e Poder Local, gostaria de pôr a tónica nisto, aliás, este Governo é fértil em fazer isso. Ainda ontem vimos nos jornais a presença de um director regional acompanhado com um representante dum Membro do Governo, que nem sequer teve uma palavra para com o Município, uma única palavra! O que já me fez hoje telefonar à Senhora Ministra da Cultura para lhe dizer: Evite que esta rapaziada faça coisas destas. Quando vierem ao concelho - nós não fomos indigitados, fomos eleitos - qualquer coisa que nos façam desta natureza, desconsiderações, não é a nós é aos eleitos deste concelho, aos munícipes deste concelho e, portanto, pôr as coisas no lugar vale a pena. Sobre aquilo que o Senhor Deputado Carlos Vieira aqui trouxe, eu gostaria de lhe dizer que não lhe vou dar resposta apenas a uma das coisas, apenas a uma! O crucifixo que está no Salão Nobre continuará lá enquanto eu tiver responsabilidades, se calhar, gostava mais de ver lá o Mao Tsé-Tung, mas connosco está lá o crucifixo que eu lá encontrei e que respeitarei. E mais, com a noção exacta de quem está, exactamente, a seguir aquilo que é a grande maioria da opção religiosa do nosso povo e, portanto, não tirarei o crucifixo. Mesmo em relação à toponímia, gosto até muito da Rua Nossa Senhora de Fátima, adoro esses nomes. Há quem ponha tudo vinte e cinco de Abril, nós também gostamos, estávamos lá na altura. Há uns que falam no vinte e cinco de Abril, há outros que o viveram, é muito curioso, falam, nem sabem o que é se passou, mas pronto, lá andam, direitos esta ideia e agora a partir de uma certa esquerda é tudo abrilista, a partir dali são todos fascistas e de direita. Não conte com nenhuma alteração, porque nós não o faremos. Quando tiverem responsabilidades, façam-nas então. Se calhar, não haverá em Salvaterra de Magos nenhum crucifixo, mas é uma opção, nós não vamos seguir esta situação. Sobre as declarações que veio fazer o Professor José Ernesto, ele viveu connosco numa outra condição e foi uma jornada histórica vivida no Brasil, felizmente, com muitas instituições de Viseu de cá e de lá. E podia dizer mesmo que foi uma jornada histórica, uma jornada que elevou o nome de Viseu. Eu já via aí nalguns *blogs* - os *blogs* têm esta característica, sobretudo o *blog* do Senhor Coronel, é aí assim um *blog* muito conhecido - têm esta característica: Um grupo de fãs, de amigos, e que vão apoucando as nossas idas, pois, nós sabemos, nós também lá andamos na blogosfera e vamos vendo quem é que os faz. Por isso é que o Deputado João Paulo estava à espera que houvessem hoje outros louvores. Não houve mais nenhum louvor, foi só este, mas nós estamos atentos a esta situação. Queria dizer que fizemos uma geminação com a cidade de Campinas, ficámos extremamente satisfeitos e até embevecidos com a forma como os viseenses e os cidadãos portugueses, de uma forma geral, são vistos naquela terra, numa cidade que tem o maior renda *per capita* do Brasil, o que também nos deixa satisfeitos em relação a uma geminação que já teve os seus frutos. Eu queria dizer-vos aqui, abusando um pouco da vossa paciência, mas acho que tenho também algum tempo para o fazer, tal foi o “banho de assento” que aqui apanhei, que por exemplo, a geminação com Campinas já deu frutos concretos, um empresário de Campinas falou-me num empresário de Viseu que tinha uma actividade que ele já tinha contratado. Curiosamente, já o encontrei e já sei que fizeram negócio, o que significa que, ao contrário do que muita gente diz, nós fomos para cumprir aquilo que é um dos conteúdos funcionais das câmaras que são as relações internacionais. Neste momento, queria dizer-vos, que não há nenhuma prefeitura no Brasil que não tenha um Departamento de relações internacionais, nem em África, mesmo nos países, digamos, mais simples, como é Cabo Verde, não há nenhuma câmara que não tenha um departamento de relações internacionais. Portanto, fomos cumprir um desígnio que nos agradou sobremaneira. E já agora, queria dizer-vos que esta geminação – que é feita de um gigante com um pigmeu – nós não temos nenhuma comparação com o Rio de



Janeiro, como sabem, mas é uma homenagem à comunidade viseense do Rio de Janeiro. Gente muito respeitada pelas autoridades locais e que foi afinal a razão de ser desta geminação, que foi, ao contrário do que muita gente possa pensar, proposta e definida pelas entidades brasileiras. Foram as entidades brasileiras que tomaram a iniciativa e fizeram-no passar na legislação que têm, propondo que Viseu e o Rio de Janeiro se geminassem. Sobre a intervenção do Senhor Deputado Carlos Portugal, eu queria aproveitar para esclarecer uma situação, e por favor não se empurre para isto, eu nunca falei que havia corrupção na Câmara, ao contrário do que afirmou ali, nunca o disse! Pronto, mas fica a ouvir da minha boca. E mais, esclareci uma situação que vi num jornal em que atribuía a um funcionário um desfalque de cem mil euros. E aquilo que eu disse, ao contrário do que ali foi dizer, podia ser de cem mil, podia ser abaixo, ninguém tinha feito as contas. Hoje posso dizer-lhe que fizemos uma audição pública e ainda não apareceu ninguém a queixar-se do funcionário. E neste momento, na Câmara, ainda não encontramos nenhum desfalque financeiro, a não ser alterações de assinaturas, naturalmente com situações que não de envolver situações financeiras de pouca monta. Foi o que encontramos até hoje, mas o processo está a decorrer e até me custa estar a falar nele. Só para dizer que, ao contrário do que empolou e que o Presidente da Câmara estava a falar em corrupção e não sei quantos... Sobre aquilo que veio trazer aqui a Deputada Cristina, eu acho que os presentes já lhe responderam. Eu não sei se está atenta, possivelmente, eu não sei o que se passa, provavelmente também não saberá o que é que se passa na Câmara a que pertence, portanto teve a resposta. Se há Câmara que tem dado uma resposta em termos sociais para além dos cabazes de Natal – a Senhora Deputada apenas veio falar dos cabazes de Natal – e achou que fazia uma gracinha em termos os cabazes de Natal e veio com isso. Nós fizemos o PROHABIT, o VISEU SOLIDÁRIO, não foi de agora, há muito tempo que o temos e que serviu, inclusivamente, para a panóplia de respostas que os Municípios Portugueses estão a dar. Eu sei o que é que lhe custava, se é que pertence a uma rede, os Senhores gostam muito de diagnósticos, alias, há muito gente com trabalho, há muita gente ocupada nos diagnósticos, só que não passam daí. Há muita gente empregada nos diagnósticos, nas redes. Nós conhecemos muito bem a situação. Nós preferimos dar respostas concretas e as respostas concretas são aquelas que ouviu aqui, muitas respostas concretas! Os Senhores ficarão nos diagnósticos... É a equipa não sei quê, a equipa B, a equipa A, nós sabemos até como elas vão sendo compostas. E, portanto, acho que nos devemos entender de uma vez por todas, sabe da nossa inclinação para as respostas sociais, aliás, penso que os promotores da instituição a que pertence conhecem bem esta nossa faceta. Saberão bem e a Senhora Doutora Cristina também o deve saber, senão pergunte-lhes, tem ali um canal privilegiado para o saber. Já agora, falou numa coisa, o Ano Europeu Contra a Pobreza, quase que nos deu a entender que nós não sabíamos o que era isso. Olhe, eu queria dizer-lhe o seguinte: A primeira Conferência Europeia sobre o Ano Europeu Conta a Pobreza foi liderada por mim - ainda hoje se for também aos *blogs* também encontra isso – e foi liderada por mim em Lisboa, reunimos toda a Europa! Gostaria de dizer que no próximo ano, a cidade de Viseu foi escolhida para ter uma reunião sobre o Ano Europeu da Luta Conta a Pobreza, foi escolhida pela União Europeia, vamos ter aqui uma reunião do Comité das Regiões. Portanto, está a ver que nós conhecemos bem este assunto, não vale a pena vir aqui dizer: Isto é uma tristeza, é o único concelho... Se o país tivesse as respostas que o concelho de Viseu está a dar, naturalmente, aos cidadãos mais carenciados, com toda a certeza, que a resposta à mitigação da crise ainda era mais substantiva e mais conhecida. O Senhor Presidente da Assembleia trouxe aqui sobre a falta de fisioterapia, eu lembrava apenas o seguinte: Está a falar de uma situação da fisioterapia, felizmente que a moção foi aprovada por unanimidade, mas eu gostaria de lembrar que, se calhar, a razão pela qual a Santa Casa da Misericórdia, não sei se adiou, fiquei com essa ideia pelo Senhor Deputado que



interveio, mas eu fique com a ideia de que quem não foi chamado e foi posta à margem para a Unidade de Cuidados Continuados, com certeza não está disponível apenas de braços abertos para aquilo que o Governo entender. É capaz de ser esta a razão não faço ideia. De qualquer maneira, eu gostaria de enfatizar que foi aprovada por unanimidade. Também já agora para aliviar um pouco esta intervenção, aquela discussão sobre os canais, eu às tantas estava distraído até pensei que era “O Tal Canal” do Herman, acho que era um programa televisivo que passou aí mas não. Era um programa televisivo que passou aí, mas eu não percebi muito bem. Sobre o Senhor Deputado Carlos Vieira, voltou a falar numa proposta sobre as taxas sobre as caixas multibanco, também pensei que sobre a visita das caixas da EDP, não? Também há muitas espalhadas aí no espaço público, algumas até com muita propaganda, curiosamente, sempre dos mesmos partidos, hã-de vê-las, sempre! Impregnadas! Que levam também a grandes perturbações na Autarquia. Cada vez que procedemos a uma limpeza é um dinheirão. Queria só dizer-lhe que ouvi esta proposta, não é nova do Bloco de Esquerda, ouvi-o numa reunião que tive na Assembleia da República, o seu Partido fez esta proposta à Associação a que presido, que lhe deu resposta e que lhe há-de dar resposta formal. Esta proposta, para mim, felizmente, ouvia em *replay*, já a tinha ouvido, portanto, ela tem o seu canal próprio de tratamento. Sobre a questão que trouxe aqui o Doutor Jorge Adolfo, eu gostaria de dizer o seguinte: O Senhor Doutor fez aqui uma intervenção que eu subscrevo, mas houve uma coisa que se esqueceu de dizer. Quem definiu esta rede museológica fui eu, foi da minha intervenção, não foi daquele grupo, aquele grupo fui eu que o encarreguei para o efeito, aliás, achei muito piada e há uma coisa em que estou de acordo, disse que a excelência da directora foi porque tinha sido sua aluna, eu percebi a piada, claro! Eu também acrescentava entre aspas, fui eu que a escolhi, estou perfeitamente de acordo. Agora, esta rede museológica está, perfeitamente definida, nós achamos que devia haver... Já agora uma outra coisa, se calhar a génese do Museu da Várzea de Calde, está ali o Senhor Presidente da Junta, que o conhece muito bem. Nós não estávamos abrangidos por esta situação, aliás, havia uns contratos da aldeia que apenas abrangeram duas ou três Câmaras e, curiosamente, eram todas parecidas. Nós exigimos um contrato de aldeia sob pena de “pormos a boca no trombone”, e quando nos apareceu uma aldeia, sabíamos da compra pela associação respectiva, detentora do Rancho, de uma casa de lavoura - é por isso que o museu se chama Casa de Lavoura de Várzea de Calde - e escolhemos a aldeia de Várzea de Calde. Mas foi *in extremis* que tivemos um contrato de aldeia. Eu conheço muito bem a situação, aliás, o Museu da Várzea de Calde está inserido na rota do percurso pedestre, que também lhe confere ainda uma outra dimensão. Mas eu queria dizer que temos previsto para além disto a questão da rede de museus mais urbana, como: o Museu de Arte Sacra, como sabe somos nós que pagamos o Museu de Arte Sacra; o Núcleo Museológico da Misericórdia, que é a Misericórdia que paga, e definimos, e por isso comprámos atempadamente, a casa do Professor Figueiredo Dias. Como neste momento estamos a fazer o projecto e que está em evolução, achámos de lhe devíamos dar ocupação e fizemos um protocolo com a Associação dos Arquitectos e é só por isso. Eu gostaria de dizer, que não sendo o Aristides de Sousa Mendes daqui, sendo do vizinho, do concelho de Carregal do Sal, figura na nossa toponímia, numa avenida importante. Também reservamos no Museu da Judiaria um espaço importante para Aristides de Sousa Mendes. Sobre o Museu do Quartzo, ao contrário do eu pensava também, está pronto, falta-lhe apenas o ar condicionado, que neste momento está adjudicado. E, portanto, quando o ar condicionado estiver pronto abriremos o Museu do Quartzo, mas queria dizer que já está todo pronto, Já agora também, eu não sei sou licenciado em economia, mas sempre tive um fraquito por rochas, se calhar a história das pedradas não sei se foi daí... Mas queria dizer-lhe que o quartzo não é uma rocha, é um mineral, só para lhe lembrar disso, também se aprendem estas coisas. Portanto, não foi por acaso que nós escolhemos e que fizemos esta negociação, e eu



já aproveitei o momento para também dar público testemunho da abertura do Professor Figueiredo Dias como grande viseense que é, da forma como nos facilitou a aquisição daquela casa. Já agora, uma outra coisa, folgo muito, um dia destes vamos promover um concurso de pesca - quando disse que toda a gente se ria - do concurso no Rio Pavia. Eu folgo muito em ver lá as pessoas a pescar. Aqui há uns anos, se calhar, pescavam os restos do Matadouro, pedaços de carne que... Nós sabemos muito bem como é que isso foi feito, aliás, o processo ainda está em Tribunal, um dia desta há-de saber-se. Mas, sabemos como é que isso era, os abates no Matadouro vinham directamente para o Rio. Durante anos fomos aqui abordados nesta Assembleia, tanta vez, o Rio Pavia, o Rio Pavia... Bem, finalmente alguém que já descobriu e muitas pessoas mais, felizmente, descobriram que no Rio Pavia - que o Parque Linear que é uma realidade - neste momento as pessoas podem fruir as margens do Rio Pavia. Só há uma coisa que ainda não dominamos, esperamos que a Senhora Ministra do Ambiente dê resposta rápida a um requerimento que temos para alimentar o Pavia de forma, digamos, programada, portanto, no Verão não podemos fazer mais nada senão fazer a montante uma barragem, que esperamos tenha resposta rápida. Queria comentar também esta disponibilidade do Deputado Marco Rodrigues sobre o Teatro Jovem. Deixe-me dizer-lhe que fico satisfeito, eu sei que vou descobrir passados alguns anos, vai na décima edição, valha-nos isso, mas o Teatro Jovem é uma realidade levada a cabo pela Câmara de Viseu. Queria também dizer-lhe o seguinte: Essa reunião que fez com as associações, eu não sei em que qualidade é que falou, não sei se usou outra qualidade, não faço ideia. Fiquei com a ideia que: Chegaram até nós... Fiquei com a ideia que era na Alberto Sampaio, não faço ideia. Ah, é nós, Partido Socialista? Pronto! Mas eu queria dizer-lhe que as reuniões vão ser feitas por quem paga, quem promove. Essas reuniões com as associações vão ocorrer em: cinco, seis e dez de Janeiro e é connosco que vão ocorrer, portanto, as reuniões que as associações quiserem fazer é com a Senhora Vereadora da Cultura, nós é que somos os detentores das edições do Teatro Jovem e é por ela que passa. Já agora, deu-me aí algumas achegas e alguns conselhos que eu posso seguir como actualizar os subsídios. Era capaz de propor a mesma percentagem do Ministério da Cultura e reduzia-os todos em dez por cento, não sei e era isso que me estava a propor. Pergunte ao Paulo Ribeiro como é que foi. Ou então, está a dizer-me para arranjar um parceiro que podia ser privado ou um público. Bem, público, Ministério da Cultura, fica muito bem. Apareça lá, esse é o parceiro privilegiado e, aliás, acho que não fazia mais do que a sua obrigação. Vejam lá então se o Ministério da Cultura quer ser nosso parceiro no Teatro Jovem. Como os Senhores têm estas reuniões até com as associações, também podem falar nisso. Olhe, já agora uma coisa, eu sei que estava preocupado e já lhe disse: As reuniões vão ocorrer em: Cinco, seis e dez de Janeiro. Se calhar, as pessoas das associações estão à espera das reuniões num outro salão, no Salão Nobre, também para lhes definirem os subsídios. Vamos ver, talvez o Senhor também tenha a chave dum outro Salão Nobre que reúna as associações para lhes falar dos subsídios, é capaz de ser interessante e as associações agradeciam com toda a certeza. Sobre a questão que foi aqui colocada, mais uma vez, sobre o serviço e do apoio social, já foi aqui trazido, quer pelo Pedro Ruas, quer pelo Senhor Presidente da Junta de São João de Lourosa, constata-se com facilidade que o verdadeiro Ministério da Solidariedade Social são os municípios. Essa é que é a grande verdade! Têm aquilo que nós damos, o resto, nós não vimos, absolutamente, nada! Se não quiserem dar cabazes de Natal, dêem outra coisa qualquer mas dêem! Nós demos um cabaz de Natal e vocês deram outro cabaz que foi: Um aumento para a Caixa Geral de Aposentações, um corte nos vencimentos, a subida do IVA. Cá está um cabaz e um cabaz de Natal. Nós preferimos o outro: Com arroz, atum, não sei quê, aquilo que se dá no Natal. Já agora, também dizer que para além do Restaurante Social, que a Câmara arranjou, eu gostaria de prestar homenagem à Santa Casa da Misericórdia, que tem também um Restaurante Social, mais urbano, e também fazer justiça a uma outra



Instituição que é os Serviços Sociais da Câmara Municipal, de algumas câmaras municipais, não é só da nossa Câmara Municipal, que só este ano distribuíram cento e vinte cabazes e já prestaram quarenta e duas refeições, o que significa que, felizmente, o apoio é dado por muitas instituições e, de uma maneira ou de outra, quase todas ligadas ou com relações com a Câmara. Sobre a questão que foi aqui tratada de Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, eu gostaria de dizer que a Câmara de Viseu se prepara para colocar na toponímia, em artérias de grande impacto, o nome dos dois. Vamos aproveitar a avenida nova que estamos neste momento a construir e a grande praça, ao cimo da Avenida da Europa, para homenagear os dois estadistas, portanto, esta é a nossa contribuição. Há uma coisa que eu não percebi, não queria entrar nesta discussão. Não percebi, porque é que um deputado novo ou pelo menos jovem, não pode dizer esta frase: “O rumo que este País está a levar”. Bem, se os jovens não podem dizer... Pois, os jovens é que devem dizer isto. Os jovens é que devem dizer: Que rumo que este País está a levar! Já o disse noutras circunstâncias, aquilo que mais me aflige é que, se calhar, os jovens da geração seguinte à minha e muitos dos que aqui estão, são capazes de serem os primeiros a ter que dizer uma coisa ao contrário daquilo que nós dissemos: Os nossos pais viveram pior que nós, os pais dos nossos pais viveram pior do que os nossos pais e, se calhar, os nossos filhos hão-de viver pior do que nós. Era a primeira vez que isto acontecia na História, mas estão a um passo disso, portanto, não percebo porque é que é a indignação dum jovem vir aqui dizer: “O rumo que o País está a levar”. É aquilo que ouço com maior frequência, portanto, não está só nesta apreciação. Sobre aquilo que o Deputado João Paulo Rebelo trouxe aqui, apenas captei uma coisa – do progresso do País. É um facto, eu estou de acordo, o progresso do País é um facto. Há uma coisa que também ninguém está em desacordo, mas é mais injusto. O País está mais desenvolvido, mas está mais injusto, quer dizer, o fosso entre o litoral e o interior é maior, o fosso entre a grande capital e o concelho mais pobre é maior e, portanto, nós estamos a construir um País mais rico é um facto, mas menos solidário, menos harmonioso, mais injusto e mais desequilibrado, com certeza, que há responsáveis bem conhecidos. Sobre a questão do Senhor Presidente da Junta de São João de Lourosa, eu já o enfatizei, falava apenas que junto com a PROHABIT desenvolvemos o VISEU SOLIDÁRIO. Gostaria de dizer uma coisa para terminar, estou bem atento às estruturas e às características das ordens de trabalho da Câmara e podem ser comprovadas proximamente. Há uns anos a ordem de trabalho da Câmara tinha uma incidência brutal sobre: Obras municipais, planificação e não sei quantos... E agora tem uma incidência brutal sobre apoios sociais. Só quem estiver distraído, eu um dia deste hei-de mandá-las para o ar e calo-me, as actas, as ordens de trabalho para verem a quantidade de apoios que a Câmara dá: Apoios à compra de óculos; às rendas da casa; aos medicamentos, tudo coisas que não são da nossa responsabilidade. Eventualmente, referir que o apoio social da Câmara se resume a cabazes de Natal... Vou utilizar a linguagem que o Senhor Deputado utilizou há bocadinho, não me parece muito bem na boca de uma jovem. É tudo”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente. Esgotámos o Período Antes da Ordem do Dia, vamos entrar no PERÍODO DA ORDEM DO DIA. Atendendo ao teor da comunicação do Senhor Presidente da Câmara na Actividade Municipal, eu sugiro que se faça em simultâneo o PONTO UM e DOIS, portanto, o Senhor Presidente da Câmara irá fazer a intervenção sobre a Actividade Municipal centrada na questão do orçamento e, obviamente, que os Senhores Deputados terão toda a liberdade para se pronunciarem sobre o orçamento e deixarem eventuais questões fora desta matéria com o Senhor Presidente da Câmara. Se estivessem de acordo, iríamos fazer estes dois pontos ao mesmo tempo: INFORMAÇÕES e o Ponto Dois – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA”



MUNICIPAL E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS MUNICIPAIS DE VISEU PARA O ANO DE DOIS MIL E ONZE E RESPECTIVOS MAPAS DO PESSOAL. E sendo assim, daria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a intervenção e a apresentação”. (*Neste momento alguém fala da bancada parlamentar, o que não é audível*). -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar responde e diz: “É uma interpelação à Mesa? Faça favor Senhor Deputado”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- **TRINTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – No uso da palavra profere as seguintes palavras: “De acordo com a proposta que o Senhor Presidente da Mesa acabou de formular, presumo que o tempo seja a dobrar. É que eu tinha duas intervenções preparadas para os dois pontos”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, responde à questão formulada pelo Senhor Deputado e diz: “Naturalmente que eu serei condescendente. Se tratássemos os dois pontos autonomamente, claro que os Senhores Deputados poderiam intervir num e noutro, não é? Obviamente, que não vou associar esse direito ao uso da palavra, pedia só, enfim, que sejam razoáveis. É evidente que, sendo a intervenção do Senhor Presidente da Câmara sobre a questão do orçamento e das grandes opções do plano, será, digamos assim o “prato forte” deste ponto. Mas, qualquer questão que os Senhores Deputados entendam fazer, eu peço é que na mesma intervenção façam as duas coisas e eu serei um pouco condescendente, Está bem? Senhor Presidente tem a palavra”. -----

- **QUARENTA – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – No uso da palavra faz a intervenção seguinte: “Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da actividade e da situação financeira que, previamente, remeti a este Órgão, acompanhada das matérias referidas no número quatro do artigo sessenta e oito introduzido pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro. De acordo com a, vulgarmente apelidada, “Lei da Autarquias Locais”, a quinta e última sessão ordinária do ano da Assembleia Municipal destina-se à “... aprovação das opções do plano e da proposta do orçamento...”. Dando sequência a tal preceito legal, o órgão executivo municipal, a que presido, submeteu, atempadamente, os referidos documentos previsionais para aprovação nesta magna Assembleia. Cumpre-me, porém, tecer algumas considerações prévias sobre o enquadramento económico e financeiro actual, o qual condicionou a sua elaboração. A situação difícil e adversa da conjuntura económica nacional é, por todos nós, sobejamente conhecida. Estamos submergidos por uma profunda crise, com contrariedades acrescidas a cada dia que passa. Neste âmbito, os Municípios são, como sempre foram, solidários, e estão, como sempre estiveram, ao lado dos Portugueses na prossecução dos seus interesses e das suas legítimas preocupações, querendo ter um papel activo na resolução destes, como de outros, problemas. Convém, no entanto, enfatizar que as autarquias locais não contribuíram, em nada, para o estado em que o País e as suas contas públicas se encontram. É por isso que temos vindo a manifestar a nossa total discordância pelos cortes cegos verificados nas transferências para as autarquias. O esforço a que os Municípios estão a ser sujeitos com estas medidas pode, a breve trecho, provocar fortes desequilíbrios financeiros na maioria das Câmaras Municipais, com graves consequências que isso acarreta, a vários níveis. De salientar, uma vez mais, que os Municípios portugueses, imbuídos de um sentido de responsabilidade que sempre tem orientado a sua acção e actividade quotidiana, não irão virar as costas à resolução de um problema que é deveras complexo e difícil. Porém, uma coisa é certa, não conseguem fazer milagres, nem tão pouco resolver situações para as quais não têm contribuído. Apesar disso e de acordo com dados recentes do INE, o esforço dos Municípios para debelar o problema do deficit



público, eu lembro que este é o último dado do INE sobre este problema, diz que corresponde a setenta e sete por cento enquanto o empenho do Governo, para o efeito, se tem quedado nuns parques quinze por cento. Já é tempo pois do Governo assumir as suas verdadeiras responsabilidades. Os Municípios, salvo raras excepções, são os únicos que, de uma forma homogénea, têm garantido, em todos os espaços territoriais a democratização do investimento público. Sem Poder Local o País seria muito menos desenvolvido e certamente muito mais assimétrico. Esta é uma realidade incontroversa, dificilmente contrariável, e que é especialmente sentida, em cada uma das nossas autarquias, por aqueles que ali residem. Como já tive a oportunidade de esclarecer, por várias vezes, há estudos efectuados que comprovam que os Municípios têm uma melhor capacidade de gestão. Com pouco mais de dez por cento dos recursos nacionais, os Municípios são responsáveis por mais de metade do investimento público nacional. Assim, consideramos que não é justo que se peçam mais sacrifícios às autarquias locais, que são quem mais investe neste País, e ao mesmo tempo quem mais reduz a sua despesa efectiva, contribuindo para a diminuição do deficit, como acabámos de ouvir do relatório do INE. Gostaria, ainda, de realçar que a manutenção ou o incremento das transferências para as autarquias locais não significa necessariamente, nem deve constituir, um aumento da carga fiscal sobre os Portugueses. Não é isso que os Municípios defendem, nem pretendem. O que se pretende é que o Governo cumpra o estabelecido na “Lei das Finanças Locais”, ou seja, concretizar o objectivo do “equilíbrio financeiro vertical”, através da adequação dos “... recursos de cada nível de administração às respectivas atribuições e competências”. Esta é uma citação *ipsis verbis* do que está na Lei das Finanças Locais. Deve, assim, haver uma redistribuição dos recursos nacionais, que são de todos nós, de uma forma mais justa entre a Administração Central e a Administração Local, para melhor corrigir as assimetrias ainda existentes e aumentar o nível de investimento executado, que é feito, como disse, na sua larga maioria, pelos Municípios. Por outro lado, os cortes indicados terão um efeito negativo imediato, não só no investimento público em geral, mas, essencialmente, na execução do QREN. Por certo, este comportamento restritivo obrigará o Governo a renegociar o calendário de utilização destes apoios junto da União Europeia. A diminuição da participação das autarquias nos recursos públicos, ao invés de combater o défice, só irá fomentar a manutenção de uma política de entrave ao desenvolvimento económico das regiões, num momento crítico, em que mais do que nunca, se deveria privilegiar o investimento local, a educação das novas gerações e a criação de sinergias entre regiões para diminuir as suas assimetrias. Relembro, a este propósito, notícias relativamente recentes que davam conta que, apesar dos cortes já verificados nas transferências para as autarquias locais, as despesas directas da Administração Central continuaram a crescer. Portanto, o problema não radica nas autarquias locais. Isto é, os cem milhões de euros que nos cortaram em Julho, no PEC-Dois, ao invés de diminuir o deficit estão a aumentar, o que significa que, as autarquias ficaram sem os cem milhões e os outros gastaram por e, seguramente, gastaram pior. A política draconiana deste Governo ditou que, em dois mil e onze, a repartição dos recursos públicos entre o Estado e o Município de Viseu sofresse uma diminuição de oito, vírgula seis por cento, relativamente ao ano anterior. Esta redução drástica de verbas teve um impacto, natural, na elaboração do orçamento municipal para dois mil e onze. Considerando, igualmente, o período difícil que estamos a atravessar e à degradação das condições de vida dos nossos concidadãos, fruto dessa mesma conjuntura adversa, a Câmara Municipal de Viseu entendeu não aumentar as taxas do IMI, eu chamo a atenção, espero que, de uma vez por todas, aquele discurso que nos “matraquilharam”, que temos as taxas mais altas do País que acabe de vez, aliás, daqui a bocadinho eu vou dizer quantas Câmaras estão à nossa frente em taxas mais elevadas. Ainda em relação às taxas de IMI, convém clarificar que, ao contrário do que é propalado, até à exaustão, por alguns, para ver se a mentira se



transforma em verdade, o Município de Viseu não aplica as taxas máximas legalmente previstas. A título de exemplo e relativamente à taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos não avaliados, existem cerca, e eu gostava que me comprovassem este número, de cento e noventa e sete municípios com taxas superiores às nossas. No que concerne à taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos avaliados, o número de municípios com taxas superiores é de cerca de cento e quarenta e oito. Portanto, para quem diz que nós temos as taxas máximas, quantos municípios estão à nossa frente com as taxas máximas, nomeadamente, aqueles que têm alguma responsabilidade nesta definição do IMI e na Lei das Finanças Locais. Com base nestes pressupostos, os instrumentos de gestão para dois mil e onze, que preparámos, registam um decréscimo no seu volume global, mas que, em nosso entender, não põe, de forma acentuada, em causa o normal funcionamento do Município, antes exigindo ainda mais contenção e rigor na gestão corrente e, na gestão de investimentos duradouros, um assertivo critério de prioridades. É assim possível verificar um conjunto de intervenções relevantes associadas ao normal funcionamento e gestão dos serviços municipais, em que se destacam a manutenção dos espaços urbanos, da rede viária, das escolas, da animação inerente à actividade cultural, entre outras. Paralelamente, destacam-se uma série de investimentos associados a infra-estruturas que consideramos essenciais, quer sejam na educação, acção social, habitação, urbanização, reabilitação e requalificação, ambiente, cultura, desporto, actividades económicas, rede de comunicações, novas tecnologias e modernização administrativa, freguesias, entre outros. Este último conjunto, por ser mais pesado financeiramente, foi definido de forma criteriosa e prudente, tendo sido previamente asseguradas as fontes de financiamento necessárias, já que as receitas provenientes dos impostos directos vêm também, como é sabido, registando uma quebra com significado. No âmbito do abastecimento público, da competência dos nossos Serviços Municipalizados, pretende-se prosseguir o incessante trabalho de aumentar até ao limite legal a cobertura do abastecimento de água e recolha e tratamento de efluentes, já com taxas de cobertura que ultrapassam, como várias vezes tenho aqui afirmado, os valores padrão definidos pela União Europeia. Terão evolução os investimentos com co-financiamento definido em sede do POVT, com reflexos notáveis nos níveis de atendimento que se aproximarão, queremos acreditar cada vez mais nisto, dos cem por cento. Ficam, por outro lado, em situação de expectativa os investimentos relativos ao novo sistema de tratamento e respectivos emissários, designados por “Viseu Sul”. Não dei resposta ao Senhor Deputado que colocou a questão, exactamente, porque a tinha aqui como resposta. Assim, o recurso aos fundos comunitários disponíveis constitui uma fonte de receita essencial, resultante da aprovação de candidaturas, tempestivamente, apresentadas e cuja taxa de co-financiamento deverá registar um aumento em face da reduzida execução financeira global do QREN. Neste contexto, o Executivo Municipal ao elaborar a sua proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano, que submeteu a esta Assembleia Municipal para aprovação, teve como objectivos, por um lado, amenizar os problemas e dificuldades, sobretudo as de carácter social, dos Viseenses e, por outro, manter e reforçar os padrões de qualidade da vida da nossa comunidade social. Porque apesar de todas as contrariedades expostas, o Município de Viseu e todos os Municípios, em geral, são, como todos nós sabemos, permanentemente chamados a suprir carências que as populações sentem aos mais diversos níveis. Os documentos previsionais agora apresentados traduzem pois, uma actuação e previsão prudentes, no sentido de levar à prática políticas de investimentos devidamente sustentadas e geradoras de actividades centradas, também, no tecido empresarial, enquanto criador de riqueza e bem-estar com reflexos na Comunidade, neste momento de dificuldades. Antes de passar e para terminar com os documentos que são exigidos, naturalmente por Lei, para apresentar à Assembleia, queria apenas fazer duas observações, por um lado dizer que reduzimos o orçamento global da Câmara em cinco, vírgula tal por cento, penso que não chega a seis, mas mesmo



assim, é inferior à redução provocada dos fundos municipais, como disse, que é de oito, vírgula seis. O nosso orçamento global previsto para este ano é de noventa milhões, duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e sessenta e três, com uma redução, como disse, dos noventa e seis milhões do ano passado, mas situado, naturalmente, ao mesmo nível de dois mil e nove, antes da crise. Portanto, reduzimos e conseguimos fazer aqui um equilíbrio de modo a não haver grandes diminuições no nosso orçamento. Apenas uma outra nota que eu não gostaria de deixar de aqui trazer, e lembro-me que isto foi trazido aqui por um Deputado que esteve aqui durante muito tempo, do Partido Socialista, que já não está cá, o Doutor Ribeiro de Carvalho, que durante algum tempo nos perguntava se era tão grande a questão dos compromissos da Câmara, que vinham aqui no mapa. Ainda bem, porque pelo Tribunal nos obrigam a depositar montantes muito acima daquilo que são as aplicações reais, agora temos, neste momento, os montantes a receber. Não sei se ouviram uma notícia de há dois dias, em que dizia que o Instituto da Justiça que tinha aplicado dinheiro que não era deles, também era algum nosso, porque, de facto, depositámos o dinheiro e ele não foi devolvido atempadamente. E, portanto, eu gostaria de vos dizer, para terminar, que esta situação, de certo modo, nos alivia um pouco, como alivia, e espero que esta Assembleia o aprove, as alienações que em tempo útil foi esta Câmara que adquiriu e que guardou, exactamente, para os momentos mais aflitivos como são estes que neste momento vivemos. Eu espero, sinceramente, que o Município de Viseu, tocado pela crise, como todos os outros Municípios, vai superá-la melhor. Penso que isto é um pouco como aquilo que acontece com os países, a crise, como se diz, foi internacional, toda a gente, sobretudo ligada a determinado partido, diz isso, mas ela foi enfrentada de melhor ou pior forma, consoante o país. A crise não teve o mesmo impacto na Alemanha como teve aqui em Portugal. Não teve o mesmo impacto na Holanda como teve na Grécia. Eu espero também, muito sinceramente, que a crise interna não tenha o mesmo impacto no Município de Viseu que tem, eventualmente, noutros Municípios, a quem também, por uma questão de responsabilidade nacional me preocupa e de que maneira! É apenas isto Senhor Presidente”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- QUARENTA E UM – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Solicita o uso da palavra para fazer a seguinte intervenção: “O Bloco de Esquerda não podia deixar de estar solidário com a indignação do Senhor Presidente da Câmara, relativamente, aos cortes de transferências para as autarquias que provocam desequilíbrios financeiros na maioria das Câmaras Municipais, principais órgãos da gestão autárquica do investimento público até pela sua proximidade com as populações. Também não podemos deixar de sublinhar o esforço que as autarquias, incluindo a nossa, têm feito para acudir às situações de crise social, nomeadamente, miséria, provocadas pela actual crise económico-financeira internacional e pela errada resposta nacional, que faz recair as medidas de austeridade quase, exclusivamente, sobre os mais pobres. E aqui temos que repartir responsabilidades entre o PS que sustém o Governo e o PSD que tem avaliado os vários PEC’s e Orçamento de Estado para dois mil e onze, considerado um mal necessário que irá provocar mais recessão. A situação a que chegámos de fragilidade extrema do nosso sistema produtivo: Na agricultura, nas pescas e na indústria com seiscentos mil desempregados e destes só cerca de metade com subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego, com quase vinte por cento da população em risco de pobreza, incluindo os doze por cento da população activa, ou seja, mais de quinhentos mil trabalhadores em risco de pobreza. Deve-se essa situação a trinta anos de governos dos dois maiores partidos com o CDS a aliar-se ora a um, ora a outro num rotativismo com o Estado ao serviço dos grandes grupos económico-financeiros e consequente credibilização das várias camadas de poder à corrupção, principal cancro do nosso desenvolvimento, como é reconhecido nacional e



internacionalmente. O Senhor Presidente da Câmara valoriza, como é natural e seu dever, o papel das autarquias, mas não podemos deixar branquear as responsabilidades de autarcas como se fossem virgens violadas pelo governo, porque foram as câmaras municipais que autorizaram a construção desenfreada nas periferias das cidades enquanto deixavam ruir e despovoar os centros urbanos, criando problemas de insegurança e a necessidade de avultados investimentos em novas acessibilidades e infra-estruturas. Em Viseu temos bons exemplos deste mau planeamento. O Senhor Presidente da Câmara no fim do primeiro mandato, se não estou em erro, respondeu numa entrevista ao Jornal Via Rápida sobre a exagerada densidade de construção do Bairro de Marzovelos, que tinha herdado compromissos assumidos pelo Engenheiro Carrilho. Ora, passados vinte anos, o Bairro de Marzovelos, a que eu tenho chamado um “cimentério”, continua a crescer. A rede de saneamento daqueles milhares de fogos vai desembocar na rede mais antiga e muito mais estreita da antiga povoação, provocando o rebentamento das tampas de saneamento e invadindo porcaria a um caminho público. Mas também, podia referir aqui a histórica oportunidade perdida que foi o programa POLIS, opções erradas como; O Túnel do Viriato, o Funicular, em vez do projecto inicial do Arquitecto Manuel Salgado, com uma passadeira rolante na Calçada do Viriato que facilitaria a mobilidade daquela Calçada sem provocar os inúmeros acidentes, alguns graves com intervenções cirúrgicas e evitaria a agressão visual e física dos prumos e cabos de aço que ladeiam os carris numa rua já de si estreita, além do mais, ficaria muito mais barato do que os mais cinco milhões de euros, fora os custos de manutenção. O Executivo argumenta que o aproveitamento das verbas comunitárias, mas a verdade, é que ficaram por fazer as obras do POLIS de Viseu mais interessantes para a qualidade de vida dos viseenses e para atrair turista: O Parque Urbano da Aguieira e o Centro Interpretativo da Cava do Viriato, um monumento único na Europa. E porque o património também é cultura, gostaríamos também que houvesse uma política mais transparente e menos oscilante com critérios mais claros, e previamente fixados, de apoio às associações culturais, que a acreditar nas palavras do Deputado Marco Rodrigues, ainda hoje não sabem se vão receber, quanto é que vão receber e quando é que vão receber, ao fim de um ano de actividades que já estão produzidas. Ao fim de vinte anos de prioridades ao betão e ao alcatrão, começa a dar-se mais atenção à reabilitação urbana, também desejada pelas empresas de construção civil, dado a saturação do mercado imobiliário e às políticas sociais. No entanto, ainda há muito por fazer dado o atraso enorme nesta área devido ao tempo perdido em duas décadas de confusão entre crescimento e desenvolvimento. A rede social do concelho, conforme já aqui foi dito, só em Dezembro de dois mil e nove concluiu que o diagnóstico socioeconómico que permitiu identificar problemas sociais para um futuro plano desenvolvimento social que, pelos vistos, ainda não existe. O GAS (Gabinete de Acção Social), que fez este estudo tem por competências apoiar agregados familiares carenciados, à melhoria das condições habitacionais e na ligação às redes de água e saneamento. No entanto, ainda no passado fim-de-semana estive na casa de um operário de construção civil que ganha o ordenado mínimo, com mulher e filhos desempregados, não tem água canalizada, a escassos centenas de metros do Tribunal na Avenida da Europa, na Rua do Caminho-de-ferro, na Aguieira. Tem que ir buscar água ao chafariz em frente à casa e tomar banho de regador, além de não ter o mínimo de condições de instalações sanitárias devido ao mau estado da canalização das fossas. Já pediram uma casa à HABISOLVIS há dois ou três anos e a assistente Social que é coordenadora do GAS ainda não resolveu o problema, parece que o GAS anda a meio gás. Os Planos de Actividade e do Orçamento Municipais são os documentos mais importantes desta Autarquia, melhor se reflectem as opções, as escolhas, as prioridades deste Executivo, que não são coincidentes, como é óbvio, com as escolhas e as prioridades do Bloco de Esquerda. O Orçamento para dois mil e onze da Câmara Municipal apresenta um decréscimo do seu valor global de sete, vírgula



quatro por cento e quando à retracção de investimento é o desenvolvimento que é o futuro que é posto em causa. A previsão de um novo empréstimo de três, vírgula oito milhões de euros, empurra para os próximos anos as dificuldades do presente. O BE vai votar contra este Plano e Orçamento para o ano de dois mil e onze. É certo que as autarquias se defrontam hoje com a falta de recursos financeiros bastantes para exercerem adequadamente as suas competências. Até por isso, impõe-se uma especial atenção ao combate das despesas desnecessárias e um maior rigor na gestão dos recursos financeiros. Por isso, acompanhamos a posição expressa dos Vereados no PS na Câmara Municipal, quando referiram: “É chegado o momento de se proceder à reestruturação do modelo das empresas municipais”. Na verdade, há hoje na sociedade portuguesa na melhor compreensão da natureza da razão da criação das empresas municipais: Escapar as novas exigências da nova contabilidade pública, retirar às Assembleias Municipais o escrutínio da maioria dos gastos municipais, dar emprego às pessoas ligadas ao partido do poder. Vários autarcas, incluindo Presidentes de Câmara, têm hoje uma visão mais realista sobre as empresas Municipais e o que elas representam para as dificuldades financeiras que esses municípios atravessam. Citando apenas autarcas do PSD, o Presidente da Câmara Municipal de Faro, Macário Correia disse que e cito: “Muitas empresas municipais são artificiais e servem apenas para dar emprego e ordenados razoáveis àqueles que nas listas do poder não obtiveram eleição ou outras pessoas do partido”. E vai mais longe ao dizer que: “As empresas municipais correspondem a uma onda muito grande em que alguns Vereadores não conseguiram ser eleitos ou reeleitos. Arranjavam-se uns tachos para terem mais empresas municipais, criavam-se nos Conselhos de Administração umas mordomias, tudo isso acrescenta despesa”. Também o Presidente da Câmara Municipal de Caldas da Rainha, Fernando Costa, um dos mais entusiasmantes apoiantes da actual liderança do PSD considera essencial a extensão das empresas municipais, porque diz ele: “Depauperam o erário municipal e só servem para fugir ao cumprimento da Lei e dar emprego aos boys partidários. Naturalmente que me estou a referir a recentes notícias sobre a transição de um ex-Vereador para a empresa que gere a empresa da Feira de São Mateus. Insistimos que a falta de recursos financeiros suficientes é um problema que afecta todas as autarquias. E nesta matéria, o Bloco de Esquerda dá um contributo sério a esta Assembleia, que esta Assembleia deve considerar e a Câmara, neste caso, uma vez que foi remetido à Câmara, deve considerar, aprovando a recomendação da taxa municipal sobre as caixas multibanco. Estes são os pontos de vista do Bloco de Esquerda em relação ao Plano de Actividades para dois mil e onze. Estamos certos que o caminho do reforço no papel dos municípios passa por maior rigor nas contas públicas e pelo aumento dos recursos municipais para que o desenvolvimento do País seja uma efectiva realidade. Disse”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- QUARENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) – No uso da palavra diz: “Senhor Presidente, quando venho para esta Assembleia Municipal, nomeadamente, quando venho a este local, sou um cidadão de Viseu, eleito como Membro desta Assembleia e nunca despi ou despirei o casaco de qualquer instituição onde me encontre e muito menos a de sócio de instituições que praticam a solidariedade social. É nessa medida que, quando falo aqui em nome dos Bombeiros, falo de coisas que são públicas, que não estão no conhecimento restrito da Direcção a que pertença. E é nessa medida, que eu vou pedir aqui, no âmbito da Actividade da Câmara Municipal, que é uma actividade que a Câmara Municipal tem desenvolvido e no âmbito neste pormenor e é nesse âmbito que eu vou deixar aqui alguns pedidos de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara de Viseu. Se confirma ou não, que na inauguração da requalificação da Rua dos Bombeiros Voluntários foi anunciado sem qualquer restrição quantitativa, quer seja em termos percentuais ou pecuniária, que



os Bombeiros podiam avançar com a obra do Quartel novo, porque a Câmara Municipal assumiria a diferença. Se confirma ou não, que os casos em que o POVT assume a responsabilidade de comparticipação em oitenta por cento são casos negociados através da Associação Nacional dos Municípios e não aqueles como o dos Bombeiros Voluntários que negociou directamente com o POVT, que como já tem conhecimento a Câmara Municipal, estão, perfeitamente, definidos e não são renegociáveis. Queria saber, se o facto de ameaçar se o Governo não fizer os acessos ao Quartel novo, a Câmara não dará mais subsídios. Gostava de ser esclarecido se isso é ou não, uma intromissão na Administração dos Assuntos de Gestão Interna da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários. E também gostava de saber se o facto de não serem atribuídos estes subsídios nestas condições, se será por esse motivo que também já no ano de dois mil e dez não foi atribuído qualquer subsídio aos Bombeiros Voluntários de Viseu. Será que já estamos a não receber por conta? Também gostava de saber, como sistematicamente aqui é dito, quando são discutidas as taxas dos impostos municipais, quando o Senhor Presidente da Câmara aqui afirma que a Taxa Municipal de Direito de Passagem é para ser canalizada para os Bombeiros Voluntários. E, portanto, aqui quando falamos ou somos contra as taxas, se nós não queremos envolver os Bombeiros Voluntários. Também sei que há uma deliberação da Câmara, que não me consta que tenha sido revogada, que diz que, e é nesse âmbito que, certamente, o Senhor Presidente aqui nos dá essa informação, de que estas importâncias são para os Bombeiros Municipais, uma deliberação que diz que: “As taxas Municipais de Direitos de Passagem são para os Bombeiros Voluntários”. Eu gostava de saber se à excepção da primeira arrecadação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, para onde é que foram mandadas essas taxas, porque os Bombeiros Voluntários de Viseu ainda só receberam o primeiro ano de arrecadação e já lá vão cinco anos. Gostava também de saber, se os dinheiros do POVT, que vêm da União Europeia, aonde é que eles nascem, se são ou não são contributos dos Estados Membros e se Portugal não é um estado membro da União Europeia, portanto, se têm origem na contribuição dos estados membros. Eu sou leigo, mas estou a perguntar, porque quero ser esclarecido, os Senhores é que têm os livros para essas coisas, desculpem lá esta brejeirice, mas é assim, eu também gostava de saber se, de facto, se o Estado está ou não está indirectamente implicado nas contribuições para participar na construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Viseu. Finalmente, também gostava de saber se tem ou não tem conhecimento, que o terreno onde os Bombeiros Voluntários estão a construir o seu Quartel foi ou não foi doado por escritura pública em que o doador foi a Junta de Freguesia de Rio de Loba. Não vamos aqui escamotear a realidade! Sabemos dos contributos e pessoalmente não os nego, os vários contributos que a Câmara deu neste contexto, mas o real dono e que doou, que se desfez do património foi, de facto ou não, a Junta de Freguesia de Rio de Loba. Era esses esclarecimentos que, relativamente, à parte da Actividade Municipal eu queria deixar aqui pedidos de esclarecimento ao Senhor Presidente ou a quem ele delegar, para nos prestar se for possível. E agora dirigia a minha atenção para fazer a segunda parte da minha intervenção relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano. Os últimos anos da década que agora se esgota ficam marcados pela grave crise económica cuja origem é sobejamente conhecida. A União Europeia não escapou aos seus efeitos e os estados membros que integram têm vindo a reagir da forma julgada a melhor possível e entendida como mais adequada, com vista a enfrentá-la e a ultrapassá-la. Portugal não é excepção e as suas condições económicas e financeiras implicaram que a situação criasse consequências ainda mais graves do que as que foram sentidas em outros estados da União Europeia. Os constrangimentos orçamentais decorrentes são tanto mais evidentes e sentidos, quanto maior a debilidade económica e financeira dos seus alvos, quer se trate de pessoas ou de empresas. Requer-se, num tal contexto, um esforço suplementar que possa contribuir para a consolidação das contas públicas, sem o que não atingiremos o outro



lado da crise, que nos permita recuperar a normal estabilidade económica e financeira e o progresso. Requer-se, também da parte das autarquias, a sua quota-parte de solidariedade na consolidação orçamental, na recuperação que a situação impõe, tal como o Governo tem dado provas, através de vários programas de incentivo, nomeadamente, o recém-criado programa “iniciativa para a Competitividade e Emprego”. A introdução de medidas orçamentais, ao nível municipal, que prossigam os objectivos necessários à resolução da crise instalada nacional e internacionalmente, tornam-se imprescindíveis numa perspectiva de cooperação institucional que, afinal, venham a resultar em favor das populações que representamos. Num tal contexto, da apreciação que fizemos aos documentos que estamos a analisar, encontramos razão para alguns reparos que, correndo embora o risco de como tal não virem a ser interpretados e aceites, aqui deixamos como contributo construtivo resultante desse nosso trabalho, pensando poder ajudar na manutenção da qualidade de vida dos nossos concidadãos. Os constrangimentos orçamentais provocados pela diminuição da receita com origem em transferências da Administração Central, em cerca de oito, vírgula seis por cento, têm necessariamente que ter a correspondente solidariedade autárquica na consolidação orçamental nacional, devendo atingir o respectivo reflexo nas contas municipais. Não adianta lamentar ou criticar as diminuições das receitas, ou tentar fazer crer que se está a ser vítima daquilo que não provocámos directamente. O esforço que está a ser solicitado ao País tem que ser assumido por todos, sem excepção e as autarquias, gestoras públicas de uma boa fatia de recursos financeiros, não se podem excluir, quando sabemos que nem sempre são assim tão eficazes na administração de emagrecimento de despesas, nomeadamente as correntes, que são aquelas que, de um ponto de vista global e abrangente, mais contribuem para situações como a com que nos debatemos. Basta reparar-se no Orçamento em apreciação para se constatar que, embora diminua a despesa com pessoal, aumenta a aquisição de bens e serviços, o que leva a concluir que aquilo que deixa de se conseguir internamente se vai buscar, com custos idênticos, ao exterior e, portanto, sem ganhos de despesa dignos de referência. Parece-nos também, tal como já referiram os Senhores Vereadores Socialistas na sua análise aos documentos, que a actualidade económica, nacional e internacional, deveria aconselhar a que se investisse mais em actividades económicas e na acção social – factores de desenvolvimento do concelho – por contrapartida com algum desaceleramento das políticas do alcatrão, das operações da dívida municipal, da administração e do saneamento e do abastecimento de água dando como certo que, como tem sido amplamente difundido pelo Executivo Municipal, estas duas últimas se encontram numa fase quase residual de abrangência de todo o concelho. Reconhecemos algum esforço previsional na dotação para a acção social, entendendo que deveria ainda ser melhorada, reforçando-a com a afectação da diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes orçamentadas. Seria uma forma de dar um sinal de solidariedade do Município perante as vítimas da crise: Seria uma medida que contribuiria para o reforço da nossa rede social no concelho. Ainda no mesmo contexto, também as Juntas de Freguesia, parceiros privilegiados do Executivo Municipal na execução orçamental, deveriam ter o tratamento correspondente, de forma inequívoca, que lhes permitisse dar prova das suas reais capacidades, que são muitas, como todos reconhecemos. Diz e repete o Senhor Presidente da Câmara, e nós também bem sabemos, que qualquer investimento feito nas freguesias, através das respectivas Juntas, é melhor replicado pela forma de administração de proximidade, com os mesmos recursos financeiros, que de outra forma não seria possível. Ora, em situação de crise como a que vivemos, é altura de fazer evoluir os contratos-programa que o Município estabelece com as Juntas de Freguesia, de forma clara e transparente, aplicando a metodologia do Orçamento Participativo, reforçando a delegação nestes órgãos autárquicos de todas as competências que eles possam albergar e desenvolver para, dessa forma, se esbaterem ao máximo os constrangimentos das receitas



municipais evitando maior repercussão ao nível das populações. Aconselha também a situação, do nosso ponto de vista, que o Município deveria rever o modelo das empresas autárquicas, tal como das participações financeiras noutras entidades, que não têm justificado aplicações financeiras úteis. Pese embora o PS não se rever nas previsões que estes documentos contemplam, mormente e para lá das apreciações anteriormente feitas, no que concerne à forma de obtenção de receitas próprias e através de financiamento externo, à diminuição das despesas correntes e à selecção e recalendarização dos investimentos prioritários que se encontram evidenciados para suspender e ou fazer evoluir, reconhecemos haver vontade de emagrecimento orçamental, ainda que residual, das despesas correntes, em cerca de um ponto oito por cento, em relação ao anterior orçamento. Uma referência, também, ao Orçamento dos Serviços Municipalizados, que reflecte uma diminuição da despesa relativamente ao ano anterior, acompanhando a tendência do Orçamento Municipal. Por tudo o que afirmei, lamentando não se ousar ainda mais, procurar ir mais adiante nesse aspecto e porque entendemos o sinal – ainda que ténue – de poupança, reflectido pelos documentos que estamos a apreciar, como sendo um sinal positivo de cooperação para com a consolidação orçamental nacional de que podem resultar efectivos benefícios para a população do nosso concelho, o Partido Socialista, de forma responsável e construtiva, vai abster-se na sua votação, deixando ao Executivo Municipal a responsabilidade da sua concretização, que esperamos obtenha sucesso, como lhe compete e resulta do mandato que lhe foi conferido pelo eleitorado. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados. -----

- QUARENTA E TRÊS – ANTÓNIO MATEUS DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RANHADOS (PSD) – Solicita a palavra para intervir do seguinte modo: “Vou ser muito breve, mas talvez eficiente. Subo a esta tribuna (e já os fiz por várias vezes) para me referir à construção da Escola Básica Integrada de Ranhados. Ao ler o Orçamento e as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal verifiquei que este Complexo Escolar está devidamente contemplado, mostrando vontade por parte desta Câmara na sua construção e por isso congratulo-me. No entanto, lamento o impasse verificado por parte do Ministério da Educação em virtude da Câmara ter enviado cartas à Senhora Ministra da Educação e à DREC em dez de Agosto deste ano e até a esta data não obteve qualquer resposta. Haverá realmente vontade política do Governo para a concretização deste grande sonho que a Comunidade Educativa tanto anseia? Apelo novamente ao bom senso das entidades competentes para que esta construção seja uma realidade. Em nome de todos os ranhadenses e em nosso nome, aproveito esta oportunidade para desejar a todos os presentes um ano de dois mil e onze cheio de muita saúde, esperança e paz. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- QUARENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Eu quero, antes de mais, agradecer o relatório do Senhor Presidente sobre a Actividade Municipal, porque contém muita informação sobre a actividade e a situação financeira da Câmara Municipal de Viseu, contém muita informação sobre a política municipal agregada, sobre o agregado em que consistem as Câmaras Municipais e, atrevo-me a analisar um pouco essa situação e essas referências pelo só facto de ter sido o Senhor Presidente a introduzir essa análise a nível macro. Quero dizer-lhes que não contesto, em termos gerais, que os municípios têm garantido a democratização do investimento público, embora em todo o investimento público possam discutir-se prioridades. Não contesto que não se queiram furtar à carga fiscal. Não contesto que seja correcta a medida de não aumentar as taxas do IMI no concelho de Viseu. Não contesto que os municípios não estejam, em geral, e o nosso especial, solidário com as medidas de saída da crise e dispostos a replicá-las a seu nível.



Tal como não contesto que os municípios não tenham contribuído e muito para a correcção das assimetrias regionais e sociais, portanto, é um nível médio de entendimento sobre o qual nós temos que partir, não tenho nenhuma discrepância em relação a esta matéria. Todavia, sobre o seu relatório, Senhor Presidente, eu penso que a informação que nos traz nem sempre é completa, nem sempre é objectiva. Antes de explicar porquê, eu gostaria de, apesar de tudo, felicitá-lo pela contribuição que o Senhor e a Câmara Municipal estão a dar à celebração dos Cem Anos da República e que me apraz muito registar, uma vez que tenho muito orgulho de ser um cidadão republicano. Ora bem, a informação que nos dá não é completa. Não é completa, diz o Senhor Presidente: “Estamos perante uma situação difícil e adversa da conjuntura económica nacional. Estamos submergidos por uma profunda crise”. Senhor Presidente, a omissão às raízes da crise, a omissão à origem estrangeira e ao contexto em que a crise surge é uma grave falta de omissão. Senhor Presidente, não foi Portugal nem o Governo Português que levou o Banco Irlandês à falência. Não foi Portugal que levou a Grécia a fazer batota nas contas para o Eurostat. Não foi Portugal que levou os americanos a criarem a bolha do imobiliário. Não foi Portugal que levou toda a situação bancária internacional a criar produtos financeiros imaginativos e que acabavam por criar essa enormíssima bolha imobiliária e bolha especulativa, que rebentando acabou por nos projectar a todos, a todos, naquela que é considerada a maior crise económica e financeira desde mil novecentos e vinte e nove/ trinta, portanto, não escamoteemos a realidade. Senhor Presidente, todos os países têm responsabilidade, nós, certamente, também as temos, mas não podemos alienar nem considerar que isto é culpa do Governo, é a explicação simplista, incompleta e errónea, Senhor Presidente! Não é só a conjuntura económica nacional que é adversa. Diz depois o Senhor Presidente: “As Autarquias Locais não contribuíram em nada para o estado das contas públicas”. Confirma que disse isso? Que não contribuíram em nada para o estado das contas públicas? O Senhor Presidente deve saber, deve conhecer as informações sobre a situação passiva dos municípios que tal como vem no relatório sobre o Orçamento Geral do Estado, página cento e trinta e quatro, Senhor Presidente! O Senhor Presidente tem na página cento e trinta e quatro, seiscentos e quarenta e nove milhões de euros de deficit nesse ano. Tem uma projecção para este ano de cento e um milhões de deficit e tem uma projecção obrigatória para dois mil e onze, de zero. Portanto, tenha paciência, isto representa seiscentos e quarenta e nove milhões de euros, representa zero vírgula quatro por cento do PIB e zero vírgula quatro por cento do PIB, do tal PIB de dois mil e nove, que muita gente, entre os quais muitos membros do Partido de Vossa Excelência, dizem que foi o *despilfarro*, o descontrolo, etc., Pois aqui tem também uma ponta desse descontrolo, não vale a pena dizer que as autarquias não contribuíam, também tiveram a sua quota de responsabilidade. Por outro lado, diz o Senhor Presidente, cortes cegos nas transferências, para que não hajam cortes cegos nas transferências para as autarquias. Mas como é que o Senhor Presidente quer apelidar as deliberações do meio económico e financeiro em que estamos envolvidos, isto é, a União Europeia e a zona e euro, quando nos prescrevem sete vírgula três por cento de deficit do PIB este ano e quando nos prescrevem para o próximo ano, quatro vírgula seis por cento, querará o Senhor Presidente dar sugestões aos negociadores do PSD e do Governo que se puseram de acordo para a preparação do orçamento de dois mil e onze, que tornem menos cegos estes cortes. Senhor Presidente, a responsabilidade é nacional, o Senhor não se pode tirar de fora desta responsabilidade. Nenhum cidadão português, nenhum partido, se pode pôr de fora desta responsabilidade e ainda bem, devo dizer-lhe, o seu Partido e o Líder do seu Partido, cumpriram aquilo que o País esperava deles, negociaram o Orçamento para dois mil e onze e têm-se manifestado disponíveis para ajudar a cumprir. Além do mais, há outras explicações que precisam de ser dadas, porque não são totalmente objectivas. Diz o Senhor Presidente que os municípios contribuem com setenta e sete por cento para



debelar o deficit e o Governo os parques quinze por cento. Bom, vamos admitir que estes números estejam certos, o Senhor diz que a fonte deles é o INE, não o contesto, mas tem que perceber também que o tipo de despesa a que estes números se aplicam é completamente diferente. É evidente que, os municípios não são responsáveis pelas Forças Armadas, nem pelas Forças de Segurança, nem pelo aparelho judiciário, nem pela representação externa do País, nem pelo custo dos órgãos de soberania, nem pelo serviço da dívida, nem pelo de serviço da educação - a maior parte, tendo a parte porque já respondem - nem os serviços centrais da cultura, nem os serviços centrais da saúde e, sobretudo, os custos da Função Pública, Senhor Presidente. Portanto, já imaginou o que era aplicar essa regra dos setenta e sete por cento a cada um destes serviços? O Senhor não pode comparar coisas que são incomparáveis. A estrutura da despesa dum município ou todos os municípios no seu conjunto, não tem nada a ver com a estrutura do Estado, são coisas completamente diferentes. Não será natural que o corte possa ser maior onde a despesa não implica sobrevivência nem desemprego, como é o caso da maior parte da despesa municipal? Quanto ao nosso município as despesas de capital são, praticamente, iguais às despesas correntes, pelo menos nas contas deste ano, vinte e nove/ vinte e nove milhões, posso estar enganado, o Senhor ajudar-me-á com certeza, não tenho certezas absolutas, estou apenas a ler os mapas e suponho que os li de forma correcta. Ora, quando a percentagem dos gastos de investimento nos municípios é o que é, e bem, Senhor Presidente e bem! Ainda bem que os municípios têm essa capacidade financeira para fazerem investimentos e que a máquina pública se organizou para lhes facultar esses recursos. Ora é evidente que, se o estado Português tivesse as mesmas verbas que tem para investimento, iguais aquelas que tem na despesa corrente, onde não estaríamos nós! Seríamos um Estado fantástico, um Estado rico! O Estado Português, entenda-se historicamente há trinta e tal anos, que os municípios têm menos despesas correntes e devem ter mais transferências para realizar investimentos, porque os investimentos, na proximidade, que sirvam directamente as pessoas. E está muito certo isso, agora o não pode é estar a tirar o paralelismo das situações e aplicar uma taxa ou uns valores aos outros. Diz o Senhor Presidente que, com dez por cento dos recursos representam os municípios cinquenta por cento do investimento público nacional. Qual investimento? O investimento de fomento e formação bruta de capital fixo de investimento, provavelmente, é a esse que se quer referir aos edifícios, às coisas físicas ou também o investimento não reprodutivo ou aquele que só reprodutivo a prazo? Como por exemplo: construir lar para idoso, creches, hospitais, centros de saúde, centros de cultura, escolas universidades, institutos politécnicos. No segundo caso, que são aqueles que dão resultados, são investimentos que são resultados a médio prazo: As escolas, os laboratórios de informação, a formação profissional, a requalificação dos activos. Portanto, a aplicação destas ideias é profundamente enganadora, eu suponho que o Senhor não acredita nisto, mas o que me custa é que o Senhor queira que nós acreditemos. O nome não pode dividir-se em bons e maus. Serem maus os governos, necessariamente, hoje e serem bons, necessariamente, as câmaras, os municípios. Além de grosseiro este raciocínio é irreversível, porque os que hoje por definição a democracia é a alternância do poder e a alternância do poder tanto do Governo como das câmaras e a seu tempo ela virá e não me parece ser pedagogicamente correcto, mudar do cenário politicamente, reverter os argumentos, quer dizer, não é possível. Vou terminar imediatamente. É necessário um pouco mais de objectividade e realismo, os municípios vão sofrer uma redução de oito vírgula seis por cento. Claro que, gostaríamos que ela não acontecesse. Todos gostaríamos que ele não acontecesse, mas bem pior será reduzir quinze por cento na saúde, por exemplo, ou na educação. Isso é muitíssimo pior e, certamente compreendem, também muitíssimo mais difícil. Ainda bem que os municípios, e particularmente o nosso, conseguem absorver este corte de oito



vírgula seis por cento. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos.

- QUARENTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – No uso da palavra diz: “Em Novembro de dois mil e nove, na discussão do Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e dez e na intervenção que então produzimos dizíamos e passo a citar: “As condições de hoje não são as mesmas que nos conduziram até aqui. E as de amanhã serão ainda mais exigentes”.

Infelizmente, tínhamos razão e confesso, as condições de hoje são ainda mais exigentes do que perspectivava e que seguramente, os Senhores também. Vivemos momentos de graves dificuldades económico-financeiras ao nível do Estado as quais se reflectem de forma intempestiva sobre as empresas e famílias, sendo estas, o elo mais fraco... O sector financeiro apresenta, também ele, debilidades graves, nomeadamente no acesso ao crédito, às suas fontes de financiamento, o que leva a que as necessidades de investimento da economia não sejam supridas como necessário, deitando por terra muitos investimentos estruturantes, quer ao nível do Estado e Autarquias, mas, muito mais preocupante, estrangulando as Pequenas e Médias Empresas e os pequenos empresários que são, esses sim, o motor da criação de riqueza e promotores de emprego, talvez um dos bens mais necessários nos dias de hoje. Até neste campo, se me permitem, assim se combate a despesa pública, pois mais emprego terá como consequência menor despesa com subsídio, RSI's e outras formas de subsídio-dependência que por aí grassam. Mas, não é esta a discussão que nos traz aqui, estamos hoje a fazer, hoje o que nos aqui traz é o que o Executivo Camarário prevê ir ser parte da sua realidade em dois mil e onze, quer ao nível da sua gestão administrativo-financeira, quer das opções que faz ou prevê fazer ao nível do investimento e consubstanciadas nas GOP's. Em simultâneo, são também postos à discussão os documentos referentes aos SMAS de Viseu. Estamos perante um proposta que revela uma clara retracção das expectativas orçamentais, mormente no tocante ao campo das receitas. Neste campo, revelam-se prudenciais a previsível redução da fiscalidade municipal e das comparticipações do Orçamento de Estado, as quais terão tendência a continuar no sentido descendente nos próximos anos. Este cenário terá, por certo, reflexo num aumento do peso das “contribuições” dos munícipes por via do aumento de taxas, multas e afins. Está previsto o recurso ao endividamento bancário no valor de três mil e oitocentos mil milhões de euros, sabendo que não vivemos tempos de bonança nesta matéria, sabendo que a postura das Instituições de Crédito tem sido de “fuga” às autarquias locais, mas, também cientes, do “bom nome” do Município de Viseu junto do sistema financeiro, perguntamos se já existem acordos firmados, isto é, se já assegurado junto do sistema financeiro a contratação de eventual financiamento e a que preços. Nesta matéria, permitam-me, deve o Município jogar por antecipação, pois não se prevê que a cedência de liquidez por parte das Instituições de Crédito se produza ao mesmo ritmo de outrora e muito menos aos preços de ontem e mesmo de hoje, os quais são já manifestamente elevados. Ao nível da despesa, embora exista uma redução a mesma não toma a mesma dinâmica ou velocidade das receitas. Sentimos que nesta área as despesas com a Educação e a Acção Social, devem manter elevados níveis de envolvimento, pois nestas áreas cuidamos dos que mais precisam, cuidando dos que mais necessitam de ajuda e na preparação de um futuro melhor alicerçado na formação daqueles que serão o futuro deste concelho, os mais jovens. Saudamos o reforço das verbas destinadas às refeições escolares, pois infelizmente, para muitos dos nossos jovens de hoje, essa é a única refeição completa do dia. Quanto às Grandes Opções do Plano, não revelam nada de novo, mantém-se as prioridades decorrentes de anos anteriores, exceptuando as áreas atrás referidas e a continuação da melhoria das acessibilidades à sede do concelho, nomeadamente a partir dos grandes eixos rodoviários que atravessam o nosso território. Talvez o clima em que vivemos, não estimule a procura de novos desafios, de novos



investimentos. Mas é este o Orçamento que temos e estas são as Grandes Opções do Plano deste Executivo. Fariamos diferente, certamente que sim. No entanto, tendo presente a actual conjuntura, o facto de não existirem grandes alterações em relação ao que têm sido as intenções apresentadas nos anos anteriores mas ressaltando os aspectos positivos que atrás enunciámos, o CDS-PP manterá a sua abster-se-á na votação destes documentos, fazendo votos para que em dois mil e onze o grau de execução dos mesmos seja elevado e que as condições sobre as quais estejamos a discutir o Orçamento e as Grandes Opções do Plano de dois mil e doze sejam substantivamente melhores quer nos aspectos económico-financeiros, quer políticos. Em relação à Actividade Municipal, eu penso que as questões que se apoiam nesse campo e não no Período Antes da Ordem do Dia, traria aqui só duas ou três questões que gostaria, se fosse possível, depois ver respondidas. Uma já foi posta pelo Senhor Presidente da Junta de Ranhados, como é que está a situação da Escola de Ranhados, se se cumprem os compromissos assumidos ou não. Gostaria de saber, em função das declarações recentes do Senhor Presidente da Câmara, em que situação se encontra as transferências das verbas por parte dos Ministérios da Educação e outros, nomeadamente, sobre as refeições escolares, transportes... Parece que há aí graves problemas com isto, era interessante sabermos em que ponto é que isto está, porque depois ouvimos dizer determinadas coisas e afinal elas não são como aparecem. É uma questão final que tem a ver com o depósito do BPN, só saber em que ponto é que está a situação. No BPN não, no BPP, peço perdão, é que o nome é parecido, se bem que os casos são diferentes: Um é caso de polícia e outro é mais de má gestão, mas não é para aqui chamado. E era sobre estas questões que eu gostaria de ver respondidas. Se me permitia eu queria aqui dizer só mais duas coisas, e o âmbito das intervenções que ouvi, que era o seguinte: Eu fico preocupado, fico seriamente preocupado, quando vejo algumas pessoas a falarem sempre das responsabilidades. A responsabilidade é sempre de outros, nunca é nossa. As coisas acontecem aqui, porque aconteceram lá fora. E, preocupa-me, quando pessoas que têm responsabilidades governativas.... O Doutor Correia de Campos vem aqui dizer constantemente: A responsabilidade... A crise é internacional. A crise lá fora afectou... É um facto, mas também é um facto, que o Governo a que os Senhores pertencem, não soube, se calhar a seu tempo, tomar as medidas necessárias para contrariar alguns aspectos que hoje estamos a viver. Isso preocupa-me! Preocupa-me sobremaneira, porque eu assumo as responsabilidades daquilo que faço e do que digo e acho que aos outros também ficava bem, de vez em quando, assumir isso. Por vezes aqui o discurso, muito pausadamente, de que quando é contra nós, não aceitamos, não pode ser... Quando é contra os outros, tudo é possível. Para terminar, eu diria só que, e vindo de um jovem com esperança no futuro e com esperança que o dia de amanhã será melhor, eu diria, parafraseando um dirigente associativo do local: “A situação é desesperada, mas não é grave! Boa noite”.

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira. -----

- QUARENTA E SEIS – SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) – Solicita a palavra para dizer o seguinte: “Eu não tinha ideia de intervir, mas face a algumas intervenções que ocorreram aqui hoje e considerando que é o último dia do ano, começaria primeiro por desejar a todos um ano melhor do que este, um ano bom, um ano com saúde, com paz, e acima de tudo, um ano de verdade e um ano positivo, em que todos estejamos na mesma “onda” de darmos as mãos para construção de um País melhor. O que se passou aqui hoje nesta Assembleia não foi nada de novo, foi um filme riscado e a repetição de muitas outras em que os caros camaradas, amigos e colegas de Assembleia Municipal fizeram a apologia da governação do PSD e o apoucar de todas as medidas e da governação do Governo Socialista. E sobre isto, não podíamos deixar de sublinhar, em nome da verdade, de que se o Senhor Presidente da Autarquia e os Senhores Deputados do PSD, comentam a falta de uma ou outra medida ou a ausência da



intervenção governamental ou governativa sobre qualquer área, que vai da saúde, às políticas sociais, à educação, ao emprego, etc., é porque há trabalho feito. E eu não poderia ir desta Assembleia sem dizer que se há falhas na educação ou na saúde ou nas políticas sociais ou no emprego, nós não podemos deixar de sublinhar que, se o Senhor Presidente da Autarquia e se os Senhores Deputados e Deputadas falam em novas escolas, em centros escolares, em quadros interactivos, nas potencialidades das refeições escolares, dos transportes, na acção social, do plano nacional de leitura, dos cuidados continuados, cuidados paliativos, da falta destas valências nalgum destes aspectos ou de hospitais com mais ou menos qualidade, é porque há, porque houve intervenção e aposta do Governo Socialista nestas vertentes. Isto é indesmentível! E a escola de há cinco anos atrás, o Senhor Presidente ouviu-me aqui várias vezes, os Senhores Presidentes de Junta também e caros Deputados, falar sobre as escolas que nós tínhamos neste País e neste distrito e neste concelho e sobre a falta das refeições escolares, sobre a falta de transportes escolares, sobre as condições dos equipamentos que as crianças tinham nas suas escolas. E nós hoje falamos de quadros interactivos, falamos de computadores, falamos de refeições, falamos de contratos-programa, em que estas coisas são todas articuladas devidamente com a Associação Nacional de Municípios. E a Associação Nacional de Municípios, pelos vistos, terá uma posição diferente em sede de negociações e outra aqui. Uma das coisas que a mim me choca, e que chocou também o Professor Correia de Campos, foi a questão de se falar sistematicamente, e no documento que o Senhor Presidente hoje aqui nos trouxe, de dinheiro deles e dinheiro nosso. Eu penso que os viseenses não entendem, nem os portugueses entenderão, que se fale de dinheiro nosso e do esbanjamento do Governo ou dos dinheiros da Autarquias como sendo países à parte. Que eu saiba, isto ainda não é Viseu, graças a Deus ainda não é uma região autónoma, nem é um estado federal com medidas legislativas e autonomia financeira, para se poder dizem, em abono da verdade, o dinheiro deles ou o dinheiro nosso ou do esbanjamento de uns ou do esbanjamento de outros. Temos que assumir responsabilidades, todos! E em resposta aos desafios e aos novos desafios da crise, que nós sabemos muito bem que as raízes dessa mesma crise, só podem ser duas: Ou se assume que a responsabilidade tem que ser partilhada e o esforço de ultrapassar essa crise é de todos, com uma visão estratégica adequada e com uma capacidade de agir; ou se lamuriam todos os dias sobre “o leite derramado”, porque o fulano não fez, porque aquele governo não fez, porque as medias não chegaram ou porque não se fizeram determinados projectos. A questão aqui é que e face - ainda há muito pouco tempo - à assinatura de um protocolo de seis municípios que vão aceder a nove milhões de euros para a integração na rede urbana para a competitividade e a inovação, a questão desta candidatura leva-nos a afirmar que se por um lado há autarcas visionários, aguerridos, que pertencem ao núcleo dos que nunca se lamuriam e que não culpam terceiros, porque chove ou faz sol, mas que chamam a si as preocupações com a educação, com o emprego, com o empreendedorismo, a captação de talentos, com a saúde, com a luta contra a pobreza ou exclusão, com o bem-estar de todos os seus munícipes, e que contra ao desemprego e contra a desertificação, apoiam projectos de captação de talentos de jovens empreendedores, atraem empresas, rentabilizam as sinergias locais, estabelecem parcerias com instituições de ensino superior e potenciam os seus recursos endógenos. Outros há, que apenas falam do dinheiro deles e do dinheiro dos outros e que param para que, realmente, alguém solucione esses problemas. Eu não vi no projecto apresentado por Viseu, e lamentavelmente com algum desgosto meu como viseense, essa aposta no empreendedorismo e captação de talentos na originalidade e na criatividade, que outros municípios candidatos, simultaneamente, apresentaram. Por isso é que me parece que pôr responsabilidades nas costas de outros é, no fundo, aquilo que nos atacam a nós. Eu gostaria de ter visto Viseu a apresentar um projecto em que tivesse com grande vertente a captação de empresas, de talentos, de jovens empreendedores e isso eu vi-o nas mãos de



outros municípios. Para terminar, corremos o risco de Viseu se tornar uma cidade dormitório, face à pujança, e só precisamos de ler os jornais, e vemos a pujança de outros concelhos como Mangualde, como Santa Comba, como Nelas, como São Pedro do Sul. Eu falei em Mangualde inicialmente, mas Mangualde é um exemplo, estou a falar de São Pedro do Sul, de Tondela, de Santa Comba, de concelhos que são liderados por PSD. Dentro de muito pouco tempo nós vamos ver isso dos jornais e a verdade falará mais alto. Um bom ano para todos”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Vicente. -----

- QUARENTA E SETE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD) – No uso da palavra diz: “Quero, antes de mais, desejar também um bom ano de dois mil e onze fundamentado na esperança que esperance num futuro melhor e, esperando também, que seja um ano de verdade, porque este ano de dois mil e dez, contrariamente ao que disse a Senhora Deputada Fátima Ferreira, foi um ano de pura mentira. E curiosamente, não só dois mil, dez dois mil e nove, dois mil e oito, dois mil e sete, desde que o Governo Socialista está no poder. Quanto ao discurso da Senhora Deputada Fátima Ferreira, foi um exercício de puro de demagogia. E, como tal, avançamos para a intervenção que eu tinha pensado. Começo, exactamente, por citar algumas palavras do preâmbulo do relatório apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara que diz isto e cito: “Sem Poder Local o País seria, seguramente, mais assimétrico”. E diz também: “Não é justo que se peçam mais sacrifícios às Autarquias Locais”. Dizer que subscrevo, inteiramente, estas palavras do preâmbulo do relatório e tanto mais quanto é sabido, que há um esforço notório da parte da Câmara Municipal para apoiar as associações culturais do concelho. Eu diria mais, que não fora a Câmara Municipal, e as associações culturais, muitas delas, teriam fechado. E a este propósito, permitam-me também dizer, da minha preocupação relativamente ao corte de transferências para as autarquias que, efectivamente, pode vir afectar enormemente as instituições culturais do concelho. Estou a falar das chamadas instituições que tratam e fazem a cultura de forma profissionalizada, mas que são consideradas associações amadoras. Não estou a falar noutra tipo de associações, que essas sim, têm recebido por parte do Ministério da cultura avultadas somas para exercerem a sua actividade. Também dizer, e falando verdade, referir – tal como já disse o Senhor Presidente – que ontem mesmo nós fomos contemplados com a visita do Senhor Director Regional do Centro da Cultura. Para o Orfeão de Viseu, Instituição a que eu presido, foi uma honra receber a visita do Senhor Director Regional, mas quero deixar aqui muito claro o seguinte: Nós recebemos toda a gente de braços abertos, mas queremos contrapartidas. O Senhor Director Regional foi entusiasmado com a obra que viu, mas há muito dinheiro ali para gastar, muito dinheiro. Até agora tivemos o apoio da Câmara Municipal no seguinte: Foi a Câmara Municipal que há uns anos atrás nos deu apoio para comprarmos a sede na Rua Direita e foi com o produto da venda da sede da Rua Direita, que pudemos depois fazer face, exactamente, à contrapartida que tem que ser assumida por nós no QREN, trinta por cento de momento e que nos permitiu também fazer a cobertura da obra que se ergue junto ao Pavia. Foi também a Câmara Municipal que deu ao Orfeão de Viseu ou passou para o Orfeão de Viseu as ruínas do antigo Matadouro e o espaço aonde ergue aquela sede. Foi a Câmara Municipal que nos integrou na parceria da regeneração urbana, que permitiu que nós nos candidatássemos ao QREN, da parte do Poder Central não recebemos ainda qualquer apoio. Felizmente, que tivemos agora a visita do Senhor Director Regional do Centro da Cultura. Mas iremos cobrar e, tal como nós abrimos as portas quando chegar o momento da festa, o momento da inauguração, logicamente, que a Câmara tem o lugar presente já nessa inauguração, porque contribuiu. Na hora da necessidade, os amigos apresentaram-se, outros que não venham a contribuir, logicamente, não podem continuar ou esperar que nós possamos também abrir as portas,



porque nós abrimos sim, aos amigos e àqueles que participam para que a obra cresça. É só o que eu queria dizer”.

- MESA – Dá a palavra ao Sr. Deputado José Alberto.

- QUARENTA E OITO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Estou a gostar disto hoje, porque já passámos uma hora e um quarto a discutir o Plano e Orçamento que, comparativamente com as três horas e um quarto, que foram gastas no Período Antes da Ordem do Dia, relativamente, já estamos muito bem em relação aos anos anteriores. Queria dar aqui também uma resposta ao Doutor Correia de Campos, não está cá, depois peço ao Senhor Presidente que me deixe falar no fim. O principal assunto que nos traz aqui hoje é a discussão do Orçamento e das grandes opções do Plano da Câmara Municipal e dos SMAS de Viseu. Mas, gostaria de antes de tudo e atendendo ao período que atravessamos, desejar que todos tenham passado um Natal feliz e desejar que o Ano de dois mil e onze seja o melhor possível, apesar das restrições económicas, financeiras e orçamentais que não poderemos deixar de considerar. A este propósito, permitam-me recordar o que aqui disse, exactamente, há dois anos, em vinte e nove de Dezembro de dois mil e oito, quando intervi a propósito do Orçamento e das GOP’s, para o ano de dois mil e nove. Depois de fazer o enquadramento macroeconómico, de citar alguns casos que levaram à crise financeira – Lemon and Brothers, AIG e Madoff nos Estados Unidos, de referir os casos em Portugal do BPP e do BPN, de referir o optimismo do Governo, então maioritário do PS plasmado no Orçamento do Estado para dois mil e nove, vou citar: É neste contexto que toda a Actividade Municipal se vai desenvolver, apesar de acreditarmos que, finalmente, o QREN - (o acesso aos fundos comunitários), que terminará em dois mil e treze entrará, finalmente, em velocidade cruzado. Estamos esperançados que isso aconteça. Por tudo o que acima disse, o cenário de crise é por demais evidente e, pessoalmente estou certo que se arrastará até finais de dois mil e dez. Recebi algumas críticas pelo meu pessimismo, houve mesmo quem dissesse que era o arauto da desgraça. De facto, as previsões então feitas, pecam por defeito, pois estamos no final de dois mil e dez e a situação é mais crítica e mais complexa a todos os níveis. De facto, o QREN continua com níveis de execução que se situarão, provavelmente, no final deste ano nos vinte por cento e as condições adversas, a que alguns chamam crise, são ainda mais graves, do que o eram há dois anos – os níveis de desemprego aumentaram, os níveis de pobreza têm-se acentuado de dia a dia, os apoios sociais têm emagrecido aos mais diversos níveis e do ponto de vista social as situações de roubo e insegurança são por demais evidentes. Se olharmos um pouco para as recentes medidas política e económica, plasmadas nos PEC’s um, dois e três e recentemente no Orçamento Geral de Estado aprovado, não restam dúvidas de que os cenários futuros tenderão a agravar-se se não houver coragem de tomar as medidas mais correctas para inverter toda esta situação. Senão vejamos: Falta de liquidez na economia – por via da contenção de crédito ao consumo, por via da diminuição dos salários (nomeadamente e estes são uma realidade – aos funcionários públicos) por via do aumento de impostos, nomeadamente, o caso do IVA, o que vai gerar diminuição do consumo interno e conseqüente retracção da economia se não houver compensação pela via das exportações; Incapacidade para investir, o que torna difícil o crescimento económico, a criação de emprego, a distribuição de riqueza, a dinamização do consumo interno. Ora, o investimento das empresas e demais instituições faz-se com o recurso ao financiamento ou com capitais próprios ou com capitais alheios e estes são cada vez mais difíceis de alcançar; os capitais próprios porque a capacidade de gerar meios libertos por parte dos agentes económicos é cada vez mais difícil (os resultados são mais exíguos em tempos de crise) e os capitais alheios adquiridos pela via do crédito pelo ou o recurso aos mercados de capitais é cada vez mais difícil e mais caro. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Membros da Assembleia, os documento



apresentados pela Câmara e pelos SMAS para o ano de dois mil e onze, são documentos orientadores fundamentais, onde estão expressas as linhas orientadoras de toda a Actividade Municipal para o ano económico de dois mil e onze e seguintes por via do PPI, através dos objectivos traçados pela sua Administração e consubstanciados nos seguintes documentos: O Plano de Actividades, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Como documento prospectivo deve ser um documento orientador e monitorizados e de controlo de toda a gestão municipal. Não deve ser um *colete-de-forças* a que tenhamos de ficar reféns durante o período em questão. Poderá ser revisto e reajustado durante o período da sua execução, se houver factos que o justifiquem. É bom realçar que é um documento importante mas que depende, em grande medida de um conjunto de factores relacionados com a envolvente próxima (a actividade económica e social do concelho) e remota (do país e da comunidade internacional). Por isso é conveniente termos em atenção sobre o seu enquadramento interno e externo. Não vamos aqui repetir as dificuldades que o dia a dia são a abertura dos noticiários e as primeiras páginas dos jornais. São sobejamente conhecidas as dificuldades que o nosso país atravessa, no que concerne às dificuldades de concessão de crédito nos mercados internacionais, como consequência dos agravamentos das notações de *rating* por parte das empresas de notação financeira. Isto tem impacte imediato no aumento das taxas de juro da dívida pública e no consequente agravamento do deficit. Paira sobre Portugal o espectro da intervenção do FMI, à semelhança do que já aconteceu na Grécia e na Irlanda, se não formos capazes de implementar medidas que invertam a situação económica e financeira que o país atravessa. Neste sentido, foram tomadas algumas medidas – os PEC's e outras que se encontram vertidas no OE para dois mil e onze, dando origem a acordos partidários. Não vamos aqui enumerá-los já que têm sido amplamente divulgados, e já acima enumerámos alguns. O OGE de dois mil e onze exige a todos os portugueses sacrifícios adicionais – aumento de impostos, diminuição salarial, diminuição das transferências directas para as autarquias, que no caso de Viseu se traduziu numa diminuição de oito vírgula seis por cento. É pois numa conjuntura económica e financeira de extrema dificuldade que a actividade municipal se desenvolverá, contribuindo com a sua quota-parte para que o desígnio nacional se possa alcançar. Temos pois a certeza que as políticas traçadas, quer ao nível das despesas quer ao nível dos investimentos tiveram a prudência necessária, sem contudo descorar, quer ao nível da Câmara Municipal quer ao nível dos SMAS, o funcionamento das diversas estruturas – manutenção de espaços urbanos, vias de comunicação, educação, cultura e apoio social aos mais necessitados em complemento à diminuição dos apoios sociais que estão contemplados no OE. Mas a parte mais significativa em termos financeiros são os investimentos, quer em obras em curso, quer em obras novas, das quais se destacam a ETAR Viseu Sul, com candidatura ao QREN já apresentada, a remodelação da Avenida Alberto Sampaio, o Parque Aquilino Ribeiro, a Quinta da Cruz e os Acessos a Viseu da A-Vinte e Quatro e A-Vinte e Cinco. A este propósito, convém referir que Viseu apresenta taxas de realização de QREN de cinquenta por cento, muito acima daquela que será, provavelmente, a taxa de realização da Região Centro com um valor próximo dos vinte por cento, fruto da boa gestão financeira levada a cabo nos anos precedentes. Este é pois um Orçamento solidário, cujo valor total dos SMAS e da Câmara é de noventa vírgula três por cento milhões de euros, repartidos, setenta e um vírgula um milhões de euros para a Câmara Municipal, dezanove vírgula dois milhões para os SMAS, com decréscimos globais respectivamente de cerca cinco vírgula sete milhões e zero vírgula cinco milhões de euros, tanto para a Câmara e para os SMAS num total de seis vírgula dois milhões de euro, o que equivale a um decréscimo percentual de cerca de sete vírgula cinco em relação ao Orçamento de dois mil e dez. A juntar ao que ficou dito no parágrafo anterior, voltamos a *capitalizar* receitas correntes em cerca de três vírgula cinco milhões de euros, permitindo que os investimentos sejam financiados por esta via em cerca de dez por cento



do seu total. Tenho aqui um quadro resumo, portanto, no fundo acaba por comparar os anos de dois mil e nove a dois mil e onze, que não vou aqui enumerar uma vez que já fiz referência aos principais números e à sua evolução ao longo do tempo. As GOP's e a afectação das rubricas do orçamento a cada opção estratégica, são da competência exclusiva da Administração da autarquia, embora saibamos que resultam de uma participação activa de todos os *stakeholders* municipais e estão devidamente justificadas nos documentos distribuídos. São a prova provada que estamos perante um plano e orçamento realista e que visa sobretudo contribuir para a solidariedade nacional, sem descorar os problemas e as dificuldades dos cidadãos de Viseu. Mais importante do que discutir as opções e a sua afectação orçamental, são importantes: - o grau de realização destes objectivos, o grau de satisfação de uma ampla maioria dos viseusenses, e as opiniões de pessoas anónimas e personalidades que nos visitam e que expressam a sua opinião sobre a nossa bonita cidade e concelho. Os números e propostas apresentadas - para investimentos na educação, transferência para as freguesias e para os SMAS, os investimentos no desporto, na cultura e nos apoios sociais, são o garante de que o ambiente, a mobilidade, a educação e cultura, a acção social e o desporto, factores determinantes para a sustentabilidade e o equilíbrio futuro das populações, preocupações contemplados nas grandes opções do plano e no orçamento. Senhor Presidente da Assembleia e demais Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, caros colegas, comunicação social e distinto público: Muito poderia e deveria ser dito é um documento de intenções e objectivos daquilo que a Administração Municipal pretende levar a cabo em dois mil e onze, de uma forma mais objectiva e nos próximos anos através do PPI, passível de revisão e rectificação, sempre que determinadas circunstâncias o justifiquem. Um agradecimento ao Executivo e aos serviços financeiros da CMV e dos SMAS pela pronta disponibilidade para a prestação de todos os esclarecimentos que foram solicitados, assim como a eficácia nas respostas. É minha convicção, bem como a bancada que aqui represento, que estamos em presença de documentos deveras importantes para a comunidade municipal, pelo que o nosso voto será a favor dos documentos apresentados. Se me for permitido, muito telegraficamente. Relativamente à intervenção do Doutor Correia de Campos, dizer duas questões: Primeiro, que há, de facto, capitalização de despesas correntes no valor de três vírgula cinco milhões de euros. Depois, não contestar, minimamente, que a crise teve origem internacional, de facto, mas nos Estados Unidos o Madoff está preso, a sua riqueza foi-lhe confiscada, o filho matou-se. As outras empresas estão em Portugal – BPN e BPP, portanto todos nós sabemos o que está a acontecer ”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- QUARENTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) – No uso da palavra diz: “Muito obrigado Senhor Presidente, dispensar-me-á os habituais cumprimentos. É só para, muito rapidamente, uma vez que se falou aqui de verdade, ouvi falar: Verdade, verdade, até pensei que estivesse na Igreja, não fosse isto um bocado ridículo. Mas eu queria dizer o seguinte: Ouvi aqui elogios aos autarcas de grande visão e que têm os projectos, do empreendedorismo, das empresas criativas e por aí a fora. Mas não ouvi dizer aqui o que eu achava que devia ser dito que é: Viseu também está neste comboio ou estou enganado? Deixo aqui a questão ao Senhor Presidente, porque caso Viseu esteja, pelos vistos, temos o Partido Socialista a dizer que o nosso Presidente da Câmara é um grande autarca e autarca de Viseu, aliás, como nós no PSD temos defendido. Queria também dizer que nós não fazemos distinções entre bons e maus. Agora, quando nos transferem as competências e não nos transferem o dinheiro, nós temos que nos queixar, não é? Porque isto é insustentável. Nós não podemos é ter um partido que defende a diminuição das taxas, e nós temos cada vez menos transferências da Administração Central, como é que nós vamos suportar isto? Quer dizer, nós temos que



de alguma forma falar nisso. Agora, é óbvio, que nós não temos visão que nós somos bons e vocês são os maus! Aliás, tive a oportunidade de fazer aqui um elogio ao Doutor Correia de Campos, relativamente à questão dos médicos de família, que foi uma conquista enorme durante a sua governação, portanto, nós não temos nenhum pudor em quando as coisas estão bem, dizer que estão bem! Mas também não temos pudor nenhum de não nos calarmos quando as coisas estão mal. E da nossa parte, denunciaremos sempre que as situações estiverem mal. Tenho dito e tenho o prazer de oferecer isto à Doutora”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues. -----

- CINQUENTA - MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS) – Intervém para dizer o seguinte: “Só para, neste ponto, uma vez que estamos a falar da Actividade Municipal e a minha primeira intervenção também se prendia com a Actividade Municipal, nomeadamente, no que concerne à cultura. Para dizer que o estilo de liderança do Senhor Presidente da Câmara na autarquia que preside não merece nenhum comentário profundo. Mas quando traz para esta a Assembleia esse estilo autocrático de crítica e comentários à vida pessoal e profissional dos Deputados desta Assembleia, confundindo papeis e julgando-se supra-sumo da sabedoria, temos que lamentar e manifestar, obviamente, repúdio a esse estilo de fazer política. Sobre os assuntos que abordei na minha primeira intervenção, reitero que na primeira matéria é uma recomendação feita com toda a humildade e espírito construtivo por uma bancada que não conhece o festival de hoje aos doze anos. Pelo contrário, pessoalmente já ajudei, inclusivamente, alguns jovens que venceram: Melhor peça do festival, melhor interpretação masculina, melhor interpretação feminina. E que atribuído o prémio monetário, nunca mais a Câmara os contactou e estimulou a desenvolverem o talento que demonstraram, por isso, sei do que falo e já de há muitos anos. E agora o Partido Socialista em contacto com as associações também sabe. É pena que o Senhor Presidente não demonstrou respeito por esta matéria e nem sequer admita que aquilo que existe pode ser melhorado. E é nesse sentido, que vão as nossas recomendações e ideias para o Festival de Teatro Jovem. A segunda questão que abordei acabou por não ter uma resposta. Já sabemos que em Janeiro vai realizar reuniões com as associações, mas acabou por não responder à questão. Habitualmente era atribuído um subsídio em Novembro ou Dezembro. Em dois mil e nove, talvez por ser ano de eleições, a cerimónia de entrega de subsídios foi antecipada para Setembro. Em dois mil e dez, passamos Setembro, passamos Outubro, Novembro e Dezembro e nem uma palavra às associações sobre o ponto de situação da entrega de subsídios. Algumas associações desenvolveram as suas actividades normalmente, contando com o subsídio normal para as actividades, mas chegam ao final de dois mil e dez em branco, sem saberem se o subsídio passou a ser zero ou, se por algum motivo receberão esse apoio em Janeiro ou Fevereiro. Mas é preciso saber se as reuniões de Janeiro também serão para discutir os apoios de dois mil e onze, passando em branco o ano de dois mil e dez ou se serão entregues em dois mil e onze os apoios de dois mil e dez. Não é claro para nós e não é claro para as associações, associações essas que contactaram o Partido Socialista. Em suma, Senhor Presidente, isto é mais um exemplo da falta que faz um regulamento para a atribuição de verbas às associações, criando uma dependência perversa da bênção do Senhor Presidente da Câmara e impedindo autonomia para a criação cultural, limitando a oferta cultural ao gosto e de disposição de uma ou duas pessoas do Executivo da Câmara. A questão que se coloca, portanto, é: Onde estão os subsídios de dois mil e dez destinados às associações culturais? Obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas. -----

- CINQUENTA E UM – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas e diz: “Mais uma vez dispense-me dirigir-me à Assembleia. Para não me perder, começava por esta última



intervenção. Eu, de facto, começo a ficar habituado, não sei se é alguma réplica, se é a sombra que responde por outros, mas começo a ficar cheio desta acusações deste jovem Deputado, Não sei se é, eventualmente, o “pato” de algum ventríloquo, não faço ideia, mas eu gostava de lhe dizer que nunca me ouviu aqui nenhum ataque pessoal. Nunca! E já estou habituado a tê-los aqui. Nunca! E falar da vida pessoal, então é que nunca falei. Levo isto muito a sério, portanto, peço-lhe que não enverede por aí. Não sei o que é que pretende com isso, mas peço-lhe que não enverede por aí, porque não vai longe. Há vinte e um anos que estou nesta Assembleia, nunca me atirei à vida pessoal, não tenho nada a ver com isso, porque também não admito que ninguém interfira na minha. Já agora, queria dizer-lhe que gosto muito de ver a preocupação de saber os compromissos da Câmara. Quem pertence a um partido de um governo que a meio de dois mil e dez cortou cem milhões aos municípios. Mas que coerência? Só ao Município de Viseu cortou-lhe a meio num orçamento que esta Assembleia aprovou, cortou-lhe dois milhões de euros. Depois vem alguém com responsabilidades dizer: Agora diga lá como é que vai fazer em relação a dois mil e dez? Não deixa de ser curioso, a preocupação que teve em relação às contas da Câmara e a despreocupação, o desinteresse pela forma como o Governo do partido a que pertence tratou os municípios de uma forma geral. Era apenas isso e não voltarei a responder-lhe no tom que traz para aqui. Quando trouxer pessoal, se quiser discuta-o comigo numa outra situação, tenho todo o tempo do mundo para falar nisso, se quiser saber alguma coisa pessoalmente, mas não aqui. Aqui trato assuntos institucionais, portanto, fique a saber disso. Nem sequer lhe alimento nenhuma conversa sobre essa matéria. Vamos aquilo que interessa e sobre que foi aqui dito. O Senhor Deputado do Bloco de Esquerda disse aqui, entre várias coisas, que a Câmara de Viseu foi tempo perdido em duas décadas. Deixe-me dizer-lhe: Quem vem a seguir há-de ajuizar das nossas duas décadas e espero que sejam mais, espero que sejam vinte e quatro anos à frente do concelho, porque hão-de ajuizar, porque há uma coisa que eu fico muito feliz, nestas duas décadas não há cá uma intervenção do Bloco de Esquerda, nenhuma! É tudo da nossa responsabilidade! O que está em Viseu é da nossa responsabilidade, para o mal ou para o bem e eu estou disponível para enfrentar esse balanço com orgulho, acompanhado por sessenta e três por cento dos cidadãos de Viseu! Portanto, estou, extremamente, à vontade para fazer esse balanço. Estou, extremamente, à vontade para mostrar a este concelho e a esta cidade! Não vai ser nenhum Bloco de Esquerda que vai alterar esta situação, aliás, podíamos fazer a comparação com a única câmara que têm, viríamos a evolução que têm para ver como os Senhores gerem as vossas câmaras. Não lhe dou mais resposta a não ser esta. Já agora, dizer-lhe que as autorizações desenfreadas a que se referiu atirando para as câmaras, eventualmente, os loteamentos, não há nenhum que não tenha sido autorizado nesta ou noutra câmara do País por uma CCDR qualquer. Nem um! Mesmo aqueles, eventuais nódoas de urbanização que se vêem nos litorais foram autorizados pela CCDR respectiva, portanto, não há aqui nenhum que não seja autorizado. Todos os Planos de Pormenor de Loteamento são submetidos à apreciação da CCDR, que até já teve responsáveis viseenses como sabe, portanto, ficamos por aqui. Aquilo o que disse o BE, pensei que pudesse ser o CV – Carlos Vieira, o BE é o meu amigo, é só um. Votar contra o orçamento é para mim um atestado de que o orçamento está no bom sentido, aliás, se eu quiser aferir das políticas é andar ao contrário do Bloco de Esquerda, perfeitamente! Em tudo! Claro! Viseu não está assim e eu não lhe respondi, ouvi-o ali, também lhe peço que tenha alguma educação que é aquilo que eu manifestei, portanto, gostaria de lhe dizer isto. Já agora, sobre as empresas municipais, fez aqui uma insinuação, gostaria de lhe deixar este desafio no lugar da casa da democracia, não há um único elemento da administração das empresas municipais de Viseu que ganhe um tostão, lanço-lhe aqui um desafio, aqui não há compadres. As declarações do Macário Correia, concorda em absoluto e copia a situação de Viseu. Mesmo aquela insinuação que fez em



relação à ida do ex-Vereador para a Expovis, vai sem ganhar um tostão, portanto, é bom que saiba isto! Nenhum elemento da Câmara de Viseu nas empresas municipais ganha um tostão. Mais, ganha menos de que qualquer Vereador da oposição, que ganham senhas de presença e nós não ganhamos, Fica a saber isto, que é para não atirar “bitaites” para o ar, como quem, deixar assim o pé para trás! Já agora uma outra coisa, se alguém deu apoio à realização do livro branco, estamos interessadíssimos nisso, que é uma proposta do Secretário de Estado, nosso conterrâneo, foi o Presidente da Associação dos Municípios. Estamos interessadíssimos em ver a situação das empresas municipais do País inteiro, para ver como é que elas são. Mas, as de Viseu podem ser dadas e estou aqui a dizer sem nenhum receio de ser desmentido. Não se misturem as coisas, falem das empresas municipais, mas que não falem das de Viseu. As empresas municipais de Viseu têm esta característica que eu disse, ninguém ganha um tostão, portanto, fica a saber isto. Sobre a segunda intervenção do Senhor Deputado Ascensão que me fez aqui uma série de perguntas sempre na condição de Dirigente dos Bombeiros, foi assim que me colocou a questão, mas eu vou responder-lhe. Começou por me dizer, se eu assumia ou não. O que assumi está numa declaração escrita aqui, espero que o Presidente dos Bombeiros e não um Vogal qualquer a tenha e que foi enviada para o POVT. Está aqui a dizer: Que a Câmara ficava fiador por conta dos subsídios que havia dar à instituição. Já vi que não conhece isto e por isso eu discutirei isto com o Presidente da Direcção dos Bombeiros. Se há alguma entidade que cumpre ou que está a cumprir é a Câmara e só a Câmara! Depois diz que eu que ameacei. Não! Eu não ameacei nada! Eu vou repetir aquilo que disse até à exaustão: Assisti com o Senhor Governador Civil, com o Vice-Presidente das Estradas de Portugal, e não sei se estava presente, mas estava a Direcção dos Bombeiros, a um compromisso público, aliás, reiterado no compromisso do Senhor Ministro, público também, que os acessos ao Quartel dos Bombeiros iriam ser feitos pelo Orçamento de Estado. Isto é público! Se o Orçamento de Estado não o fizer e se os Bombeiros o querem fazer em nome do Orçamento de Estado é porque têm dinheiro. E, portanto, se têm dinheiro não precisam nem do dinheiro da Câmara e, portanto, a continuação dos meus subsídios para os Bombeiros, vão ser depois de satisfeitos os compromissos do Estado, para isso é que lá foram. Se é só para fazerem “ofício de corpo presente” e para ficarem para a fotografia, não contam com isso. Se os Senhores querem ser coniventes, pois que sejam, com o Presidente da Câmara não contam. Têm que fazer os acessos como os fazem noutros lados. Que não escolham isto de qualquer maneira, portanto, não é nenhuma ameaça, é uma declaração solene que aqui deixo. Já agora, fez aqui um apelo para que transferíssemos mais dinheiro para as Juntas de Freguesia. Achei piada! Uma Câmara que celebrou com as Juntas de Freguesia até agora, com todas, oito mil, oitocentos e noventa e um contratos, não houve uma palavra do Senhor Deputado para dizer que o Governo que lhe reduziu este ano as verbas em dez por cento, nem uma palavra. Eu sei, daqui a pouco não tem Juntas de Freguesia, se calhar, é por isso. Então, aonde é que estava quando foi desta redução das verbas para as Juntas de Freguesia? Não teve uma palavra e agora tão seguro disso a dizer como é que a Câmara deve de fazer, deve aumentar as verbas para as Juntas de Freguesia? Os Senhores Presidentes da Junta sabem que o dinheiro que em encontrar, transfiro-lho com todo o gosto. O desenvolvimento de Viseu deve-se, na maior parte das situações, a eles e por isso é que eu reagi quando o Governo lhes queria tirar os subsídios. O seu Partido queria tirar-lhes os subsídios e foi por isso que eu reagi também e me pus ao lado deles. Quando falar, fale daquilo que sabe! Já agora, sobre a pergunta que me foi feita pelo Senhor Presidente da Junta de Ranhados. Eu queria dizer-lhe que estamos desde o dia dez de Agosto sem resposta. E como foi público uma acusação de uma instituição partidária a dizer que a “bola” está do lado da Câmara, eu só os quero confrontar com isso. Quem é que tem neste momento a resposta? É a Senhora Directora Regional e a Ministra da Educação, que têm



lá uma carta desde o dia dez de Agosto. Nem resposta! Nenhuma! E eu não vejo ninguém desta bancada a intervir, a preocupar-se com isso. A única coisa é, mandar para uns jornais que vão publicando as declarações de uma instituição a dizer que a “bola” está do lado da Câmara. Mas a “bola” está do lado da Câmara, porquê? A Câmara comprou o terreno numa sessão pública, que foi aquilo que se comprometeu. Não pode obrigar a Senhora Directora Regional e a Senhora Ministra da Educação a assinarem aquilo que se comprometeram infelizmente. Já agora, aquilo que veio trazer aqui o Senhor Deputado Correia de Campos, eu pedia-lhe um favor, o Senhor trouxe o enquadramento da forma como fizemos e em que circunstâncias fizemos o Orçamento. O Senhor Deputado Correia de Campos trouxe à discussão sempre com o Presidente da Associação dos Municípios. Eu não Estou aqui nessa condição. Eu peço desculpa, nunca lhe fiz nenhuma observação enquanto eurodeputado, nem quanto ex-Ministro da Saúde. Podia tê-lo feito e tinha razões para o fazer, não o fiz, portanto, falei como Presidente da Câmara Municipal de Viseu, nessas circunstâncias, fiz um enquadramento macroeconómico daquilo que é... Já agora, deixe-me dizer-lhe que inventou uma nova teoria de análise económica. O Senhor começou por dizer e desafiou-me até para eu desmentir que as despesas correntes eram iguais às receitas correntes, não são. O Senhor Deputado José Alberto já disse quanto é que era, mas disse por arredondamento. Disse que eram três vírgula sei milhões de euros. Eu vou dizer-lhe: São três milhões, quinhentos e nove mil, trezentos e cinquenta e dois euros. Isso vê lá! O que significa, que uma das performances de quem faz orçamentologia está cumprida. A Câmara continua a tirar, ao contrário do que foi dito, foi dito depois por um camarada seu de bancada, não sei se abdicaram deste terminologia... Eu ouvi-os, acompanhei-os, também digo lá para a minha gente, companheiros, amigos e camaradas. Mas o Senhor começou por dizer não e depois um seu camarada de bancada veio dizer que afinal aumentámos até as despesas correntes. Bem, aumentámos as despesas correntes, então temos que pagar mais ADSE, temos que pagar mais para a Caixa Geral de Aposentações, temos que pagar mais imposto, mais IVA e admiram-se depois, estes analistas de teoria económica, porque pagamos mais, temos mais despesas correntes. Bem, o que eu queria aqui garantir é que a Câmara das suas receitas correntes, tira três vírgula seis milhões de euros para o investimento. Isto é que é uma performance que os Senhores não percebem. Tomáramos nós que o Estado fizesse isto. Depois uma outra coisa que o Senhor Deputado Correia de Campos aqui veio trazer, que era acompanhado por muitos autarcas do meu partido, não percebi em relação a quê. Sobre as empresas municipais, foi isso? Não. Ah, disse uma outra coisa que eu achei piada. Disse que os municípios - fez as contas - e disse que eram zero vírgula quatro por cento do PIB. Bem, oh Senhor Deputado, mas que contribuição é esta? Para quem faz cinquenta por cento do investimento público, tem zero vírgula quatro por cento de contribuição no PIB, para um deficit de oito vírgula seis, eu acho que isto é um oásis. Bem, já agora deixe-me dizer-lhe uma outra coisa... O Senhor já teve oportunidade, isto não é de bom-tom. Imaginemos que o Senhor Primeiro-ministro estava na Assembleia da República a dar respostas e tinha um camarada do lado também a mandar-lhe “umas bocas”, podia ser, não é? Eu acho que sim, que deve pedir e estão aceites. Espero que não repita isso. Bem, oh Senhor Deputado, para quem reduziu em cem milhões de euros as nossas receitas, sabe o que é que deu a seguir? Foram-nos cortados cem milhões de euros em Julho e aumentou o deficit, então de quem é a culpa? A contribuição dos municípios está lá, é porque alguém gastou em nosso nome. Depois diz que todos contribuíram, que a crise era internacional... Eu disse isso, só que disse que a crise nos apanhou em diversos estadios de desenvolvimento. E o que disse foi: Se a crise é internacional, não teve o mesmo impacto na Alemanha, não teve o mesmo impacto na Holanda, de que teve em Portugal, na Grécia e na Irlanda, significa que nós estávamos mal preparados para a crise, as televisões iam dando. Então no Verão, o Senhor Primeiro-ministro não dizia que já tinha passado a crise? Quem é que se esquece disso? No Verão



ninguém tinha crise em Portugal tinha sido ultrapassada, a resposta lá ao Pontal não foi essa? Aqui é tudo um oásis, já tínhamos ultrapassado a crise, quem andou a espalhar isso foram os Senhores. Já agora, uma outra coisa, disse que as responsabilidades são iguais, há uma coisa que eu pensei que já não existia ou então aplicam-na aqui também no concelho, espero que não! Oposição não é igual ao Governo, oposição não é a mesma coisa que o Governo, não tem as mesmas responsabilidades quem governa e quem está na oposição senão eu não tenho que vir aqui prestar contas, era o que faltava! Então, mas quem governa tem as mesmas responsabilidades de quem está na oposição? Portanto, a crise apareceu, temos todos as mesmas responsabilidades. Temos uns mais responsabilidades do que outros! Tem mais responsabilidades, quem contribuiu para ela! Isso parece um facto indesmentível. Já agora, disse-me uma outra coisa, deu até aqui um inventário de obras que parece que fugiam aquelas, os municípios são obras físicas de fachadas. Eu queria dizer-lhe o seguinte: A Maior parte das obras ligadas à Segurança Social são financiadas, e de que maneira, pelos municípios. E uma boa parte delas foi aquilo que trouxe aqui, eu aponte aquilo que disse. As instituições sociais, foi aquelas que referiu, os hospitais e não sei quê. A maioria dos hospitais, como sabe, os terrenos são todos das câmaras até é uma condição, menos em Lisboa. O Senhor sabe disso, Lisboa é que não! Aí pagou o terreno à Câmara de Lisboa, aqui é que não, foram as câmaras pagaram. E as câmaras pagam sempre os terrenos dos hospitais, como pagam para as escolas, como pagam para os centros educativos. Então os centros educativos como é que nasceram? São os dinheiros dos fundos comunitários, mais os dinheiros que as Câmaras vão buscar aos empréstimos bancários, cedem o terreno e, portanto, não há nenhum investimento do Estado, nenhum! Por isso é que eu fui noutra dia convidado pelo Senhor Presidente da Câmara, e bem, a inaugurar um centro educativo no distrito de Coimbra. Disse ele publicamente que não queria lá nenhum Ministro, porque ninguém contribui para isso, portanto, como era um apoio dos municípios ia lá o Presidente da Associação dos Municípios. Queria também dizer que podemos ver com facilidade, quem mais investe, os chamados investimentos imateriais, são os municípios. Vemos isso em relação à cultura, vemos isso em relação ao ambiente, podem fazer as contas com facilidade. Depois, o Senhor Deputado Rui Santos veio aqui perguntar-me sobre algumas questões concretas: Escola de Ranhados, já dei a resposta. Sobre dívidas do Ministério da Educação, as dívidas continuam. O Senhor Secretário de Estado agora transformou aquilo que nós chamamos dívidas numa outra coisa - na minha perspectiva dá outra coisa - chamou-lhe conta corrente. Como nós não devemos nada, só devem do outro lado, chamam-lhe conta corrente, mas nós chamamos-lhe dívidas. Já agora, uma outra coisa, que sabe também. O governo já arrecadou a DERRAMA dos municípios e não a entregou. E não a entregou porquê? Porque o Governo quer equilibrar as contas que se comprometeu este ano, transferindo para o próximo ano as receitas dos municípios e depois sabe o que é que dá? Quando for para apurar a capacidade de endividamento há muitos municípios que ultrapassaram a capacidade de endividamento, porque o Governo a tempo, não lhe transferiu a DERRAMA. Acham isto bem? Aliás, isto parece que é recorrente, há dois dias saiu uma notícia do Instituto da Justiça, que utilizou os dinheiros também das autarquias e dos terceiros que tinham lá os dinheiros depositados. E, portanto, o Governo para endireitar os tais compromissos que foram tomados junto da União Europeia, não se importa de desequilibrar as contas dos municípios. Essa é que é a grande verdade. Sobre o depósito do BPP, nós ainda não o recebemos, mas há uma coisa que eu sei, quando tiver necessidade de pagar um empréstimo, daqueles que eu tenho junto de outros Bancos, envio o talão de depósito do BPP. Eu não fiz nenhuma operação de risco. Nós fizemos um concurso e quem ganhou foi o BPP, um Banco autorizado, com o regulador mudo e calado em relação à sua existência e, portanto, quando tiver que entregar, entrego aquilo sem problema nenhum, o tal milhão de euros que depositámos e entregámos à guarda do



Banco, sob pena, de a partir de agora eu não saber aonde hei-de deixar o dinheiro. Algum dinheiro que a Câmara tem, se isto se mantivesse, tal como aconteceu com o BPP, aonde é que o deixava? A não ser que o Governo forneça um grupo de Bancos onde o dinheiro é seguro. Eu posso depositar hoje num Banco dos existentes no mercado, parto do princípio, se eles estão no mercado é porque a entidade reguladora os autorizou, e amanhã o Banco falha. Então tenho alguma culpa? Eu cumpro todas as orientações, nomeadamente, o concurso público, é uma coisa que as pessoas não estão habituadas. A não ser que me permitam também, mas o Governo tem que dizê-lo, quando a Câmara tiver algum excesso financeiro vai depositá-lo por exemplo no Deutsche Bank directamente, aí já não corremos risco, com toda a certeza, é um Banco Alemão. É Isto? Então que o digam! Todos os Bancos existentes na praça para mim têm a mesma credibilidade, por isso é que há uma entidade reguladora, e digamos, é essa a segurança dos cidadãos e também das instituições. Bem, sobre aquilo que veio trazer aqui a Deputada Fátima Ferreira, eu já me habituei ao seu tipo de actuação. Nunca está nada bem para si, tudo o que a Câmara fez é sempre mau. Depois, tudo aquilo que é bom a Senhora diz que é do Governo: Os centros educativos, as refeições escolares, os quadros interactivos, os transportes escolares, tudo pago pelos municípios, é curioso. Depois veio com uma outra coisa, olhe, é tão pago pelos municípios, que os cento e três municípios que fizeram os contratos de execução com o Governo, a maioria deles, do seu partido, vão agora denunciá-los. Cumpram de tal maneira aquilo que assinaram com os municípios, que dos cento e três municípios que assinaram, seguramente, mais de metade são do Partido Socialista e vão agora denunciá-los por incumprimento do Governo. Tem aí a resposta às perguntas que pôs. Depois uma coisa que disse e eu essa não lhe perdoo, diz que a posição da ANMP que é uma, eu não estou aqui a falar em nome da ANMP e quando falo em nome da ANMP, queria dizer-lhe para não haja mais confusões, falo em nome de nove autarcas do partido a que pertence, sete do seu partido e um do Partido Comunista e nenhum de nós tem diferenças em relação a esta avaliação. Eu não estou a falar do meu nome, do Fernando Ruas, que não quer este Governo, Claro! Não votei nele. Falo também em nome de pessoas que defendem o Governo, portanto, não é uma actuação do Fernando Ruas com o Governo. É uma actuação de uma associação que é colegial, portanto, tem que perceber isto. Já agora, uma outra coisa, eu percebi, aliás, eu sabia até das indagações que andou a fazer. Eu também tenho as informações, mas eu já sabia que vinha aqui uma comparação com Mangualde. Olhe, deixe-me dizer-lhe uma coisa, já lhe fiz esse reparo: Olhe que um autarca, a sua acção mede-se quando sai não quando entra, é como os jogadores de futebol, quando são adquiridos lá no Brasil jogam todos bom futebol e não sei quantos, é só quando saem é que se mede. E já agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa: Olhe, bem podem pedalar, comparar Mangualde com Viseu é a mesma coisa que comparar Holanda com Portugal. Dê-me bons exemplos que nós copiamo-los. Agora não me dê exemplos... O dormitório de Mangualde é Viseu? Sim. Sim. A Senhora veja de manhã como é que os carros giram. Bem, isto é pura demagogia. Então a responsabilidade da crise é de todos? Mas é mais de quem governa. A Senhora veio dizer que quase teve vergonha do nosso plano no Rossio. Olhe, sabe quantos municípios é que foram contemplados e sabe qual foi o nosso montante? Um ponto oito, é apenas o dobro do município que sugeri. Diz que se fosse a Deputada Fátima, não fazia estas prioridades, nem fazia este projecto. Claro! Por isso é nós somos quem governa e a Senhora é oposição e cada vez mais oposição ou melhor, oposição com menos percentagem, exactamente, por não termos a mesma actuação, portanto, isto parece-me claro. Bem, sobre o Deputado Vicente, já falou aqui das visitas dos Membros do Governo. Eu queria dizer-lhe hoje mesmo, já o disse aqui: Telefonei à Senhora Ministra por causa do Director Regional, pelos vistos, já tenta contactar, talvez para justificar a vinda a um território sem uma palavra e sem a consideração para o Presidente da Câmara ou para a Câmara, mas pronto. Em relação às declarações do Deputado José Alberto, limito-me a



ouvir porque, de facto, as análises coincidem com as que eu tenho em relação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano. Queria apenas fazer a ênfase num aspecto que foi aqui dito pelo Deputado José Alberto, eu não o disse, embora o tivesse aqui apontado, vou repeti-lo agora, a taxa de execução do QREN da Câmara Municipal. Estes cinquenta por cento de taxa de execução, tomáramos nós que o País estivesse assim. O País tem neste momento doze por cento de taxa de execução. A nossa taxa de execução é o dobro, muito mais do dobro da taxa de execução da região centro, que é das melhores regiões do País e sabem porquê? Porque eu segui, exactamente, ao contrário as sugestões que o Partido Socialista me deixou aqui muita vez. Muita vez! Se não estivesse preparado financeiramente para avançar com as obras, estava feito. Neste momento não havia nenhuma obra. E por isso toda a gente se admira como é que nesta fase nós temos a Estrada de Nelas a acabar, a Estrada dezasseis a acabar. Deixem-me dizer-vos uma coisa, mesmo para os Deputados do Partido a que pertenço, aquilo são obras da Câmara, o Governo zero. Nós pusemos lá um placar das acessibilidades é que às vezes se confundem-se, há muita gente passa lá e diz: O Governo anda aqui a fazer. Não anda a fazer nada! Estas obras são da Câmara com o vosso dinheiro, com o nosso dinheiro e com o dinheiro dos contribuintes de Viseu, portanto, só para dizer que só conseguimos esta performance, porque estávamos preparados. Já agora aconselho-a e para terminar, que leia a entrevista do Professor Alfredo Marques, diz aqui correctamente o seguinte: Se Portugal não aproveitar os fundos comunitários, o que sobrar é devolvido à Comunidade. Esta é uma verdade *la Palice*. Quem disse que nós éramos contribuintes, parece que não faz sentido nenhum, não é? O Senhor Deputado não percebeu que no espaço europeu há contribuintes líquidos e há beneficiários, portanto, fica a resposta para o Senhor Deputado. Bem, parece que também contribuimos para depois ir lá buscar algum, é uma confusão, mas penso que merecia esta resposta. E por último ao Deputado Pedro Ruas, já há bocadinho referi o que lhe queria dizer, os autarcas que se medem, exactamente, quando saem não quando entram. E já agora, também dizer outra coisa, sei perfeitamente, qual é o horizonte temporal. Há uma coisa que me deixa descansado, quando me for embora, sei que para alívio de muita gente, nomeadamente desta parte daqui, até a meio desta bancada, mas há uma coisa que eu sei, não vou pelo voto popular. Levo na bagagem, pelo menos, uma satisfação de que o Partido Socialista comigo nunca ganhou. Se alguém deu um contributo ao País fui eu, porque os Senhores já provaram que não merecem governar coisa nenhuma”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- CINQUENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD) – Solicita o uso da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu, como dizia a Deputada Fátima Ferreira, também não estava para intervir, mas tenho que o fazer. E tenho que intervir, porque não compreendi. Toda a intervenção do Partido Socialista incidiu sobre uma questão que é local, mas de âmbito nacional. Insurgiram-se, e o paradoxo é este, sobre um problema que é o facto do Presidente da Câmara de Viseu se ter insurgido contra a diminuição das transferências da Administração Central. Isto é um paradoxo, porque não referiram, absolutamente, nada sobre a gestão da Câmara, se está bem, se é eficiente, se é eficaz, nada referem sobre isso. Não referiram também, porque é queria aquelas verbas, porquê? Se a Câmara, eventualmente, estava a fazer algumas aplicações ou se está a ter prioridades que sejam as adequadas. Nada disso é referido e, somente há a defesa do Governo e da solidariedade que tem que haver entre todos. Não se referiram também à falta de solidariedade do companheiro dos Açores. Nada disso é referido. E tudo isto é passado por cima, sobre uma situação e, nós todos temos que nos colocar da posição de quem é executivo, na posição do Doutor Ruas, que é confrontado com situações de pobreza, que é confrontado com situações de aumento do número de desempregados, que assiste ao aumento das desigualdades sociais, que assiste ao aumento



do fosso entre ricos e os pobres, que assiste também e vê as injustiças na distribuição dos sacrifícios. Todo este envolvimento social leva a maior solicitação do município ou seja, pedem ao Município que se substitua à Administração Central que não dá resposta. Que tem crianças que recebem um computador, mas depois não têm possibilidade de ter uma alimentação adequada e que também têm que ser as autarquias a criarem, muitas vezes, espaços e fornecerem as refeições às crianças cujos pais estão desempregados, que não têm dinheiro para comprar os alimentos, que não têm dinheiro para comprarem os medicamentos e muitas vezes tem que ser as Autarquias também, que tem as solicitações diárias dessa situação. Deste País em que há um Governo que se fez de rico num país pobre, que assiste ao esbanjamento nas obras faraónicas, que assiste também ao desperdício e ao despesismo de um Estado, às faustosas cerimónias públicas, às medidas eleitoralistas de dois mil e nove, que assiste também àquilo que é hipotecar o futuro, que são muitas vezes parcerias público-privadas, muitas que podiam ser adiadas, às consultorias técnicas milionárias, aos prémios principescos, aos ordenados milionários. A tudo se assiste e depois este mesmo Presidente e Município têm as solicitações da população. E vê as necessidades a aumentarem, as pessoas a irem mais à Câmara, num clima de crise e o que é que se vê? Vê que lhe cortaram ainda dinheiro! Dinheiro que fazia falta para esses apoios sociais derivados da crise. E, o que o Partido Socialista aqui veio, foi dizer: Não Senhor Presidente, o Senhor está a queixar-se, não se deve queixar, o Senhor até deve aumentar o apoio às associações, à cultura. Temos de aumentar tudo isto! Isto foi o que o Partido Socialista aqui veio fazer em termos do Orçamento e do Plano”. ---

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado. Agora para três inscritos para uma segunda intervenção, o que significa que são três minutos. Senhor Deputado Correia de Campos tem a palavra”. -----

- CINQUENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – No uso da palavra diz: “Senhor Presidente, quero corrigir uma informação minha. Eu fiz erradamente a associação de despesas de capital com investimento, Na verdade, nas suas contas os vinte e nove milhões de despesas de capital e nove milhões de despesas correntes, é verdade de algumas despesas de capital podem ser investimentos, mas naturalmente, o Senhor fez bem em me corrigir, portanto, *touché*, estou inteiramente de acordo. Em segundo lugar, já não estou de acordo consigo quando o Senhor diz que eu fui buscar comentários que têm a ver com a Associação Nacional dos Municípios. Não, Senhor Presidente, eu só me referi, exactamente, àqueles números que estão na sua informação. Eu não saí, rigorosamente, fora do seu conteúdo. Terceiro lugar, Senhor Presidente, usou na altura uma palavra que eu teria dito: Que os investimentos eram só de fachada. Eu nunca disse isso, nem penso. Não só não o disse como não penso. Eu acho que a tacha fixa dos investimentos de uma Câmara Municipal, quer dizer, pode haver erros de investimento, mas não acredito que os seus, que os nossos aqui feitos sejam investimentos só de fachada. Bom, em relação aos seiscentos e cinquenta milhões que o Senhor diz, mas como é que isso pode ser? Como é que as Câmaras não haviam de acumular deficit em dois mil e nove, suponho que foi este ano, se lhes tiraram logo cem milhões? Bom, o número é de dois mil e nove e são quase seiscentos mil milhões, de resto, esse número está na acta do acordo assinado entre os negociadores do PSD, o Professor Catroga e o Ministro das Finanças, Professor Teixeira dos Santos. Onde diz que confirmam a existência de um deficit imprevisto, ao qual se deve aumentos da despesa na saúde, nas Estradas de Portugal e das Administrações Regional e Local. E, portanto, na verdade, a Administração Local fez deficit. E em último lugar, o Senhor Presidente disse que nunca fazia ataques pessoais, nem fazia referências ao facto de as pessoas terem passado pelo Governo, o que quer que seja. Não passaram dois minutos que a “pena” não lhe tivesse escorregado. E dois minutos depois, o Senhor vinha dizer, que; Por acaso O senhor até pagou o terreno à Câmara Municipal de Lisboa, o terreno do hospital. Não,



Senhor Presidente! Está muito enganado! Primeiro lugar, eu não paguei, porque já não estava em funções. Mas não os teria pago se estivesse em funções. Em segundo lugar, Senhor Presidente, o acordo não foi feito com o Presidente e seu colega António Costa. O acordo foi feito com Carmona Rodrigues! A insinuação que o Senhor pretende tirar de que estaria a apoiar um autarca por ser do PS, não tem a menor razão se ser. O acordo foi feito com Carmona Rodrigues. Muito Obrigado”.

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues.

- CINQUENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu gostaria nesta intervenção de fazê-lo num tom que não seja confundido, porque o Senhor Presidente fala no tom da minha intervenção, dando a entender que estava a dizer alguma barbaridade. Mas, se já reparou e se verificar em todas as minhas intervenções nas Assembleias Municipais, eu tento sempre fazer uma intervenção construtiva. Por vezes, tenho é que reagir à resposta que vem desse lado. Diz que não diz nada sobre comentários da vida pessoal e profissional, mas, afinal de contas, estamos a falar de acção social e vem falar de um determinado lar onde a Deputada está a trabalhar. Estamos a falar de cultura e vem falar de uma determinada rua onde o Deputado está a trabalhar. E, portanto, se isto não é confundir papéis, afinal o que é que é isto, chamar a esta Assembleia assuntos que nada têm a ver com o debate? Fica, no fundo, ofendido quando nos referimos a esse estilo, mas depois, logo a seguir, volta a fazê-lo novamente. E, portanto, nós, da nossa parte, é que nos indignamos com essa forma de fazer as intervenções. Depois, dizer que o Senhor Presidente se contradiz em várias coisas. Primeiro refere que não devíamos falar aqui enquanto Presidente da Associação Nacional dos Municípios, mas é o próprio a usar esse estatuto quando vai falando dos cortes de cem milhões que houve às autarquias, quando vai falando da DERRAMA das autarquias, que já foi cobrado e não foi devolvido. Vai dando aqui uma série de exemplos que no outro papel vai utilizando e que aqui aproveita também umas vezes como Presidente, outras vezes como Presidente Nacional dos Municípios, mas depois quando não lhe interessa, já tem que ficar ofendido com as intervenções dos Deputados, por isso, Senhor Presidente, é uma clara contradição. Para terminar, e reforçando aquilo que foi a minha intervenção, o Senhor Presidente fala exaustivamente no corte de dez por cento às câmaras municipais, mas depois, foge à questão sobre os cem por cento de corte que aplicou à cultura. Se estiver enganado, Senhor Presidente, diga-nos por favor, quando é que vão ser pagos esses subsídios. Se mais uma vez não responder, assumimos, que de facto, dois mil e dez ficou em branco no subsídio para as associações. Muito obrigado”.

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão.

- CINQUENTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) – Intervém para dizer o seguinte: “Se me fosse consentido dispensava os cumprimentos. Só para dizer que, e no fundo, para dar aqui duas ou três explicações e pedir algumas outras, muito rapidamente e telegraficamente. Relativamente ao Senhor Presidente da Câmara, não vou alimentar mais discussões sobre os Bombeiros. Queria só dizer, que de facto, eu conheço esse documento, não o referi por mero lapso. Sei, perfeitamente, daquilo que é a posição da Câmara em relação à garantia que dá para com o POVT, que era necessário. A Câmara assumiu isso desde a primeira hora, mas eu penso que também disse aqui na minha primeira intervenção, relativamente, a este assunto, que reconhecia também aquilo que a Câmara tem feito pelos Bombeiros. Eu penso que o disse e alguém já me achou a atenção ali fora, depois eu vou verificar se sim ou não, eu penso que falei sobre isso. Esse é um assunto que merece ser referenciado, sei perfeitamente, e quero deixar aqui a afirmação disso, como quero deixar também uma coisa que não disse. Pelo facto de eu ter dito que aquela diferença entre aquilo que recebemos e não recebemos está por pagar, nós já temos recebido à media que vão sento submetidos à Câmara, são



vinte por cento, portanto, também temos que, daquilo que tem sido submetido à Câmara não faltou até agora também o pagamento daquilo que periodicamente vai sendo resolvido. Portanto, quero deixar também isto bem explícito, independentemente, das respostas que também não me interessa obter a tudo mais. Relativamente ao outro assunto que é Orçamento e GOP's, e referente às juntas de freguesia, o que eu disse, efectivamente, é que seria altura de reforçar a delegação desses órgãos autárquicos de toda as competências que eles possam delegar e desenvolver, para dessa forma se esbaterem ao máximo os constrangimentos das receitas municipais. Eu não estou aqui a dizer que não está certo, não estou aqui a comentar o facto de ter havido cortes, isso é certo. Mas na altura em que há havido cortes, e são nacionais, a Câmara Municipal de Lisboa, por exemplo, de quem já ouvimos aqui exemplos da parte do Senhor Presidente da Câmara, Fernando Ruas, o Presidente da Câmara reforçou as transferências da Câmara Municipal para os Presidentes de Junta em cem mil euros, num ano de restrições, é isso que está aqui assim. O que eu digo é que as câmaras que merecem esse crédito de bem-fazer e, portanto, é nesse aspecto que eu falei. Eu não disse que as despesas correntes com o pessoal aumentaram. Disse que as despesas correntes com o pessoal diminuíram, sendo compensadas em despesas com a aquisição de bens e serviços, embora reconheça que nas despesas correntes, como disse numericamente o Doutor José Alberto, há aqui uma diferença de cerca de três pontos cinco milhões, que são capitalizados. Só mais um ponto Senhor Presidente, que é a situação das empresas municipais, não posso deixar passar isto. Hoje mesmo o Diário Económico online disse, eu só vou ler a introdução do artigo: "Mais de metade das empresas municipais apresentou prejuízo no ano passado e vivem dificuldades financeiras que colocam em causa a sua sustentabilidade e viabilidade". Como eu também refiro que há que repensar as empresas municipais, queria deixar isto até porque o Senhor Presidente referiu, em termos nacionais, que desafiou que se dissesse alguma coisa, deixo esta informação. Muito obrigado Senhor Presidente e as minhas desculpas pelo exagero". -----

MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram suscitadas. -----

- CINQUENTA E SEIS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram suscitadas e diz: "Senhor Presidente, é muito rápido, mas mesmo muito rápido. Estas segundas intervenções têm um condão, apagam tudo o que disseram anteriormente, o que é bom. Olhe, o Senhor Deputado... Eu peço desculpa eu não o interrompi e ouvi, agora vão ouvir-me com o meu tom, que é um tom apesar de apaixonado, de quem faz as coisas de forma apaixonada, estou calmissimo, mas têm que se habituar, tiveram vinte e um anos para se habituarem a este estilo, portanto, não é agora que vou mudar. OH Senhor Deputado, veja o que é que veio dizer. Primeiro veio dizer que estava aí um acordo que eu não tenho conhecimento e que os municípios tinham um deficit enorme, de seiscientos milhões de euros. Eu desafio-o está aqui! Depois veio a seguir dizer aquilo que é correcto: "As administrações regionais e locais...". É isso mesmo, as administrações regionais e locais, meteu os municípios juntamente com os territórios dos Açores e da Madeira, foi isso que fez. Ainda bem que corrigiu, estamos bem. Depois uma outra coisa, e pode ver aquilo que eu disse, ficou de certo modo ofendido, porque eu fiz uma insinuação ao Presidente António Costa. Queria dizer-lhe o seguinte, oh Senhor Deputado, mas agora ouça-me que é rápido. Olhe que eu nunca tive tão boas relações com o Presidente António Costa como agora, até fui ao México apoiá-lo para presidente de uma organização internacional. Há bem pouco tempo indiquei-o para presidente de uma instituição europeia, sabia? Portanto, vamos acabar com essa histórias... Eu tenho queixas com o Presidente António Costa, do Ministro António Costa, como ele tem. As queixas do Presidente António Costa com o Ministro António Costa, ainda são piores do que as que eu tenho. E por isso é que ele não reduz o



IRS em Lisboa. É apenas isto. Já agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa, se ouvir eu não falei no Presidente António Costa, eu falei no Município de Lisboa, seja lá com quem for! Pode ser com o meu amigo Carmona Rodrigues, poder ser com o meu amigo António Costa, falei que é um tratamento desigual em relação à capital que houve aqui *en passant* e muito menos um ataque pessoal. Dizer que um ministro fez uma coisa em relação... Isso é um ataque pessoal? É um ataque à política ao Ministro, ataque pessoal não tem nenhum. Já agora, aquilo que o Senhor Deputado Marco Rodrigues veio aqui dizer e disse que dá sempre uma resposta construtiva. Aquilo que veio dizer foi: Diga lá do reforço às Associações apesar da Câmara ter menos cem milhões. Disse que eu falei em nome da Associação de Municípios, que falei de cem milhões na DERRAMA, portanto, confundi os papéis. Não, é que nestes cem milhões estão dois milhões da Câmara Municipal de Viseu e nesta DERRAMA, está a DERRAMA da Câmara de Viseu, foi só por isso que eu falei e que não está nos cofres da minha Autarquia, está nos cofres do Governo, que já o recebeu, é que podíamos estar a falar de uma receita que o Governo não recebeu. O Governo já recebeu esta receita e se não a entregar amanhã, e amanhã é o último dia, quer dizer que fica com este dinheiro que é pertença das autarquias, tão-somente isto. E disse mais uma outra coisa que toda a gente percebe: Quando se for calcular o limite de endividamento das câmaras, se aparecer uma longa lista, muitas delas podem ser motivadas por estas receitas. Como sabe, o limite de endividamento é calculado com base nas receitas municipais também, é uma das componentes para o cálculo do endividamento. Só disse isto, perfeitamente objectivo e indiscutível. Depois disse que nós que fizemos um corte à cultura de cem por cento? Bem, isso era significar que a cultura são as associações, portanto não há mais. Olhe, sabe quanto é que nós pagámos este ano que está a terminar em relação à cultura e desporto? Um milhão e trezentos mil euros. Se quiser eu dou-lhe a lista, perfeitamente, discriminada, um milhão e trezentos mil euros. Bem, parece que não temos nenhuma actividade cultural aqui no concelho. Cortámos cem por cento à cultura? Quer dizer que não demos nenhum subsídio, foi aquilo que disse. Aquilo que o Deputado Ascensão veio cá dizer, disse que não referiu o documento, também veio dizer que em relação às juntas de freguesia também não disse aquilo, portanto, está tudo bem. Só queria dizer-lhe, Senhor Deputado, o seguinte: Há uma coisa que eu lhe garanto, aí pode ficar descansado, eu não proveerei nenhuma moção de repúdio em relação à sua actuação, está bem? O Senhor sabe aonde é que eu quero chegar, ficamos por aqui". -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado. Vamos então votar as “Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e Piscinas de Viseu para o ano de dois mil e onze e respectivos Mapas do Pessoal”. O Ponto Dois foi aprovado com quarenta e quatro votos a favor, um voto contra e onze abstenções. Passamos agora ao **PONTO TRÊS**, Pergunto se alguma das Senhoras ou Senhores Deputados quer usar da palavra neste ponto. Não tenho nenhuma inscrição, vamos passar à votação de REESTRUTURAÇÃO/ REORGANIZAÇÃO DA MACRO-ESTRUTURA MUNICIPAL NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI NÚMERO TREZENTOS E CINCO/ DOIS MIL E NOVE, DE VINTE E TRÊS DE OUTUBRO; REGULAMENTO ORGÂNICO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL E DOS SMAS, nos termos e para efeitos do disposto no artigo sexto do Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei número trezentos e cinco/dois mil e nove, de vinte e três de Outubro. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar”. -----

- **CINQUENTA E SETE** – **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - No uso da palavra diz: “Senhor Presidente, não tenho muito a acrescentar ao que está aqui. Isto é um cumprimento de um Decreto-Lei do final do ano passado. É o Decreto-Lei trezentos e cinco de dois mil e nove. A Câmara cumpriu e tinha que cumprir até ao final deste ano e, portanto, apresentamos uma reestruturação que com designações



referenciadas, mas é praticamente a reestrutura, digamos, que tem agora”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz o seguinte: “Muito obrigado. Pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre esta matéria. Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou passar à votação. O Ponto Três foi aprovado por unanimidade. Passamos agora ao PONTO QUATRO, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “REGULAMENTO DO PROHABIT – ALTERAÇÃO”, nos termos e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e três, número dois, alínea a) da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara”. -----

- CINQUENTA E OITO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – No uso da palavra diz: “É isso Senhor Presidente. Tínhamos duas datas para os prédios: Umás anteriores a cinquenta e um e outras anteriores a setenta, e aquilo que propomos, porque simplifica muito o Regulamento, é todos os prédios anteriores a setenta, portanto, englobamos os de cinquenta e um e os de setenta. É apenas isto”. -----

- MESA – O Senhor da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Pergunto se alguma das Senhoras ou Senhores Deputados se quer pronunciar sobre esta matéria. Não tenho nenhuma inscrição, vamos passar à votação. O Ponto Quatro, foi aprovado por unanimidade. Passamos agora ao PONTO CINCO, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, sobre “REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE VISEU – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO”, nos termos e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e três, número dois, alínea a) da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara”. -----

- CINQUENTA E NOVE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra e diz: “Senhor Presidente, também apenas uma imposição do POVT, nomeadamente, para aprovação da ETAR Viseu Sul. Portanto, é o cumprimento de uma imposição do programa. Trata-se de um aumento mínimo, mas que é, digamos, obrigação para, eventualmente, a candidatura ser aprovado”. -----

- MESA – o Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Pergunto se alguma das Senhoras ou Senhores Deputados quer usar da palavra neste ponto. Não tenho nenhuma inscrição, vamos passar à votação. O Ponto Cinco foi aprovado por unanimidade. Passamos agora ao PONTO SEIS, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, sobre “ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL – IMT – PETIÇÃO DE BEIRANOVA – INDÚSTRIA DE CONGELADOS, SA”, nos termos e para efeitos do disposto no artigo quarenta e três, número cinco, do Decreto-Lei duzentos e quinze/ oitenta e nove, de um de Julho, que aprovou o Estatuto dos Benefícios Fiscais, alterado, republicado e renumerado pelo Decreto-Lei número cento e oito/dois mil e oito de vinte e seis de Junho. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara”. -----

- SESSENTA – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – No uso da palavra diz o seguinte: “Senhor Presidente, também já cá vieram outros casos, eu não tenho muito a acrescentar. Apenas enfatizar um aspecto que me parece importante. Isto resulta da legislação, nós cumprimos a legislação, mas obviamente é uma diminuição da receita municipal. Portanto, a única coisa que eu chamo à atenção é para se ter consciência de que quando através da legislação os Governos ou a Assembleia da República legisla, neste caso, no sentido de poder isentar os impostos municipais faz um “brilharete”, mas é à custa dos municípios, porque depois não há nenhuma compensação. E é um mecanismo que está previsto também, o mecanismo da compensação dos municípios por via destas isenções que afinal são da responsabilidade... Imaginemos, perdoem-me também roubar mais algum tempo, se todos os contribuintes pedissem isenção e que fossem abrangidos



por isto, os municípios contavam com uma receita que não tinham. Portanto, eu acho que há, digamos, o isentar contribuintes e bem, percebe-se qual é a intenção, ao mesmo tempo devia-se, digamos, dar o dinheiro, compensar os municípios por estas perdas, que afinal nos fogem perfeitamente ao controle e que apenas é cumprir uma legislação que nos é imposta e nem sequer é discutida connosco”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se alguma das Senhoras ou Senhores Deputados se querem pronunciar neste ponto. Também não tenho nenhuma inscrição, vamos passar à votação. O Ponto Seis foi aprovado por unanimidade. Passamos de seguida ao PUNTO SETE, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “ALIENAÇÃO DE CINCO LOTES, PARA CONSTRUÇÃO HABITACIONAL/ COMÉRCIO/ SERVIÇOS, INSERIDOS NO PLANO DE PORMENOR PP-UM “JUNTO À RUA CAPITÃO HOMEM RIBEIRO””, nos termos e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e três, número dois, alínea i) da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara”. -----

- SESSENTA E UM – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Senhor Presidente, esta explicação que vou dar serve para este ponto e o seguinte. São alienações em dois lugares distintos, mas tem a ver com o seguinte: A Câmara de Viseu, e penso que o resultado financeiro está provado, sempre deitou mão a receitas extraordinárias. Mas eu queria dizer que as receitas extraordinárias não eram património que a Câmara retivesse. Foi património que a Câmara adquiriu, que valorizou e que agora aliena, exactamente, com essa intenção. Portanto, nenhum deste património era património que tivéssemos cá e que agora estivéssemos a vender. Foi património que adquirimos e que valorizámos. Dou um exemplo, acabámos de pagar à REFER a compra dos terrenos da antiga Estação e que agora estamos a alienar, mas pagámos previamente, portanto, que não se confunda que é património. Não chegámos ao Fontelo, cortámos uma parte e pusemos à venda. Foi património que a Câmara adquiriu, qualquer um deles, e que agora está, digamos, a alienar. Como estamos num período difícil, naturalmente, achamos o momento oportuno, a alienação neste momento, pese embora, também sabermos que não era a melhor altura do mercado, mas tal qual como as famílias quando estão com necessidade, deitam a mão àquilo que têm. Nós temos esta receita extraordinário que nós adquirimos, lembro-vos mais uma vez, e que agora achamos o momento oportuno para transformar em receitas financeiras”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar profere as seguintes palavras: “Muito obrigado. O Senhor Presidente acaba de dar informação sobre o Ponto Sete e o Ponto Oito. Pergunto se alguma das Senhoras ou Senhores Deputados se quer pronunciar sobre esta matéria. Também não tenho nenhum pedido de inscrição, vamos então passar à votação do Ponto Sete. “Alienação de Cinco Lotes na Rua Capitão Homem Ribeiro”. O Ponto sete foi aprovado por unanimidade. Vamos agora passar à votação do PUNTO OITO que tem a ver com “NAS TRASEIRAS DO TRIBUNAL DE VISEU” E UM LOTE LOCALIZADO JUNTO AO “PAVILHÃO DO INATEL””, nos termos e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e três, número dois, alínea i) da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro. Pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar. Vamos passar à votação. O Ponto Oito foi igualmente aprovado por unanimidade. Vamos agora passar ao PUNTO NOVE e último, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, sobre “AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO E DOS SMAS – NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO””, nos termos e para efeitos do disposto no artigo quarenta e oito, número dois da Lei número dois/dois



mil e sete, de quinze de Janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara”.

- **SESSENTA E DOIS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – No uso da palavra diz: “Eu podia apenas deixar estar isto sem nenhuma explicação, mas queria, de facto, dizer muito rapidamente, aquilo que a Câmara de Viseu pensa sobre esta matéria. Isto resulta da Lei que foi evocada, como já foi dito, mas nós além de cumprirmos escrupulosamente a Lei, que é arranjar um Auditor que faça auditoria à Câmara, portanto, um Revisor Oficial de Contabilidade, demos o nosso aval e estamos à espera de sermos contemplados nessa situação com um curso que este momento está a decorrer, no CEFA, em Coimbra, aliás, promovido em conjunto com a associação presidido. Só falo nisso para explicar a relação com Viseu e com o Secretário de Estado, que por acaso também conterrâneo, sobre um Curso para Auditores Externos. E a Câmara de Viseu faz questão, quando houver o primeiro curso, admitir um Auditor. Não acho que haja mais nenhum sinal de transparência como este, queremos um Auditor que seja funcionário da Câmara, independente, naturalmente, de acordo com as funções e que vá auditando não quando houver inspecção, mas todos os dias auditar as contas da Câmara. E, portanto, deixo aqui a garantia que, mal saia a “primeira fornada” de Auditores, a Câmara de Viseu será candidata a admitir nos seus quadros um Auditor”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Câmara, do seu lugar, diz: “Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se algumas das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar. Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou pôr à votação. O Ponto Nove foi igualmente aprovado por unanimidade. Segue-se agora o **PREÍODO DO PÚBLICO**. Tinha duas inscrições do Senhor cidadão João Assis, mas que desistiu e tenho o cidadão José Miguel Guiné. Tem cinco minutos, já é hábito, por isso sabe que são cinco minutos. Tem a palavra”.

- **SESSENTA E TRÊS – SENHOR JOSÉ MIGUEL GUINÉ** – Solicita o uso da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Muito boa noite a todos. Vou falar de um tema que me parece importante, que é o tema que tem a ver com o Poder Local. O Poder Local é o mais forte braço da Administração Pública, está na primeira linha dos dramas sociais, mas permanece refém da capacidade financeira. Numa altura em que se assinala três décadas de vida, os governos de proximidade recebem apenas um ponto três por cento do Orçamento de Estado, neste Orçamento de Estado para dois mil e onze, pouco mais de dois vírgula dois milhões de euros. Portugal, que procura sempre seguir os bons exemplos, esquece-se de o fazer neste campo e coloca-se ao nível dos Países do Terceiro Mundo. Até os Governos do Paraguai (seis por cento), do Peru (cinco vírgula sete por cento) e do Panamá (quatro vírgula dois por cento) transferem mais verbas para as autarquias. É aqui que se centra o principal problema dos municípios e das juntas de freguesia em Portugal. Há uma clara falta de meios financeiros para aplicar as políticas. Nem seria necessário imitar o Japão ou a Suécia, que colocam mais de metade dos orçamentos estatais nas entidades que lidam de perto com os reais problemas da população. Sem meios, as autarquias podem celebrar eleições democráticas, podem festejar o espírito que as conduziu à resolução dos problemas sociais urgentes, podem celebrar a importância das suas obras. Sem meios, mas, apesar de tudo, este cenário de festa não condiz com a realidade das autarquias. Planos de actividades congelados por incapacidade financeira, falta de infra-estruturas para exercer política, problemas em demasia e escassez de meios, dramas sociais que só as políticas de proximidade testemunham, eis o cenário com que a Administração Local se confronta, na sua persistente luta contra o que há mais de nefasto no centralismo. Mas porque razão as autarquias e as juntas de freguesia continuam a reclamar meios e porque motivo? Pergunto! Para tudo isto há sempre uma resposta, por exemplo: Há juntas de freguesia que não dispõem de sede para reuniões. Há presidentes de junta a pagar do seu bolso as rendas das autarquias. Há juntas sem funcionários, por



falta de meios para pagar salários. Outros que ajudam à alimentação de idosos com reformas de miséria. Outras ainda que transportam a população aos Centros de Saúde e que suportam os custos da sua medicação. No entanto, as juntas de freguesia e as câmaras municipais, que estão na primeira linha dos problemas sociais, permanecem na cauda da hierarquia das decisões do Estado, a denominada nefasta centralização. Os braços da Administração Central ganham força, realidade que se agrava com a provável extinção de juntas de freguesia, que serão transformadas em meros balcões das Câmaras Municipais. Com esta medida aprovada segue-se o caminho inverso daquele que é trilhado pelos países desenvolvidos. Em Portugal o montante global a distribuir ao poder local em dois mil e onze deverá ter base por base o valor constante do Orçamento de Estado para dois mil e nove, aprovado pelo Governo e pela Assembleia da República, isto é, repondo os cento e trinta milhões de euros que vieram a ser retirados aos municípios em dois mil e dez, ou seja, ficando tudo na mesma desde dois mil e nove. O valor a transferir para as autarquias que consta no Orçamento de Estado para dois mil e onze é de cerca de dois vírgula dois mil milhões de euros. Gostava de referir que o metro do Porto para fazer setenta quilómetros de via, gastou quatro mil milhões de euros. Analisando as verbas relativas ao artigo do Orçamento de Estado para dois mil e onze, no que se refere às despesas totais, este valor representa apenas dois vírgula sete por cento de um total de setenta e nove mil milhões de euros em despesas do Orçamento de Estado, uma simples gota num oceano de águas estagnadas. Querem salvar o poder local, então libertem as verbas do QREN e do PRODER, esqueçam a alta velocidade e pensem melhor na velocidade elevada, esqueçam a terceira travessia sobre o Tejo e pensem na possibilidade de um comboio de velocidade elevada, quatro vezes mais barato que o TGV a atravessar a Ponte Vinte e Cinco de Abril de uma forma simples, segura e barata, esqueçam o novo Mega-aeroporto de Alcochete e pensem que a Portela ainda tem uma capacidade de escoamento de passageiros para mais de vinte anos, esqueçam a terceira Auto-estrada Lisboa-Porto e lembrem-se das auto-estradas do interior, essas sim, em conjunto com linhas para comboios para velocidade elevada, ligarão o Atlântico ao resto da Europa passando pelas plataformas logísticas sem necessidade de luxuosos e dispendiosos TGV's, que só arruinarão Portugal no presente e as gerações futuras". -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado pela vossa colaboração. Afinal de contas desviámo-nos só vinte minutos face à hora que tínhamos aprazado. Espero vê-los agora na “Ceia de Natal” que vamos ter. A quem não for, um voto de um Bom Ano e obrigado pela colaboração”. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão às vinte horas e vinte e dois minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim, António Almeida Henriques Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)